



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade UnB Planaltina – FUP

**Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rural – PPG-MADER**

THAISA DA SILVA RAMOS

**CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS (PAA) PARA A AUTONOMIA ECONÔMICA DAS
MULHERES AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO
CHAPADINHA (DF)**

Planaltina – DF

2021

THAISA DA SILVA RAMOS

**CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS (PAA) PARA A AUTONOMIA ECONÔMICA DAS
MULHERES AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO
CHAPADINHA (DF)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Linha de pesquisa em Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo.

Orientadora: Prof.^a Dra. Laura Maria Goulart Duarte

Coorientadora: Prof.^a Dra. Andréa Leme da Silva

Planaltina – DF

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rc Ramos, Thaisa da Silva
Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
para a autonomia econômica das mulheres agricultoras do
assentamento Chapadinha (DF) / Thaisa da Silva Ramos;
orientador Laura Maria Goulart Duarte; co-orientador
Andréa Leme da Silva. -- Brasília, 2021.
154 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente e
Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2021.

1. Programa de Aquisição de Alimentos. 2. Autonomia
econômica. 3. Relações de gênero. 4. Políticas públicas. 5.
História oral temática. I. Duarte, Laura Maria Goulart ,
orient. II. Silva, Andréa Leme da , co-orient. III. Título.

THAISA DA SILVA RAMOS

**CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS (PAA) PARA A AUTONOMIA ECONÔMICA DAS
MULHERES AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO
CHAPADINHA (DF)**

Data de aprovação. Planaltina, 31 de agosto de 2021.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Laura Maria Goulart Duarte

Prof.^a Dra. Regina Coelly Fernandes Saraiva

Prof.^a Dra. Laeticia Medeiros Jalil

AGRADECIMENTOS

Gostaria de listar meus agradecimentos a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa;

Ao corpo docente do PPG-Mader pelos conhecimentos ministrados;

Às professoras doutoras responsáveis pela minha orientação e coorientação, trabalho essencial para a qualidade desta pesquisa;

À banca examinadora pela honrosa contribuição;

Às agricultoras participantes pela acolhida em suas casas e paciência durante os trabalhos de campo desta pesquisa;

À colega Maria Lucimar, do PPG-Mader, pela colaboração na coleta de informações sobre o assentamento Chapadinha (DF);

À Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB) por ter disponibilizado todos os recursos possíveis para minha formação, desde o acesso ao restaurante universitário, moradia e auxílios para participação em congressos e seminários.

Às mulheres da minha família que nunca tiveram a oportunidade de cursar o ensino superior. Nem ao menos tiveram o direito de aprender a escrever o próprio nome. Mulheres que foram usurpadas dos seus direitos em todas as instâncias possíveis. Se não fosse pela (re)existência delas eu não existiria;

Às forças benditas e curadoras do Vale do Amanhecer responsáveis pelo meu equilíbrio pessoal e espiritual. Lugar onde ouvi as palavras mais belas de consolo, amor e fé. Agradeço, sobretudo, as forças transcendentais que me assistem nos momentos mais árduos. Não personifico Deus como um homem. Para mim, vai muito além do que pensamos saber. Salve Deus.

RESUMO

Apesar do número expressivo de publicações que discutem o desenho e implementação do Programa de Aquisições de Alimentos (PAA), as abordagens em torno da valorização do trabalho feminino e autonomia econômica no âmbito do programa são incipientes. Após a sanção da Resolução nº 44/2011, que fomenta o acesso de mulheres em todas as modalidades do PAA, o tema vem ganhando importância na comunidade acadêmica. Nesse sentido, esta pesquisa concentra-se na relação entre políticas públicas, autonomia econômica e relações de gênero, tendo como objetivo analisar as contribuições do PAA para a autonomia econômica das mulheres agricultoras do assentamento Chapadinha, no Distrito Federal. Com caráter teórico-empírico e natureza qualitativa, a pesquisa adota como metodologia a História Oral, tendo como enfoque a modalidade História Oral Temática. Os instrumentos utilizados para a coleta das fontes orais foram: entrevistas semiestruturadas, caderno de campo, gravador de áudio e registro fotográfico. Os relatos foram analisados a partir de cinco categorias: acesso ao programa e a renda; uso do tempo; compartilhamento do trabalho doméstico; poder de decisão sobre o recurso financeiro; empoderamento. A análise dialógica das fontes consistiu no processo de categorização, transcrição e embasamento teórico, e foi a técnica utilizada para o tratamento das fontes orais. O PAA pode ser considerado uma estratégia para o fortalecimento da autonomia econômica das agricultoras desde que atue conjuntamente com outras políticas. Pode-se inferir, com base nos relatos, que as agricultoras possuem participação ativa e capacidade de gestão dos recursos financeiros, sobretudo na esfera produtiva, na qual elas planejam a compra de insumos, destinam boa parte dos recursos e ampliam a produção para diversos mercados além do PAA. Observou-se o fortalecimento do empoderamento coletivo através do compartilhamento de ideias, decisões e contato com outras instituições, além de promover melhorias para a comunidade. Todavia, acredita-se que ainda não há uma plena efetivação da autonomia econômica pelas agricultoras em virtude da persistente divisão sexual do trabalho nos arranjos familiares, refletida na manutenção dos afazeres domésticos e de cuidados exercida majoritariamente pelas mulheres, culminando na sobrecarga de trabalho.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos; Autonomia econômica; Relações de gênero; Políticas públicas; História oral temática.

ABSTRACT

Despite the significant number of publications discussing the design and implementation of the Food Acquisition Program (PAA), the approach to valuing women's productive inclusion, access to income, and economic autonomy in the scope of the program are incipient. After the sanction of Resolution n° 44/2011, which encourages women's access to all PAA modalities, the topic has gained growing importance in the academic community. This study aims to understand the relationship between public policies, economic autonomy, and gender, focusing on the contributions of the PAA to the economic autonomy of the rural women in the Chapadinha settlement, in the Federal District. The methodology focused on thematic oral history to register women's experiences and perceptions concerning access to public policy. Data gathering was based on in-deep semi-structured interviews, fieldwork notes, audio and photographic records. The dialogical analysis consisted of the categorization, transcription technique used for the treatment of oral sources. Data analysis was based on five categories: access to the program and income, use of time, domestic work sharing, decision-making of the financial resource, and empowerment. The PAA can be considered a strategy for strengthening the economic autonomy of women farmers as long as it acts in conjunction with other policies. Based on the reports, it can be inferred that female farmers have an active participation and capacity to manage financial resources, especially in the productive sphere, in which they plan the purchase of inputs, allocate a good part of the resources and expand production to different markets in addition to the PAA. The strengthening of collective empowerment was observed through the sharing of ideas, decisions and contact with other institutions, in addition to promoting improvements for the community. However, it is believed that there is still no full realization of economic autonomy by women farmers due to the persistent sexual division of work in family arrangements, reflected in the maintenance of domestic and care tasks performed mainly by women, culminating in work overload.

Keywords: Food Acquisition Program; Economic autonomy; Gender relations; Public policy; Thematic oral history.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. <i>Leitura conjunta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.</i>	61
Figura 2. <i>Agricultora 1 na sua área de produção.</i>	62
Figura 3. <i>Agricultora 1 e o esposo.</i>	64
Figura 4. <i>Estufas de morango e tomate, principais produtos comercializados pelo casal.</i>	66
Figura 5. <i>Agricultora 2 em sua moradia.</i>	67
Figura 6. <i>Primeiras experiências das mulheres do assentamento Chapadinha com o Programa Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS).</i>	70
Figura 7. <i>Grupo de mulheres Raízes da Terra recebendo o prêmio pela ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2013.</i>	72
Figura 8. <i>Agricultora 2 ao lado do ex-governador do DF, Agnelo Queiroz, durante a cerimônia de premiação.</i>	73
Figura 9. <i>Agricultora 2 ao lado da ex-presidenta Dilma Rousseff, durante a cerimônia de premiação.</i>	74
Figura 10. <i>Agricultora 2 ao lado das funcionárias da Emater e mulheres do grupo Raízes da Terra, durante a cerimônia de premiação.</i>	74
Figura 11. <i>Funcionárias da Emater, mulheres do grupo Raízes da Terra e a ativista Maria da Penha, durante a cerimônia de premiação.</i>	75
Figura 12. <i>Agricultora 3 e o filho na área de produção.</i>	78
Figura 13. <i>Área de produção de hortaliças da agricultora 3.</i>	82

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. <i>Classificação climática do Distrito Federal.</i>	54
Mapa 2. <i>Localização do Assentamento Chapadinha (DF).</i>	55
Mapa 3. <i>Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão.</i>	56
Mapa 4. <i>Localização da APA da Cafuringa.</i>	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Programas e políticas com transversalidade de gênero que beneficia	28
Quadro 2. Perfil das entrevistadas.....	61
Quadro 3. Horas médias semanais dedicadas aos afazeres domésticos do pessoal ocupado com 10 anos ou mais, segundo sexo e grupo ocupacional, em 2005.	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Descrição da participação dos agricultores do assentamento Chapadinha no PAA no período de 2012 a 2016.....	85
Tabela 2. Arranjos familiares onde a mulher é a pessoa de referência e realiza afazeres domésticos: totais, percentuais e número médio de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos	109
Tabela 3. Taxa de realização de afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente por sexo (%).....	109
Tabela 4. Pessoas que realizaram afazeres domésticos no domicílio, por sexo, segundo o tipo de afazer doméstico (%).....	111
Tabela 5. Taxa de realização de cuidados de pessoas, segundo o sexo (%).	112
Tabela 6. Taxa de realização de cuidados de pessoas, segundo grupo de idade - 25 a 49 anos (%).	112
Tabela 7. Pessoas que realizaram cuidados de moradores, segundo o grupo de idade da pessoa que recebeu o cuidado (%).....	113
Tabela 8. Pessoas que realizaram cuidados de moradores, por sexo, segundo o tipo de cuidado (%).....	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Participação das mulheres nas modalidades do PAA em 2019.....	85
Gráfico 2. Carga total de trabalho da população ocupada de 16 anos ou mais de idade,.....	99
Gráfico 3. Tempo destinado ao trabalho remunerado e não remunerado (média de horas semanais) da população acima de 15 anos, por sexo, por país, último período disponível	100
Gráfico 4. Tempo de trabalho não remunerado (horas semanais) da população de 20 a 59 anos, segundo rendimentos próprios por sexo, último período disponível.	103
Gráfico 5. Taxa de realização de afazeres domésticos pelas mulheres, segundo a condição no domicílio (%).....	110
Gráfico 6. Taxa de realização de afazeres domésticos pelos homens, segundo a condição no domicílio (%).....	110

LISTA DE SIGLAS

ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
APA	Área de Proteção Ambiental
ASTRAF	Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar do Assentamento Chapadinha
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CCC	Centro de Capacitação e Comercialização da Agricultura Familiar
CDS	Compra com Doação Simultânea
CEASA/DF	Central de Abastecimento do Distrito Federal
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DF	Distrito Federal
EMATER/DF	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GGPAA	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
IBD	Associação de Certificação Instituto Biodinâmico
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMTR-NE	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MMTR-RS	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MOC	Movimento de Organização Comunitária
NRLO	Núcleo Rural Lago Oeste
OCS	Organização de Controle Social

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PAPA/DF	Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal
PARNA	Parque Nacional de Brasília
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
I PNRA	I Plano Nacional de Reforma Agrária
II PNRA	II Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PROSPERA	Programa de microcrédito produtivo
RA IV	Região Administrativa de Brazlândia
RA V	Região Administrativa de Sobradinho
REBIO	Reserva Biológica
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial
SPM/PR	Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
ZCVS	Zona de Conservação da Vida Silvestre
ZDA	Zona de Desenvolvimento Agrícola
ZDAG I	Zona de Desenvolvimento Agropecuário I
ZDAG II	Zona de Desenvolvimento Agropecuário II
ZUE	Zona de Uso Especial
ZPM	Zona de Proteção de Mananciais
ZPPN	Zona de Proteção do Patrimônio Natural
ZPE	Zona de Proteção Especial
ZPVS	Zona de Preservação da Vida Silvestre

ZUEM	Zona Uso Especial de Mineração
ZURC	Zona de Uso Rural Controlado
ZUUC I	Zona de Uso Urbano Controlado I
ZUUC II	Zona de Uso Urbano Controlado II

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1. GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AUTONOMIA ECONÔMICA	94
1.1 Divisão Sexual do Trabalho	95
1.2 Trabalho produtivo x Trabalho reprodutivo	96
1.3 Mulheres rurais e a luta pelo reconhecimento como agricultoras	21
1.4 Políticas públicas com enfoque de gênero no campo	27
1.4.1 Inclusão produtiva de mulheres rurais: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	31
1.5 Autonomia econômica no contexto das mulheres rurais	34
CAPÍTULO 2. MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA	38
2.1 Ocupação de terras no Brasil: sob o domínio de quem?	38
2.2 Movimentos sociais do campo e a luta pela terra	43
CAPÍTULO 3. METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	49
3.1 História Oral: um caminho para a transformação	49
3.2 Universo de pesquisa: a escolha das unidades qualitativas	51
3.3 Caracterização da área de estudo	53
3.4 Escolha do lócus da pesquisa	59
CAPÍTULO 4. O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E A AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO CHAPADINHA (DF)	60
4.1 A trajetória das mulheres do Assentamento Chapadinha (DF)	62
4.2 Acesso ao programa e a renda	82
4.3 Uso do tempo	97
4.4 Compartilhamento do trabalho doméstico	108
4.5 Poder de decisão sobre o recurso financeiro	119
4.6 Empoderamento	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas	150

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	153
APÊNDICE C– Informações da coleta de dados	154

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa insere-se na linha de pesquisa *Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo*, do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER), da Universidade de Brasília (UnB). A temática concentra-se na relação entre políticas públicas, autonomia econômica e relações de gênero, tendo por objetivo registrar as experiências e percepções das agricultoras do Assentamento Chapadinha (DF) diante do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e analisar as possíveis contribuições para a autonomia econômica dessas mulheres.

O primeiro contato com o tema surgiu durante o período de graduação por meio da disciplina *Evolução da Agricultura Familiar*, ofertada pela Faculdade UnB Planaltina (FUP) durante o segundo semestre de 2015. Dentre os objetivos, a disciplina propunha o debate acerca da diversidade da agricultura familiar no Brasil, bem como a emergência do conceito e o fortalecimento deste segmento.

A partir das leituras e debates, a pesquisadora teve contato com o artigo *As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*, de Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão. Tal artigo é oriundo de uma pesquisa realizada pelas autoras em âmbito nacional, solicitada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) nos anos de 2009 e 2010, integrando o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMP) (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011). A finalidade da pesquisa consistiu em avaliar “[...] a participação das mulheres rurais e suas organizações entre os fornecedores do PAA [...]”, durante o ano de 2008 (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011, p. 12).

Dentre as constatações da pesquisa, estas são as que mais contribuíram para o interesse da pesquisadora pela temática: 1) os produtos agrícolas ainda são comercializados a partir do CFP (Cadastro de Pessoa Física) dos maridos, mesmo as mulheres participando das atividades produtivas; 2) as desigualdades de gênero se materializam na esfera doméstica, dificultando a inserção das mulheres produtoras rurais nas atividades de comercialização; 3) as discrepâncias nos percentuais de mulheres que possuem o CPF nos contratos como fornecedoras e aquelas que efetivamente fazem as entregas dos produtos; 4) e o PAA como uma das formas de acesso ao mercado pelas mulheres rurais (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011).

A partir destas questões, a pesquisadora deu início à produção de estudos voltados para o acesso de mulheres rurais às políticas públicas, bem como os desafios em

torno da autonomia econômica e o enfrentamento das desigualdades de gênero nos espaços rurais. Destaca-se o Projeto de Iniciação Científica (ProIC) da Universidade de Brasília, intitulado *Autonomia econômica das mulheres agricultoras do Assentamento Pequeno William (DF) no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*, contemplado pelo Edital (ProIC/DPG/UnB/PIBIC/CNPq/2017/2018), o qual serviu de base para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Gestão Ambiental, possibilitando o aprofundamento do tema.

O estudo aqui proposto justifica-se pela baixa participação das mulheres no PAA – média de 23% –, tal como “[...] um baixo percentual de mulheres constando formalmente nos contratos”, em nível nacional (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011, p. 17). Outro ponto relevante é a baixa produção científica acerca da relação entre mercados institucionais, políticas públicas, autonomia econômica e mulheres rurais. Tal situação pode ser verificada por meio de uma revisão sistemática – metodologia que possibilita a identificação e seleção de estudos sobre determinado tema – realizada na plataforma Web of Science (coleção principal), durante a disciplina *Metodologia em Pesquisa Ambiental e Agrária*, do PPG-MADER. Os resultados desta metodologia apontaram que apenas 19 publicações do total de 338 apresentaram relação entre as variáveis citadas.

Apesar de haver um número expressivo de publicações que tratem do desenho e operacionalização do PAA, dentre outras perspectivas, pode-se considerar incipiente as abordagens em torno da valorização do trabalho feminino e autonomia econômica no âmbito do programa, tendo em vista que ele não está direcionado a solucionar entraves de gênero nos espaços rurais (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011). No entanto, o Grupo Gestor do PAA (GGPAA), “considerando as desigualdades no acesso de mulheres e, em especial, das suas organizações produtivas ao Programa de Aquisição de Alimentos”, sancionou a Resolução nº 44/2011 que fomenta o acesso de mulheres em todas as modalidades do programa (BRASIL, 2011, seção 1, p. 92).

Segundo estudos realizados pela CONAB (2018, p. 19), a participação das mulheres nas modalidades do PAA atingiu 71% em 2017, tendo em vista que a referida resolução estabelece no artigo 4º 40% de cota para mulheres na modalidade Compra com doação Simultânea, e 30% na modalidade Formação de Estoque (BRASIL, 2011; CONAB, 2018).

Portanto, diante do contexto demonstrado, a presente pesquisa buscou responder a seguinte questão: Devido à importância que o tema vem adquirindo ao longo dos

últimos anos, e a lacuna ainda existente na produção científica a seu respeito, o PAA pode ser considerado uma estratégia para a autonomia econômica das mulheres agricultoras?

Para responder à questão de pesquisa acima, este trabalho compõe-se dos seguintes objetivos:

Objetivo geral

- Analisar as contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a autonomia econômica das mulheres agricultoras do Assentamento Chapadinha (DF).

Objetivos específicos

- Compreender como as mulheres se veem no âmbito do programa, do lar e da associação;
- Descrever as atividades desenvolvidas pelas agricultoras no âmbito do programa, e identificar os reflexos na organização produtiva e comercialização dos produtos;
- Identificar a participação das agricultoras na administração dos recursos financeiros advindos do PAA, e analisar os impactos na esfera doméstica.

CAPÍTULO 1. GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AUTONOMIA ECONÔMICA

1.1 Divisão Sexual do Trabalho

O movimento feminista surgiu a partir da tomada de consciência sobre o volume exacerbado de trabalho realizado pelas mulheres. Esse trabalho era feito de maneira gratuita, em prol de outras pessoas e incumbido de obrigações maternas e conjugais. A partir dessa constatação foram construídas as bases teóricas da divisão sexual do trabalho no âmbito do movimento feminista durante a década de 1970, na França (KERGOAT, 2009).

A divisão sexual do trabalho é caracterizada pela divisão do trabalho social com base nos sexos. Essa divisão é organizada a partir de dois princípios: a separação e a hierarquização. A separação consiste na definição de trabalho de homem e trabalho de mulher. A hierarquização atribui valores diferentes para cada trabalho, sendo aquele desempenhado pelos homens mais valorizado. Nesse sentido, os homens ocupam cargos na esfera produtiva, enquanto que as mulheres são relegadas à esfera reprodutiva (KERGOAT, 2009).

Diversos autores discutem sobre a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar (ÁVILA, FERREIRA, 2014; BRUMER, 2004; GUIMARAES, QUIRINO, 2017; SCHWENDLER, 2020). Schwendler (2020) analisou a divisão sexual do trabalho e os conflitos geracionais nos assentamentos do Paraná. Foram entrevistadas 150 jovens assentadas, que relataram o desconforto com um destino pré-definido, que as aguarda por meio do casamento. Com frequência, elas vivenciam os conflitos com o pai e os irmãos para que contribuam com os afazeres domésticos:

Que nem eu tô com a mãe e ela fala: “deixa que teu pai descanse que ele trabalhou a manhã inteira na roça”. Só que eu acho que ele poderia ajudar um pouco, porque tem dias que eu vou ajudar o pai na roça e depois volto pra casa e vou ajudar a mãe (SCHWENDLER, 2020, p.4)

Porque a responsabilidade passa tudo para a mais velha: cuidar dos menores, limpar a casa, lavar roupa, cuidar do quintal e às vezes ajudar a colher verdura [...]. Ele [o irmão] não faz tanta coisa. A mãe e o pai deixam ele mais folgado. Eu tenho que me encarregar de todas as coisas que ele não faz. Me encarregar lá de fora, cuidar da minha irmã. Ele não cuida (SCHWENDLER, 2020, p. 6).

A partir dos ensinamentos repassados pelos mais velhos, as jovens compreendem o seu lugar em uma relação conjugal futura. A partir dessa narrativa conservadora de

como deve ser uma relação conjugal, elas percebem que o lugar da mulher é de servidão, de auxílio, não restando outras saídas ou muita perspectiva para uma mulher rural. Além disso, os estereótipos de gênero ainda muito arraigados contribuem para as dificuldades na divisão igualitária das atividades do lar. Os meninos não se sentem instigados ao trabalho doméstico porque a sua masculinidade será questionada pelo seu círculo social (SCHWENDLER, 2020, p.7).

Convém citar a constante vigilância pela figura paterna no caso das filhas e esposas, enquanto a mesma vigilância não ocorre aos meninos. Enquanto o último pode sair e até mesmo ser dispensado do cuidado e dar satisfações, as meninas se ressentem em ter que pedir permissão para ir a algum lugar e muitas vezes receber respostas negativas, só por serem mulheres (SCHWENDLER, 2020).

Guimaraes e Quirino (2017) discutiram a divisão sexual do trabalho na cidade de Porteirinha, Minas Gerais, com mulheres lavradoras e produtoras rurais participantes da Marcha das Margaridas. Conforme os relatos, ainda prevalecem entre as mulheres a invisibilidade e a dupla jornada de trabalho:

Geralmente na maioria a mulher tem a sua tarefa e o homem tem suas tarefas. A maioria trabalha junto. A mulher trabalha na roça, na casa e no sindicato. Mas, meu marido faz as mesmas coisas. Mas, no geral a mulher trabalha, lava, passa vai pra Associação, mas o homem é que vende o produto e faz as compras e a mulher não recebe. Só algumas famílias a mulher recebe e divide as tarefas com o marido (Josefina) (sic) (GUIMARAES, QUIRINO, 2017, p.6)

Moraes, Jalil e Oliveira (2017) apresentam alternativas para romper com a lógica imposta pela divisão sexual do trabalho. Propõe-se alterar as relações de poder da família camponesa, na qual a mulher ainda ocupa o lugar de cuidadora e o homem de provedor. Faz-se necessária a reivindicação de uma economia feminista e apontar as desigualdades e insatisfações vivenciadas pelas mulheres:

No que se refere à realidade no meio rural, a família é tida como instituição estrutural para a manutenção do modo de vida camponês, mexer em tal estrutura, questionar os papéis de gênero que reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres do campo, é mexer na própria unidade de produção e reprodução da vida, é demonstrar a insatisfação das mulheres, é mostrar que as mulheres querem e podem ocupar os mais diversos espaços (em casa, na roça, na feira, no sindicato), é mostrar que os homens devem se apropriar das responsabilidades domésticas, é mostrar que a vida não se pauta dentro

de uma economia para responder ao capitalismo, é reivindicar uma economia feminista (MORAES, JALIL, OLIVEIRA, 2017, p. 68).

1.2 Trabalho produtivo x Trabalho reprodutivo

Baseando-se no determinismo biológico ainda presente na vida moderna, é verificável que as mulheres assumiram uma tripla jornada de trabalho intensa e desgastante: cuidar da esfera doméstica, cuidar dos filhos e da vida profissional. Machado (2014, p. 54) expõe a rotina desgastante imposta às mulheres que se queixam da falta de tempo, da vida apressada, da necessidade de terem um dia mais longo, e que possuem momentos muito restritos para descansar da vida atribulada que levam:

A grande maioria das mulheres que participaram do estudo partilham dessa sensação de uma constante falta de tempo. “O dia tinha que ter 48 horas”, disse uma participante de grupo de discussão em São Paulo. Essa sensação de que o tempo passa muito rapidamente e de que o período em que estão acordadas não é suficiente para fazer tudo o que desejam apareceu como uma dimensão simbólica importante em todos os grupos de discussão realizados. Mas, para além dessa dimensão simbólica, há uma questão prática: essas mulheres, além de exercerem trabalho remunerado, são, via de regra, as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, o que ocupa parte significativa de suas rotinas.

Para Machado (2014, p. 61), trabalho reprodutivo e trabalho produtivo possuem sentidos opostos. A autora concebe o trabalho reprodutivo sendo aquele realizado na esfera doméstica e composto por diversas atividades que propiciam a manutenção da vida. Já o trabalho produtivo, refere-se à produção voltada para o mercado e possui valor econômico:

O “trabalho reprodutivo” é aqui entendido como o trabalho da manutenção da vida e reprodução das pessoas, ou seja, aquele que envolve um conjunto de atividades realizadas na esfera privada e familiar sem as quais a reprodução humana não estaria assegurada, como o cuidado com os filhos e dependentes e as tarefas domésticas (limpeza da casa, preparo das refeições, etc.). “Trabalho doméstico” não remunerado, “cuidados” ou “atividades / tarefas de manutenção da casa e dos filhos” têm aqui o mesmo sentido de “trabalho reprodutivo”, opondo-se ao trabalho produtivo, ou seja, aquele que resulta na produção de bens ou serviços com valor econômico no mercado, também chamado de “trabalho remunerado” (ainda que possa não ser de fato remunerado).

Moraes, Jalil e Oliveira (2017) abordam a condição das mulheres rurais e a sua invisibilidade nos trabalhos produtivo e reprodutivo desempenhados por elas na agricultura familiar. De acordo com os autores, as mulheres rurais são responsáveis pelos afazeres domésticos e manejo dos quintais produtivos, além do trabalho realizado no roçado. Todavia, tais atividades não geram valor econômico, por isso, seguem invisibilizadas e consideradas como uma “ajuda” pelos familiares. As consequências dessa hierarquização recaem sobre a não remuneração do trabalho das mulheres e a restrição delas na decisão sobre uso do recurso financeiro na produção agrícola (MORAES, JALIL, OLIVEIRA, 2017).

Os referidos autores afirmam que a jornada de trabalho das mulheres rurais é minimizada pela sociedade, e que o trabalho produtivo, reprodutivo e doméstico desempenhados por elas não são reconhecidos. Partindo desse contexto, Moraes, Jalil e Oliveira (2017, p. 61) apresentam as definições desses tipos de trabalhos:

[...] a) trabalho produtivo: aquele inserido no mercado de trabalho, que produz mercadorias, que gera valor (simbólico e econômico), por exemplo, as atividades agrícolas que são voltadas para a comercialização; b) trabalho reprodutivo: aquele que pode estar inserido no mercado de trabalho, mas que gera condições que garantam a manutenção da vida social e que não estão nas relações mercantis, como as atividades dos serviços de saúde, educação ou manutenção das áreas comuns, este é o trabalho considerado reprodutivo em âmbito público e é claro que, na situação atual, grande parte dele é privatizado; c) trabalho doméstico: aquele que tem como finalidade a manutenção da família em todos os aspectos: limpeza da casa, das roupas, preparação dos alimentos, cuidado com as crianças e idosos, a coleta de lenha e água etc. Assim, o trabalho doméstico não se limita ao espaço da casa, mas também aos arredores (às vezes nem tão perto) que propiciam a matéria prima para a execução de algumas atividades domésticas (como cozinhar, que necessita da coleta de lenha e água, lavar roupa no riacho etc.).

Segundo Ávila e Ferreira (2014), as mulheres sempre ocuparam as esferas do trabalho produtivo e reprodutivo concomitantemente. Ao contrário dos homens que em sua maioria sempre ocuparam a esfera produtiva. Dentre as consequências, a força de trabalho feminina passou a ter valor econômico inferior no mercado de trabalho. Evidencia-se, portanto, o benefício que tal desigualdade representa para os homens ao alimentar o sistema capitalista e patriarcal:

O trabalho reprodutivo feito gratuitamente no espaço doméstico é estratégico para o processo de acumulação capitalista e, uma vez que é majoritariamente de responsabilidade das mulheres, é fundamental para

a sustentação do patriarcado, ou seja, para manutenção do poder dos homens (ÁVILA, FERREIRA, 2014, p. 21).

Melo e Castilho (2009) afirmam que a labuta diária doméstica não resulta em remuneração. O trabalho é de domingo a domingo, cuidando dos outros, do lar e do marido, e sendo iniciado desde cedo nos trabalhos privados e a serem desempenhadas majoritariamente pelas mulheres.

Entrevistas feitas com oito grupos focais de Recife e São Paulo, em 2012, com homens e mulheres assalariados, evidenciaram uma divisão injusta das atividades domésticas, motivo de incômodo entre as mulheres. Os homens não dividiam as responsabilidades domésticas com as esposas, e caso elas reagissem contra essas injustiças o relacionamento desandava, sendo até empregada a violência física para colocá-las “na linha”:

A mulher trabalha em casa e o homem sai pra botar dinheiro dentro de casa, é a rotina (homem, Recife). Lá em casa é dividido, uma divisão meio injusta, mas é. Durante a semana, minha mulher faz tudo, mas no fim de semana ela pede pra eu fazer (homem, Recife). Eu ajudo, eu faço. Mas eu vou ser sincero, quando eu quero (homem, Recife). Hoje, o homem não vive sem mulher, se ele deixar ela hoje, amanhã tá botando outra dentro de casa, porque ele não sabe fazer nada (homem, Recife). Nos grupos focais com homens em Recife, apareceram inclusive alusões à violência doméstica: Se a mulher não fizer [as tarefas domésticas], o cara vai espancar (homem, Recife). Ela tá em casa [não exerce trabalho produtivo], tem que fazer, senão a coisa fica feia (homem, Recife). Se ela não fizer? Tem que fazer, não tem opção, senão [faz gesto com a mão que simula um tapa]” (homem, Recife). Ou ela faz, ou ela faz” (homem, Recife) (MACHADO, 2014, p. 64).

1.3 Mulheres rurais e a luta pelo reconhecimento como agricultoras

As primeiras formas de organização do operariado no Brasil surgiram no início do século XX (COLETTI, 2019; PICOLOTTO, 2009). Por meio dos sindicatos, os operários começaram a reivindicar melhores condições de trabalho realizando greves e congressos nas primeiras três décadas do referido século (CAMPINHO, 2006; COLETTI, 2009). Neste período, os sindicatos atuavam de maneira autônoma, sem interferências do Estado em sua estrutura (COLETTI, 2019).

A partir de 1930, durante a Era Vargas, o sindicalismo brasileiro incorporou grandes transformações. Com intuito de conter a efervescência das organizações operárias, criou-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto n° 19.433/1930) e a Lei de Sindicalização (Decreto n° 19.770/1931), que estabeleceram uma estrutura oficial por meio do reconhecimento dos sindicatos pelo Estado, e a unicidade sindical, respectivamente (CAMPINHO, 2006; COLETTI, 2019).

Segundo Coletti (2019), a principal característica da estrutura oficial era a subordinação dos sindicatos ao Estado, tornando-os frágeis e isentos de representatividade. Campinho (2006) corrobora com o autor ao enfatizar que os referidos decretos representavam uma ameaça aos sindicatos livres, seja por meio da repressão policial ou pelas vantagens oferecidas. Ao mesmo passo que o aparato policial reprimia os movimentos grevistas, o Estado oferecia benefícios, tais como as férias somente para os filiados (CAMPINHO, 2006).

De 1930 até o início de 1940, vários decretos foram promulgados culminando na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)¹, em 1943 (COLETTI, 2019; PICOLOTTO, 2009). A CLT consistiu na unificação de direitos trabalhistas e regulação das relações individuais e coletivas de trabalho (JUSBRASIL, 2013). Dentre os direitos reconhecidos, cita-se o direito à sindicalização, direitos previdenciários, salário mínimo, e o repouso semanal (PICOLOTTO, 2009; JUSBRASIL, 2013).

Conforme aponta Anita Brumer (2002), as políticas sociais das décadas de 1930, 1940 e 1950 incluíram boa parte dos trabalhadores urbanos. No entanto, tal contexto não abrangeu outras categorias, tais como os trabalhadores rurais, autônomos e trabalhadoras

¹ A CLT foi criada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e sancionada durante o Estado Novo (JUSBRASIL, 2013). Os decretos mais emblemáticos deste período foram: Decreto n° 24.694, de 12 de julho de 1934, que dispõe sobre a instituição dos sindicatos; Decreto-Lei n° 1.402, de 5 de agosto de 1930, que dispõe sobre a regulação e reconhecimento dos sindicatos; e o Decreto-Lei n° 2.377, de 8 de julho de 1940, que dispõe sobre o imposto sindical (COLETTI, 2019).

domésticas² (BRUMER, 2002). Brumer (2002), Coletti (2019) e Picolotto (2009) enfatizam a exclusão dos trabalhadores rurais da cobertura previdenciária e da constituição de sindicatos oficiais.

Segundo Martins (1981), durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve o aumento do preço da cana de açúcar, o que ocasionou a expulsão dos foreiros das terras arrendadas pelos fazendeiros no Nordeste. Os foreiros³ que conseguiam permanecer nas terras tinham que destruir a plantação existente e fazer o plantio de cana. Mesmo dedicando mais tempo ao canavial e recebendo salário inferior, os foreiros continuavam sendo expulsos das terras. Foi este contexto que propiciou o surgimento das Ligas Camponesas⁴, em 1955 (MARTINS, 1981). Primeiramente denominado de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), o movimento das Ligas Camponesas era composto por 140 famílias de foreiros situados nos 500 hectares do Engenho Galiléia (COLETTI, 2019; CPDOC FGV, 2009; MARTINS, 1981).

Conforme relata Picolotto (2009), em meados da década de 1950, os trabalhadores rurais não possuíam uma identidade política definida. Para fins de mobilização desses atores, as tentativas de construção de uma identidade coletiva aconteciam em torno dos termos camponês, lavrador e trabalhador agrícola (PICOLOTTO, 2009).

Para Martins (1981, p. 77), no contexto das Ligas Camponesas, existiam dois grupos diferentes de trabalhadores para serem organizados e mobilizados:

De um lado, os foreiros das terras de engenhos, camponeses em via de expulsão. De outro lado, os moradores das usinas, trabalhadores em vias de converterem-se definitivamente em assalariados, perdendo as características camponesas, além daqueles que já estavam efetivamente reduzidos à condição de assalariados, expulsos de seus roçados para as pontas de ruas, os povoados próximos às usinas.

² Desde 1936, as trabalhadoras domésticas constituíram movimentos em busca da ampliação dos direitos trabalhistas para a categoria. Com a Constituição Federal de 88, as trabalhadoras domésticas conquistaram o direito à sindicalização, e em 1997, criaram a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Como resultado das reivindicações, o Congresso Nacional aprovou em abril de 2013, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 72, regulamentada pela Lei Complementar (LC) n° 150/2015. Esta lei define o trabalho doméstico, estabelece o salário-mínimo nacional, horas extras, jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 semanais, seguro-desemprego, licença maternidade, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), aposentadoria, dentre outros direitos (ARAUJO, MONTICELLI, ACCIARI, 2021).

³ Desde 1940, os foreiros eram expulsos das terras pelos fazendeiros em virtude da valorização do açúcar pelas usinas. Desse modo, tornaram-se trabalhadores assalariados e não-residentes (MARTINS, 1981, p. 76).

⁴ Criado em 1° de janeiro de 1955, o movimento localizava-se no Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, estado de Pernambuco (CPDOC FGV, 2009).

A partir de 1960⁵, teve início o processo de legalização do sindicalismo rural (BRUMER, 2002), e a consolidação da identidade *trabalhador rural* que abrangeu diversas categorias (PICOLOTTO, 2009, grifo do autor). De acordo com Martins (1981) e Picolotto (2009), a estrutura do sindicalismo rural foi resultado das lutas dos trabalhadores na década de 1950⁶. Sendo assim, tem-se em 1963, a promulgação da Lei nº 4.214/1963, denominada Estatuto do Trabalhador Rural, que ampliou os direitos sociais aos trabalhadores do campo, e regulamentou as relações trabalhistas e o reconhecimento dos sindicatos rurais. Já em 1964, foi promulgada a Lei nº 4.504/64, o Estatuto da Terra, que definiu e regulamentou as diretrizes para a reforma agrária e política agrícola (COLETTI, 2019; PICOLOTTO, 2009).

Mesmo com todos os avanços legislativos conquistados pelo sindicalismo urbano e rural, alguns sujeitos permaneciam na invisibilidade, como é o caso das trabalhadoras rurais. De acordo com Brumer (2002), a inclusão das trabalhadoras rurais ocorreu tardiamente em comparação às referidas categorias, pois não havia reconhecimento do trabalho produtivo, que era considerado como ajuda ao trabalho do cônjuge. A falta de reconhecimento das trabalhadoras rurais como sujeitos de direito impedia o acesso das mulheres aos benefícios da previdência social e acesso à terra, tornando-as dependentes dos maridos (BRUMER, 2002).

Tal situação evidenciou-se por meio da Lei Complementar nº 11/1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL)⁷, a qual estabeleceu no parágrafo único do artigo 4º, a concessão de aposentadoria apenas ao chefe de família. As mulheres eram beneficiadas de maneira direta somente quando comprovassem o assalariamento ou quando eram as chefes da unidade familiar, o que era considerado raro na época (BRASIL, 1971; BRUMER, 2002).

Carneiro (1994) relata que as mulheres sempre participaram das lutas dos trabalhadores rurais. No entanto, a inserção nos movimentos sociais dava-se por intermédio do cônjuge ou de outros familiares mais próximos do movimento sindical. A

⁵ A estruturação do sindicalismo rural compreendeu o período entre o governo João Goulart (1961-1964) e o início da ditadura militar (1964 -1985) (PICOLOTTO, 2009, p. 6). Cabe ressaltar que neste período existiam duas forças políticas que disputavam o controle dos sindicatos rurais. São elas: Partido Comunista do Brasil (PCB) e a Ação Popular (AP), este último representado pela Igreja Católica (COLETTI, 2019; PICOLOTTO, 2009).

⁶ Além das Ligas Camponesas, Coletti (2019) ressalta outras manifestações que contribuíram para a implantação da estrutura sindical no campo, como as manifestações dos posseiros em Formoso e Trombas (Goiás), e o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul.

⁷ A Lei Complementar nº 11/1971 instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), implantado durante o regime militar de 1964, especificamente no governo Médici (1969-1974).

autora cita exemplos de mulheres que caminharam em direção oposta às exigências do patriarcado, assumindo cargos de liderança após a morte dos maridos:

É o caso de Elizabeth Teixeira, Margarida Alves e Maria Oneide, entre outras. [...] Nesses casos, a liderança se firma com a morte do marido, fato que a conduz a substituí-lo, assumindo, então, o compromisso com a luta, numa demonstração de capacidade de liderança e de coragem desproporcionais à imagem que a sociedade lhe atribuíra: aquela que deve ficar em casa, cuidar dos filhos e obedecer às ordens (do marido ou do pai) (CARNEIRO, 1994, p. 11).

Na década de 1980, era baixíssima a quantidade de mulheres filiadas aos sindicatos (AMARAL, 2007; MENDES *et al.*, 2014). Mesmo sem entraves legais, parte das diretorias impedia a filiação das mulheres (CARNEIRO, 1994). Vários questionamentos começaram a ganhar força entre as mulheres associadas das regiões Sul e Nordeste, culminando em campanhas de sindicalização pelo país (AMARAL, 2007). Desse modo, teve início a formação de uma identidade política feminina que compõe um conjunto de reivindicações à estrutura sindical (CARNEIRO, 1994).

Como consequência das campanhas, em 1985, durante o IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), houve a aprovação de um documento que reconheceu a mulher como trabalhadora rural (AMARAL, 2007; CARNEIRO, 1994).

Heredia e Cintrão (2006) enfatizam que a história de organização dos movimentos de mulheres rurais no Brasil é relativamente recente. Foi na década de 1980 que os movimentos se tornaram cada vez mais focalizados, sendo realizados encontros com pautas específicas das mulheres rurais (CARNEIRO, 1994). Para Mendes *et al.* (2014), o sindicalismo oficial – apesar da rigidez e iniciativas seletivas – e os movimentos rurais possibilitaram o aumento da visibilidade política das mulheres nesse período. Cita-se como movimentos emblemáticos dessa luta o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), em 1986, e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), em 1989 (AMARAL, 2007; HEREDIA, CINTRÃO, 2006).

A partir das crescentes mobilizações, tais como encontros, passeatas e campanhas entre 1986 a 1988, foi possível a participação das mulheres na Assembleia Constituinte de 1987, com apoio de organizações como a CONTAG e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (HEREDIA, CINTRÃO, 2006; HORA, 2018; MENDES *et al.*, 2014). A Constituição Federal (CF) de 1988 é um marco no que se refere aos direitos

conquistados pelas mulheres rurais (HEREDIA, CINTRÃO, 2006). Em decorrência das reivindicações, houve a inclusão do acesso à previdência rural e o direito à terra em condições iguais aos homens pelos artigos 201 e 189, respectivamente (HORA, 2018).

As discussões na CF sobre as políticas públicas para as mulheres trabalhadoras rurais impulsionaram as mobilizações em todo o país. Na tentativa de reunir os movimentos autônomos, pastorais e mistos de mulheres rurais, criou-se em 1985, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) (HEREDIA, CINTRÃO, 2006; SALVARO, LAGO, WOLF, 2013). Em 1997, a ANMTR foi responsável pela campanha *Nenhuma trabalhadora rural sem documento*, e distribuiu cartilhas de formação sobre o acesso aos documentos pessoais e profissionais em 21 estados da Federação. Em 2003, o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com base nessa ação, implementou o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)⁸ (SALVARO, LAGO, WOLF, 2013, grifo nosso).

A unificação de movimentos autônomos de mulheres rurais possibilitou a criação de um movimento de abrangência nacional, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (HEREDIA, CINTRÃO, 2006). Na perspectiva desse movimento, a categoria camponesa visa reunir agricultoras, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, extrativistas, ribeirinhas, meeiras, arrendatárias, posseiras, boias-frias, parceiras, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas, diaristas, “[...] pois todas produzem alimento e garantem a sobrevivência da família” (SALVARO, LAGO, WOLF, 2013, p. 87).

Outra expressão de luta e mobilização em âmbito nacional é a Marcha das Margaridas (HORA, 2018; MENDES *et al.*, 2014). Iniciada no ano 2000, a primeira marcha reuniu cerca de 20 mil participantes em Brasília (AGUIAR, 2016; AMARAL, 2007). Outras edições aconteceram em 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019, esta última com participação de 100 mil mulheres (SAMPAIO, 2019). Considerada a maior marcha de mulheres da América Latina, seu intuito é organizar trabalhadoras rurais de todos os estados para negociação de políticas públicas que contemplem seu papel como agricultoras, tais como acesso a linha especial de crédito, assistência técnica

⁸ Segundo os resultados do Plano Brasil sem Miséria de 2011 a 2014, foram emitidos mais de 1 milhão de documentos, e 522,9 mil mulheres atendidas pelos mutirões do PNDTR. Veja em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/Caderno%20de%20Resultados_Rural.pdf.

especializada, implementação de programas de geração de renda e apoio à comercialização, dentre outras (HEREDIA, CINTRÃO, 2006, SAMPAIO, 2019).

A Marcha das Margaridas carrega em seu nome uma homenagem a Margarida Maria Alves, líder sindical que ocupou a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, durante 12 anos (AGUIAR, 2016). Margarida lutava pelos direitos trabalhistas de homens e mulheres do campo, tais como: carteira de trabalho assinada, décimo terceiro salário e combate ao trabalho infantil nos canaviais (PAIXÃO, 2019).

A sindicalista movia mais de 100 ações trabalhistas contra a Usina Tanques e orientava os trabalhadores a acionar a justiça, a fim de assegurar os referidos direitos diante dos abusos praticados pelos patrões (AGUIAR, 2016; PAIXÃO, 2019). Em agosto de 1983, Margarida foi assassinada em frente à sua casa, na presença do marido e do filho, por pistoleiros contratados pelos latifundiários da região (LOZANO, 2017; PAIXÃO, 2019).

Em suma, os movimentos aqui citados são guiados pelo reconhecimento da profissão de agricultora, a fim de romper com a invisibilidade do trabalho produtivo das mulheres rurais, por meio da emancipação, autonomia econômica e equidade de gênero (HEREDIA, CINTRÃO, 2006; MENDES *et al.*, 2014).

1.4 Políticas públicas com enfoque de gênero no campo

No Brasil, o fortalecimento do movimento feminista ocorreu simultaneamente a consolidação dos estudos sobre gênero, no final da década de 1970. Desde então, houve a crescente incorporação da temática de gênero pelas comunidades acadêmicas, proporcionando diversas correntes e definições feministas. Entre as definições mais difundidas, têm-se as relações sociais entre os sexos pautadas nas desigualdades entre homens e mulheres, configurando uma relação desigual de poder (FARAH, 2004).

[...] Nas sociedades ocidentais, marcada também por outros ‘sistemas de desigualdade’, [...] é possível constatar, no entanto, que o padrão dominante nas identidades de gênero de adultos envolve uma situação de subordinação e de dominação das mulheres, tanto na esfera pública como na privada. (FARAH, 2004, p. 48).

Desde o final de 1970, as relações entre o Estado e a sociedade brasileira passaram por intensas transformações. Em decorrência da democratização do regime, a partir de 1980, as políticas públicas brasileiras puderam ser construídas com a participação de diversos atores (BARSTED, 1994; FARAH, 2004). Cita-se as mulheres, que nesse período se constituíram como sujeitos políticos e juntamente com o movimento feminista reivindicavam questões específicas, tais como direito a creches, contraceptivos, integridade física etc. (BARSTED, 1994; FARAH, 2004). Foi nesse contexto que as primeiras políticas públicas com recorte de gênero foram implementadas (FARAH, 2004).

Segundo Barsted (1994), os movimentos feministas brasileiros eram compostos por mulheres brancas, de classe média e com ensino superior, inspiradas pelo feminismo da Europa e dos Estados Unidos. Com a participação das mulheres em grupos de resistência contra a ditadura, o movimento feminista brasileiro passou a apresentar dupla identidade. A primeira voltava-se contra o regime, a segunda constituía-se como um novo ator social na luta pelo reconhecimento da condição da mulher (BARSTED, 1994).

Com a consolidação da segunda onda do feminismo no país, em 1980, os ideais feministas se expandiram e foram apropriados por diversos segmentos de mulheres. Foi nessa época e contexto que as mulheres rurais se aproximaram do feminismo. Todavia, as feministas urbanas tiveram pouca influência na organização das mulheres rurais, sendo as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) fundamentais nesse processo. A partir do contato das mulheres rurais com a teologia feminista nos ambientes das CEBs, elas

começaram a refletir sobre sua condição e questionar a misoginia presente no seu cotidiano (AGUIAR, 2016).

Sob a ótica feminista, a década de 1990 representou um avanço na esfera pública, contemplando temas como as cotas mínimas de mulheres nos partidos políticos e sindicatos. Com a chegada dos anos 2000, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) representou a ampliação da agenda do movimento feminista urbano e rural. Novas articulações surgiram, como a Marcha das Margaridas, movimento que representa as mulheres do campo e da floresta, e que iniciou um novo período de reivindicações de políticas públicas com ênfase na condição da mulher rural (AGUIAR, 2016).

Nos anos 2000, surgiram as primeiras políticas públicas transversais com recorte de gênero (Quadro 1). Para a implementação dessas políticas foram criadas as (extintas) Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (LOZANO, 2017). O intuito de tais políticas é garantir o espaço e a visibilidade das questões de gênero nos programas de estado e a reprodução nas esferas governamentais (RAMOS, 2014).

Quadro 1. Programas e políticas com transversalidade de gênero que beneficia as mulheres rurais.

Programas e políticas públicas com transversalidade de gênero	Ano de implementação
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	2003
Programa Nacional de Documentação Da Trabalhadora Rural (PNDTR)	2004
PRONAF Mulher	2004
Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)	2005
Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR)	2008
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	2009
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)	2010
Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica (PLANAPO)	2012

Fonte: Adaptado de Lozano (2017).

Cabe ressaltar um marco na legitimidade da agricultura familiar perante o Estado, fruto da luta dos movimentos (Grito da Terra) e dos sindicatos rurais, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996

(ROCHA, ANJOS, 2016; DIAS *et al.*, 2013). Sua finalidade é prover crédito agrícola com juros menores aos agricultores e estimular a agricultura familiar (DIAS *et al.*, 2013; BRUMER, SPANEVELLO, 2011).

No primeiro mandato do governo Lula, os movimentos de mulheres demandaram a criação de uma linha de crédito que beneficiasse as trabalhadoras rurais sem comprometer as demais verbas do grupo familiar (BUTTO, 2011; BRUMER, SPANEVELLO, 2011). Foi criado um sobreteto de 30% no Plano Safra 2003/2004 para o grupo familiar. O acesso podia ser feito de maneira individual ou coletiva, sendo possível o financiamento de atividades agrícolas e não agrícolas. No Plano safra 2004/2005, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) começou a ser emitida com o nome do casal, fomentando o acesso total pelas mulheres ao Pronaf, e não somente por uma linha de crédito específica. Posteriormente, o referido sobreteto transformou-se no Pronaf Mulher (BUTTO, 2011).

O Pronaf Mulher tem como objetivo o financiamento de atividades agrícolas, agropecuárias, artesanais e o que mais interessar à agricultora, independente do seu estado civil. No decorrer dos anos algumas mudanças foram implementadas no programa, tais como o aumento dos valores concedidos e a inclusão das mulheres assentadas pela reforma agrária (Grupo A) e as mulheres de baixa renda (Grupo B) (BRUMER, SPANEVELLO, 2011).

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) foi lançado em 2004, sendo responsável por instruir as mulheres sobre a utilidade da documentação civil e trabalhista, além de emitir gratuitamente documentos como RG, CPF, Certidões de nascimento e Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). O PNDTR auxilia no acesso das mulheres às políticas de reforma agrária, agricultura familiar e previdência social, além de promover a inclusão bancária (BRASIL, 2008). De acordo com Hora (2018), por meio da plataforma Painel de Políticas da SEAD⁹, o PNDTR está com trabalhos paralisados desde 2017. Segundo disposto na plataforma, apenas 1 mutirão foi realizado em 2017, com 803 documentos emitidos e 377 mulheres beneficiadas. Os quantitativos são os mais baixos desde a implementação do programa.

Historicamente, as mulheres foram excluídas dos programas de extensão rural, tendo em vista a divisão sexual do trabalho presente na sua concepção. As capacitações eram direcionadas aos chefes de família, ou seja, aos homens. O trabalho das mulheres

⁹Painel de Políticas da SEAD. Acesse em: <http://nead.mda.gov.br/politicas>

era invisível para as instituições, sendo ministradas apenas capacitações no âmbito doméstico (SILVA *et al.*, 2020). Outro marco fruto das reivindicações das mulheres rurais foi a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) pela Lei nº 12.188/2010. Como forma de mitigar as desigualdades de acesso entre homens e mulheres, estabeleceu-se como um dos princípios da Pnater, a “equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia” (BRASIL, 2010, Art.3, inc. V).

Cabe ressaltar as diversas iniciativas feministas no campo da ATER nos últimos anos. Cita-se a sistematização de experiências na região Nordeste encabeçadas por organizações feministas e mistas, que visam a construção de uma ATER feminista, agroecológica e emancipatória através de novos arranjos participativos e metodológicos (REDE, 2017).

Entre estas iniciativas, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) atendeu 10 mulheres quilombolas da comunidade de Vila Nova, município de Biritinga, Bahia. Foi constatada a baixa participação das mulheres nas ações desenvolvidas pelas associações e cooperativas da região. Por meio do projeto “Mãos na Terra” – ATER Mulheres foram iniciadas ações como a horta comunitária para geração de renda e segurança alimentar das famílias. Com o avanço produtivo, as mulheres conseguiram participar de mercados institucionais como o PAA e o PNAE, além da aquisição de equipamentos por meio de editais. As ações do projeto contribuíram para o empoderamento das participantes, devido a adaptação de metodologias pela equipe técnica do MOC, pensando na realidade local das mulheres. Entre os avanços, cita-se a reafirmação da identidade como negras, quilombolas e produtoras, ocupando espaços de poder e acesso a direitos historicamente negados (CARNEIRO, JESUS, ALMEIDA, 2017).

1.4.1 Inclusão produtiva de mulheres rurais: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696/2003, no âmbito do Programa Fome Zero, e caracteriza-se pela intersetorialidade (GRISA *et al.*, 2010; ASSIS, PRIORE, FRANCESCHINI, 2017). O programa possui dois objetivos principais: 1) garantir o acesso à alimentação de qualidade pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; 2) e promover a inclusão produtiva dos trabalhadores rurais. O PAA é composto por dois tipos de beneficiários: os agricultores familiares que repassam seus produtos para o programa (fornecedores), e as pessoas que recebem os alimentos pelas entidades socioassistenciais cadastradas (ASSIS, PRIORE, FRANCESCHINI, 2017; CUNHA, FREITAS, SALGADO, 2017).

Atualmente, o PAA é executado com os recursos do Ministério da Cidadania (MC) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A Conab é a responsável pela operacionalização de quatro modalidades vigentes: Compra com Doação Simultânea (CDS), Aquisição de Sementes, Compra Direta da Agricultura Familiar e Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque). Com base nos dados da Conab, a modalidade CDS é a que mais recebe recursos. Em 2019, do total de 41 milhões de reais, 78% foi destinado para essa modalidade, ou seja, cerca de 32 milhões de reais. Isso ocorre devido ao desenho da modalidade, que possibilita a comercialização de uma ampla variedade de produtos (CONAB, 2020).

Inicialmente concebido como parte estruturante e estratégica do Programa Fome Zero (GRISA *et al.*, 2010; ASSIS, PRIORE, FRANCESCHINI, 2017; CUNHA, FREITAS, SALGADO, 2017), o PAA foi o primeiro programa a fomentar a inclusão da agricultura familiar no mercado institucional. Antes do programa, a comercialização nos locais vulneráveis economicamente se dava por meio de arranjos informais, representados pela figura do atravessador (CUNHA, FREITAS, SALGADO, 2017).

Várias melhorias foram alcançadas pelos agricultores familiares por meio dos mercados institucionais. No tocante ao PAA, além da dispensa de licitação, leva-se em conta a valorização dos produtos conforme as diferenças regionais (SCHMITZ, MOTA, SOUSA, 2016). Os valores pagos aos agricultores mediante o mercado regional fortalecem a sua autonomia, tendo em vista que antes do PAA os valores das compras institucionais estavam defasados (ROCHA, ANJOS, 2016).

Desde 2011, por meio da Resolução nº 44/2011, o Grupo Gestor do PAA (GGPAA) estabeleceu critérios de priorização para a seleção das propostas de

comercialização. A resolução reconhece a contribuição do trabalho das mulheres para a economia rural, bem como as diferenças de acesso ao programa pelas mulheres e suas organizações produtivas. Por isso, tem-se no art. 4º as cotas mínimas de mulheres nas modalidades CDS e CPR-Estoque, sendo 40% e 30%, respectivamente (BRASIL, 2011; CONAB, 2020).

Diante do novo dispositivo, pesquisas foram realizadas com o objetivo de compreender a participação das mulheres no programa, tendo em vista que, até então, não possuía em sua estrutura um recorte de gênero. Cita-se a pesquisa de Azevedo (2012) nos municípios rurais de Barbacena, Minas Gerais. O lócus da pesquisa foi propício para constatar como operam as relações de gênero, pois caracteriza-se pela cultura coronelista e o tipo de produção agrícola (hortaliças) atribuída às mulheres. Com o objetivo de analisar as contribuições do PAA para o empoderamento das agricultoras, bem como as mudanças nas relações entre homens e mulheres, a autora constatou que não há o reconhecimento do trabalho das agricultoras pelos homens, sendo considerado uma ajuda (AZEVEDO, 2012).

A partir dos dados, a referida autora afirma que o PAA favoreceu a sociabilidade nas comunidades rurais barbacenenses. As agricultoras entrevistadas afirmaram que a participação no PAA gerou uma elevação do sentimento de importância no âmbito da família. Outro ponto relevante é que por meio do programa, os produtos considerados de cultivo feminino (frutas, hortaliças e flores) passaram a ter espaço e preço justo por meio da inserção na modalidade CDS (AZEVEDO, 2012).

A pesquisa de Santos (2019) analisou as implicações da inserção das mulheres nos mercados institucionais, sobretudo o PAA, para a construção da sua autonomia. A pesquisa concentrou-se no município de Santarém, no Pará, e corrobora com os resultados de Azevedo (2012) no tocante à valorização dos produtos após a inserção na modalidade CDS. Segundo a autora, o PAA tornou-se um importante canal de escoamento da produção, todavia, ressalta-se a dependência das agricultoras ao programa, devido as dificuldades de acesso a outros mercados na região. Segundo Santos (2019), as precariedades estruturais e orçamentárias do programa enfraquecem a inclusão produtiva e a permanência das agricultoras.

Ramos (2018) analisou a participação no PAA das mulheres agricultoras do assentamento Pequeno William, no Distrito Federal, e buscou identificar os fatores que contribuem para a autonomia econômica das agricultoras. Os dados corroboram com a pesquisa de Santos (2019) no que se refere aos arranjos mercantis por meio do programa.

Segundo a autora, “[...] evidenciou-se a tímida participação em feiras e demais espaços de comercialização – necessidade de mais arranjos mercantis por parte do PAA” (RAMOS, 2018, p. 46). Contudo, 50% das entrevistadas afirmaram a integração com outros programas, entre eles o Bolsa Família, DF Sem Miséria e o Benefício Variável Jovem (acréscimo no âmbito do Bolsa Família), além do trabalho artesanal com fibra de bananeira. Nesse sentido, as mulheres não se encontram totalmente dependentes do PAA, mas isso ocorre em virtude das políticas de cunho social, e não do acesso aos mercados institucionais agrícolas (RAMOS, 2018).

Essa breve exposição dos objetivos e resultados de pesquisas recentes sobre a inclusão das mulheres no PAA, suscita discussões acerca dos diferentes contextos que o programa está inserido, bem como os diferentes desenhos que ele tem incorporado. Isso implica numa diversidade de avanços e de lacunas em relação ao fortalecimento da autonomia econômica, do empoderamento e do desenvolvimento regional, tendo em vista os diferentes atores envolvidos no processo de inclusão produtiva das mulheres. Cita-se como os estados e municípios dispõem, por exemplo, os serviços de assistência técnica e extensão rural, e como as associações e cooperativas se adequam as mudanças como as impostas pela referida resolução. Esse apanhando de fatores tem reflexos diretos na efetiva participação das mulheres no programa.

1.5 Autonomia econômica no contexto das mulheres rurais

A noção de autonomia é utilizada como ideal político, econômico e social, e norteia diversas correntes do pensamento liberal. O ideal de autonomia apoia-se “[...] na produção de normas e instituições que garantam a igual capacidade dos indivíduos para definir e buscar sua concepção de bem” (BIROLI, 2012, p. 12). Nesse sentido, as correntes liberais entendem que as preferências manifestadas pelos indivíduos são consideradas próprias desses indivíduos, ou seja, são concebidas por eles. No entanto, a crítica feminista questiona o “[...] que se passa antes de as preferências serem expressas” (BIROLI, 2012, p. 8).

Segundo Biroli (2012), as abordagens feministas criticam o processo de socialização – que constitui a base das preferências – e a naturalização das diferenças entre os sexos. Tais mecanismos causam impactos negativos à autodeterminação dos indivíduos, sobretudo as mulheres, tendo em vista que a dominação masculina é “[...] responsável pela reprodução da moral fundada na valorização da obediência [...]” (BIROLI, 2012, p. 9).

Portanto, deduz-se que, mesmo em sociedades consideradas democráticas e com normas e instituições guiadas pelo ideal da autonomia, ainda persistem contradições e assimetrias que impedem o exercício da autonomia diante do processo de formação das preferências e identidades das mulheres, destacando-se aqui as hierarquias de gênero:

As hierarquias de gênero produzem preferências e identidades que reafirmam a posição de subordinação e vulnerabilidade relativa das mulheres: essa é uma das bases para a crítica à consideração das preferências já produzidas como um ponto de partida para as análises e a formulação de políticas (BIROLI, 2012, p. 12).

Segundo a autora, para que haja a manutenção da autonomia, faz-se necessária uma reflexão crítica acerca das preferências produzidas a partir das relações de poder e dos padrões opressivos de socialização. Desse modo, torna-se possível entender como os mecanismos citados influenciam nas escolhas e expectativas de vida dos indivíduos (BIROLI, 2012).

A partir da discussão sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho, Soares (2011) afirma que o avanço da autonomia das mulheres está condicionado ao avanço da participação na esfera pública e privada. A referida autora (2011, p. 281) concebe a autonomia das mulheres como “[...] a capacidade de tomar decisões livres e

informadas sobre sua própria vida, de maneira a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos, num determinado contexto histórico”. Nesse sentido, ela apresenta três esferas de autonomia: a física, a econômica e a de decisão:

A autonomia física se refere ao controle do seu corpo, de decidir sobre sua saúde, reprodução, exercer sua sexualidade, integridade física livre de violência. A autonomia econômica se refere à capacidade de adquirir e controlar recursos econômicos, isto é, capacidade de gerar ingressos próprios, controlar bens materiais, decidir sobre os ativos familiares. A autonomia em participar das decisões que afetam a vida coletiva e individual (SOARES, 2011, p. 282).

De modo similar, no que tange à autonomia econômica das mulheres, Butto *et al.* (2014, p. 103) a definem como a “[...] capacidade delas de serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e decidir qual é a melhor forma de fazê-lo”. As autoras ressaltam que a autonomia econômica vai além da questão financeira, pois depende de outras fontes além da remuneração, como por exemplo, o acesso ao crédito e aos serviços públicos.

Faria (2011) assinala a importância de retomar o debate acerca da autonomia econômica para as mulheres, que traz consigo fatores recorrentes, tais como a invisibilidade do trabalho feminino, a desigualdade de acesso à renda, e a incumbência do trabalho doméstico e de cuidados.

Diversas autoras discutem sobre a invisibilidade do trabalho feminino (BUTTO, 2011; BUTTO *et al.*, 2014; FARIA, 2011; SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011; SOARES, 2011). Há um consenso de que o trabalho realizado pelas mulheres fora do ambiente doméstico é considerado como uma “ajuda” ao trabalho masculino, sendo denominado até mesmo como um “não-trabalho” (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011, p. 20).

Na agricultura familiar, o trabalho das mulheres está relacionado principalmente “[...] às atividades de autoconsumo, não remuneradas e consideradas complementares ao trabalho do homem” (FARIA, 2011, p. 235). O cuidado com os filhos, idosos e demais membros da esfera familiar, também é considerado como uma “mera extensão” ou “ajuda”, sendo derivado da invisibilidade do trabalho feminino (BUTTO, 2011, p. 14).

No meio rural, esse fator ocorre em virtude da divisão sexual do trabalho (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011; BUTTO, 2011; BUTTO *et al.*, 2014). De acordo com Butto (2011), os homens ocupam atividades econômicas que geram emprego e renda, enquanto que as mulheres estão vinculadas às atividades de autoconsumo da família, com baixo retorno de recursos financeiros.

A divisão sexual do trabalho é um fenômeno construído historicamente, conforme aponta Faria (2011). Segundo ela, com base no estudo de Daniele Kergoat, a divisão sexual do trabalho estrutura-se a partir de dois princípios: (1) a divisão do trabalho masculino e feminino; (2) e a hierarquização, na qual ocorre maior valorização do trabalho masculino.

No contexto rural, esse fenômeno ocorre a partir da separação do espaço doméstico e do roçado, tal como a hierarquização das atividades realizadas pelas mulheres e pelos homens nos respectivos espaços, sendo o trabalho masculino considerado superior (BUTTO *et al.*, 2014).

As desigualdades de gênero também ocorrem no âmbito das políticas públicas para a agricultura familiar. As discriminações comumente sofridas pelas mulheres são expressas muitas vezes pelas dificuldades de acesso aos programas, assim como o “anonimato” diante dos contratos. Exemplo disso, é o baixo percentual de participação das mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e os comportamentos patriarcais presentes nas instituições e agentes públicos, conforme evidencia Siliprandi e Cintrão (2011).

As referidas autoras relatam práticas que reforçam a invisibilidade das mulheres diante das políticas públicas, tal como a interpretação de que os maridos são os únicos representantes da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), e o consequente preenchimento e emissão de documentos – cita-se a nota fiscal – constando somente o nome dos homens. Segundo as autoras, tais práticas compõem uma “cultura institucional”, que contribuem para reafirmar a posição de subordinação das mulheres na esfera familiar e unidade de produção, e a invisibilidade como “agentes econômicos e produtivos da agricultura familiar” (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011, p. 25-29).

Indo ao encontro dessas afirmativas, Soares (2011, p. 299) expressa que “as desigualdades geram a falta de autonomia das mulheres”. Para ela, essa falta advém do não reconhecimento dos direitos femininos, assim como a má distribuição de renda, do tempo e do poder. Ainda, segundo a autora, o mercado de trabalho expressa nitidamente as desigualdades de gênero e raça (SOARES, 2011).

Nesse sentido, a publicação *Gênero e autonomia econômica para as mulheres* realizado pela antiga Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), instituída em 1º de janeiro de 2003, discute a transversalidade de gênero, raça e etnia nos programas e políticas públicas voltados para a geração de emprego e renda:

As políticas públicas têm a capacidade de interferir nas desigualdades que existem entre mulheres e homens e entre a população negra ou branca em termos de acesso a emprego digno, condições de produção e comercialização, acesso à renda e redução da sobrecarga de trabalho (BRASIL, 2016, p.41).

A publicação aponta um conjunto articulado de políticas públicas com objetivo de estimular a autonomia econômica das mulheres, tais como o referido PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). No caso do PAA, ele vem apresentando avanços significativos para as mulheres rurais por meio da garantia de canais de venda para seus produtos, representando “[...] um enorme potencial para sua autonomia econômica [...]” (BRASIL, 2016, p. 47).

Soares (2011) reconhece as mudanças conquistadas pelas mulheres no mercado de trabalho, tal como a crescente participação nesse espaço, e o consequente aporte econômico na renda familiar. A autora enfatiza que os avanços necessários para o exercício da autonomia econômica estão relacionados à percepção das mulheres diante de suas vidas; além das questões que envolvem o mercado de trabalho (SOARES, 2011).

Faria (2011) afirma que para o pleno estabelecimento da autonomia econômica das mulheres, faz-se necessária a superação da divisão sexual do trabalho no âmbito de uma nova sociedade mais justa e igualitária. Ela ressalta também, a importância de “[...] avançar nas políticas de geração de emprego, de fortalecimento da produção das mulheres no meio rural e também nas experiências autogestionadas da economia solidária” (FARIA, 2011, p. 244).

CAPÍTULO 2. MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA

2.1 Ocupação de terras no Brasil: sob o domínio de quem?

Conforme aponta Caio Prado Júnior (1981), de início os povos europeus não almejavam povoar os imensos territórios da América, pois o interesse era estritamente comercial, sendo o foco direcionado para o Oriente. Posteriormente, a América foi colonizada mesmo com territórios considerados vazios e primitivos, pois havia interesse em explorar produtos de valor para o mercado, tais como a madeira, corantes e derivados da pesca.

Diante desse contexto de expansão marítima e comercial europeia, o Brasil constituiu-se como uma colônia de exploração, de economia agroexportadora, direcionada aos interesses comerciais da metrópole portuguesa e do mercado internacional da época (FERNANDES, 2014; JÚNIOR, 1981; LIMA, 1999).

A colonização do território brasileiro deu-se por motivações políticas e econômicas. Entre elas, a expulsão de traficantes franceses da costa brasileira, executada pelo rei de Portugal, D. João III, a fim de garantir seu direito sobre as terras e a intensa exploração do pau-brasil e, posteriormente, cana-de-açúcar. No entanto, o maior desafio diante da ocupação seria convencer os colonos a habitarem o novo território. Para isso, iniciou-se a divisão da costa brasileira, que deu origem às Capitânicas Hereditárias¹⁰ – extensas porções de terras –, que foram entregues aos donatários responsáveis pela distribuição entre os colonos (DINIZ, 2005; FERNANDES, 2014; JÚNIOR, 1981).

O sistema de sesmarias¹¹ foi o primeiro instrumento jurídico estabelecido no Brasil-colônia para a ocupação do território pelos colonos portugueses (BURGER, CAPELOTTI, 2017; FERNANDES, 2014; SILVA, MAIA, 2019). Este sistema foi estabelecido simultaneamente com as Capitânicas Hereditárias, em 1534¹², e extinto em 1822, “[...] por meio da Resolução de 17 de julho de 1822, norma que suspendeu a expedição das cartas de doações.” (SILVA, MAIA, 2019, p. 9).

¹⁰ “O objetivo do estabelecimento das capitânicas era o povoamento, o *frutificação*, mediante o oferecimento de terras a homens dotados de bens, [...] das quais seriam senhores e exerceriam autoridade de capitães sobre elas, por isso capitânicas” (VIDAL, MARCHEL, 2009, p. 37, grifo do autor).

¹¹ “O regime jurídico das sesmarias tem suas origens ligadas ao das terras comunais da época medieval – *communalia*. Na região da Península Ibérica, estava disseminado o costume de lavras da comunidade, isto é, as terras eram propriedades da comunidade, divididas de acordo com o número de moradores, sorteadas entre eles para que as cultivassem”. (VIDAL, MARCHEL, 2009, p. 19, grifo do autor).

¹² Segundo Vidal e Malcher (2009), o primeiro registro sobre capitânicas hereditárias no Brasil foi em 1528, em uma carta de D. João III para Martín Afonso de Sousa, intitulado capitão Mor das terras do Brasil. No entanto, somente em 1534 as capitânicas foram executadas de fato. Veja também Diniz (2005).

A Lei de Sesmarias¹³ foi promulgada em 1375, na metrópole lusitana, e consistiu na doação de terras sob a condição de cultivo. De acordo com a legislação, caso o sesmeiro não cultivasse ou arrendasse a terra, a pena aplicada pela Coroa Portuguesa seria a perda de domínio (BURGER, CAPELOTTI, 2017; FERNANDES, 2014; SILVA, MAIA, 2019). Tal exigência tinha o intuito de mitigar os efeitos da pandemia de peste negra que devastou a Europa entre 1348 a 1350. A queda populacional no campo devido às mortes de servos e senhores, e o conseqüente desabastecimento alimentar, foram os resultados mais alarmantes desse período (BURGER, CAPELOTTI, 2017).

A dinâmica do sistema de sesmarias no Brasil ocorreu de maneira oposta aquela instituída em Portugal (SILVA, MAIA, 2019). As diferenças abrangiam desde o domínio até a finalidade das concessões:

Uma vez iniciada a colonização do Brasil, a sesmaria foi a grande veste jurídica das concessões de terras feitas pela Coroa aos particulares, embora seu uso por aqui estivesse permeado de peculiaridades. A primeira delas é que, ao contrário do que acontecia em Portugal, a sesmaria não era concedida sobre uma propriedade privada (feudal), em mau uso, mas tinha como ponto de partida propriedade pública. Todas as terras brasileiras pertenciam à Coroa, de modo que, ao conceder uma sesmaria, o rei concedia a um particular parte de terra pública para que este a cultivasse (BURGER, CAPELOTTI, 2017, p. 23).

Assim, a constituição da sesmaria em Portugal é voltada para a ocupação de terras não cultivadas, [...] enquanto que no Brasil-colônia a lei de sesmarias visava à ocupação de terras virgens e novas, não havia homens para trabalhar na terra (SILVA, MAIA, 2019, p. 4-5).

Outros fatores também influenciaram na constituição do sesmarialismo colonial. Enquanto que na metrópole as ações voltavam-se para a reestruturação fundiária e incentivo à produção agrícola, o Brasil não dispunha de mão de obra para o cultivo das terras – pois os indígenas não as cultivavam conforme a lógica portuguesa –, tampouco o controle integral da ocupação pelos donatários diante da vasta extensão territorial (SILVA, MAIA, 2019).

Desse modo, o ordenamento jurídico da metrópole passou a vigorar na colônia com determinadas adaptações com intuito de fortalecer a colonização, sendo as Ordenações do Reino responsáveis por regular a gratuidade das concessões, exigir o registro da carta de doação, bem como a obrigatoriedade do cultivo (FERNANDES, 2014; SILVA, MAIA, 2019).

¹³ A Lei de Sesmarias foi promulgada durante o reinado de D. Fernando (DINIZ, 2005).

Em face da burocracia sesmarial, as múltiplas exigências da Coroa – medição, demarcação e a posterior cobrança de um foro – tornaram-se inviáveis para os sesmeiros diante do modelo de agricultura da época: escravista, monocultor e latifundiário. A elite colonial foi a principal propulsora do sistema escravista, o qual dependia da obtenção massiva de novas terras para a manutenção do referido modelo agrícola:

Assim, a manutenção da escravidão tornava a permanente disponibilidade relativa de terras possível e necessária. Possível por dividir a sociedade, basicamente, entre senhores e escravos (excluídos da apropriação territorial por definição) e necessária porque esgotava rapidamente o solo (FERNANDES, 2014, p. 7).

Diversos atos normativos tentaram impor as referidas exigências aos sesmeiros, como o Alvará de 5 de outubro de 1795, sob a penalidade de perder as concessões caso não houvesse a demarcação. No entanto, este instrumento foi revogado devido aos conflitos de interesses entre a metrópole e a elite colonial (FERNANDES, 2014; SILVA, MAIA, 2019).

Diante do imbróglio referente à disponibilidade de terras e a dificuldade de fiscalização pelas autoridades portuguesas, disseminou-se a apropriação desordenada e ilegal de terras públicas por meio da posse (FERNANDES, 2014).

Burger e Capelotti (2017) relatam as dificuldades de cultivo enfrentadas pelos sesmeiros diante da vasta extensão das terras, o que contribuiu para a mercantilização das concessões. De acordo com Diniz (2005, p. 4), a obrigatoriedade do cultivo propiciou o surgimento de um novo segmento social, o posseiro, além da prática de arrendamento por parte do sesmeiro:

[...] formou-se uma camada de colonos que lavravam a terra, preenchendo assim um requisito básico da colonização, o cultivo. Mas esses colonos não possuíam determinações régias referentes às sesmarias. Em outras palavras, adquiriram a terra de forma “ilegal”, muitas vezes pagando por ela, o que não era permitido durante o sistema de doações de sesmarias, seja aluguel ou venda.

O referido alvará representou a tentativa das autoridades portuguesas em reaver o controle das concessões. Além da exigência de regularização, este instrumento possibilitou a venda das terras para terceiros diante da incapacidade do sesmeiro em cultivá-las. Desse modo, houve o reconhecimento da figura do posseiro perante a legislação (LISBOA, 2010; DINIZ, 2005).

Cabe ressaltar que, assim como as capitâneas eram administradas por feitores, banqueiros e funcionários do reino, sendo as sesmarias distribuídas entre fidalgos, militares e a pequena nobreza, com a posse não seria diferente. Foram os grandes proprietários de terras que iniciaram a ocupação ilegal, devido à dificuldade de alguns para obter uma carta de doação (DINIZ, 2005; FERNANDES, 2014).

Em 1822, como já mencionado, houve a suspensão das cartas de doações. Segundo Diniz (2005, p. 4), “o fim das sesmarias consagrou a importância social dos posseiros”. Sendo assim, de 1822 até 1850, estabeleceu-se o regime de posses, caracterizado pelo apossamento de terras para fins pecuários e agrícolas (JÚNIOR, 2012; SILVA, MAIA, 2019). Neste período, conhecido como “fase áurea do posseiro”, a única maneira de adquirir novas terras era por meio da posse (BORGES, 1997, p. 179). Consequentemente, o pano de fundo pouco se alterou: “manteve-se o padrão existente durante o período colonial, baseado no latifúndio, na monocultura e na mão de obra escrava” (BURGER, CAPELOTTI, 2017, p. 28).

De acordo com Sampaio (1996), com base nos estudos de Lígia Osorio Silva (1996)¹⁴, para que houvesse a consolidação do Estado nacional era necessário cessar a ocupação desordenada de terras públicas, e as conseqüentes disputas violentas entre grandes proprietários de terras. No entanto, os interesses do Estado e dos proprietários de terras divergiam entre si. Enquanto a necessidade de regularização da propriedade da terra tornava-se uma questão iminente para o desenvolvimento do Estado, para os proprietários representava restrições ao livre apossamento de terras (BORGES, 1997; SAMPAIO, 1996).

Após a independência do país (1822), a elite cafeeira do Centro-Sul, iniciou as discussões acerca de um ordenamento jurídico moderno que regulamentaria a questão territorial, ao mesmo passo que suprisse a mão de obra para os grandes proprietários e garantisse o controle de aquisição de terras (JÚNIOR, 2012; MENDES, 2009). Neste contexto, um conjunto de situações contribuíram para elaboração do que seria futuramente a Lei de Terras¹⁵, como por exemplo, a oposição da Inglaterra ao tráfico de escravos:

A Inglaterra, que antes controlava boa parte do comércio negreiro, transformou-se numa ferrenha opositora do tráfico internacional de escravos. Do ponto de vista da classe dirigente, com a perspectiva da abolição do trabalho compulsório, teria que haver um controle maior do

¹⁴ SILVA, Lígia Osorio. **Terras Devolutas e Latifúndio**. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

¹⁵ Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

poder público sobre a posse da terra, restringindo as possibilidades de os despossuídos terem acesso à propriedade (BORGES, 1997, p. 180).

A edição da Lei Eusébio de Queiroz¹⁶ estabeleceu a proibição do tráfico de escravos africanos, o que culminou na crise de mão de obra para as plantações de café. Dentre as alternativas para substituir o trabalho escravo estava a imigração de lavradores europeus denominados trabalhadores livres (BORGES, 1997; MENDES, 2009).

Duas semanas após a promulgação dessa lei, concebeu-se a referida Lei de Terras. De acordo com Borges (1997, p. 178), “a nova legislação possibilitaria a transformação da terra em mercadoria capaz de substituir o escravo nas operações de crédito para os fazendeiros”. Isso fica evidente no artigo 1º, o qual determinava a aquisição de terras devolutas somente por meio da compra, cessando com as concessões em nome do sesmeiro ou posseiro (BORGES, 1997; JÚNIOR, 2012; MENDES, 2009).

Deste modo, a lei também dificultava a compra de terras pelos imigrantes, “[...] garantindo eficácia jurídica ao sistema fundiário imposto pelos cafeicultores (MENDES, 2009, p. 179). Júnior (2012) relata que o intuito dos legisladores era impossibilitar o acesso de imigrantes às propriedades rurais, pois temiam a falta de mão de obra nas fazendas dos grandes senhores de terras. Sampaio (1996, p. 197) também enfatiza tal preocupação:

Os grandes fazendeiros perceberam que era indispensável vedar aos futuros libertos e aos imigrantes que fossem trazidos para substituí-los a livre ocupação das terras vazias, pois, se assim não fosse, ficariam sem mão-de-obra para tocar suas lavouras.

De maneira similar, Welch (2012, p. 146) aponta qual era a intenção dos legisladores em relação a lei:

[...] o que a classe dominante tinha em mente era a transformação da terra em mercadoria para que a vasta maioria de posseiros brasileiros, imigrantes e escravos libertos não tivesse recursos suficientes para adquiri-las.

Segundo Lígia Osorio Silva (1996) citada por Borges (1997) e Sampaio (1996, p. 197), a Lei de Terras não solucionou a questão agrária no país, pois “[...] os fazendeiros tinham fome de terra”. Ao final do império, muitos dos objetivos propostos pela lei não

¹⁶ Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste império.

foram cumpridos. As terras públicas continuavam sendo ocupadas ilegalmente. Um contingente significativo de sesmarias e posses não foi submetido ao processo de medição permanecendo sem legitimação (JÚNIOR, 2012).

Para Mendes (2009), a Lei Eusébio de Queiroz e a Lei de Terras produziram um modelo de ocupação territorial elaborado a partir da exclusão de determinados grupos. Pode-se considerar que este modelo influenciou a configuração fundiária do país, tendo reflexos até os dias atuais.

2.2 Movimentos sociais do campo e a luta pela terra

A obra de José de Souza Martins, *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, de 1981, faz um panorama sobre os principais movimentos sociais no campo em diversas regiões do país – como a Guerra do Contestado, no Paraná e Santa Catarina, e a Guerra de Canudos, na Bahia –, abordando as peculiaridades, causas e desfechos dos conflitos entre camponeses e fazendeiros, bem como os mecanismos de dominação e exploração sobre os primeiros.

De início, o autor aborda os termos camponês e campesinato empregados com intuito de representar as lutas dos trabalhadores do campo. Para ele, os referidos termos não podem ser considerados apenas palavras. São a representação de uma classe social, que visam dar sentido às suas reivindicações, assim como a definição do seu espaço, que vai além do lócus geográfico inserindo-se também na estrutura social (MARTINS, 1981).

Diversas denominações foram atribuídas aos trabalhadores do campo antes do termo camponês, conforme a região que pertenciam e as atividades que desempenhavam, tal como o caipira no Sudeste, o tabaréu no Nordeste, e o caboclo – sendo o termo mais difundido pelo país. Muitas denominações apresentavam duplo sentido e caráter pejorativo, e acabavam expressando a exclusão dos camponeses na esfera política e a invisibilidade de sua participação no processo histórico:

Definiram-no como aquele que está em *outro lugar*, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está senão ocasionalmente, e nas margens, *nesta sociedade*. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é, num certo sentido, um *excluído*. É assim, excluído, que os militantes, os partidos e os grupos políticos vão encontrá-lo, como se fosse um estranho chegando retardatário ao debate político. Isso terá muito a ver com a forma como será tratado, até mesmo por aqueles que se diziam e se dizem seus aliados – às vezes será encarado como um perigo, outras vezes como um incapaz de fazer história, de definir e atuar no processo histórico senão no sentido de contê-lo. Isso definirá

também o modo de colocá-lo no debate político – através da “conscientização” ou da “aliança subordinada” às diretrizes da classe operária (MARTINS, 1981, p. 25, grifo do autor).

Consequentemente, ressalta-se o esquecimento por parte da população e dos intelectuais acerca das lutas camponesas que constituem a história recente do país. O referido autor enfatiza que negros e índios também foram excluídos da história brasileira, pois pouco se retrata os confrontos e as resistências desses grupos diante de seus opressores, sendo a história do país protagonizada apenas pelas classes dominantes (MARTINS, 1981).

Costa e Carvalho (2012) discutem sobre a especificidade do modo de reprodução social das famílias camponesas, assim como a redefinição identitária deste segmento no âmbito das sociedades capitalistas. Segundo os autores, a família camponesa caracteriza-se pela reprodução de seus membros por meio do acesso à terra e de seus recursos naturais. As atividades produtivas camponesas não possuem distinção entre aqueles que destinam os recursos daqueles que os consomem.

Os camponeses apresentam diversas formas de expressão e existência ao longo de sua trajetória. Esta variedade tem sido questionada em virtude da participação dos camponeses no desenvolvimento do capitalismo, e a coexistência com as sociedades modernas suscitando debates em torno da “transitoriedade do campesinato” (COSTA, CARVALHO, 2012, p. 116).

Para a compreensão dos diferentes tipos de campesinato os autores apontam teorias que vão desde a destruição da produção camponesa – diante da competição com a agricultura convencional –, até a adaptação do empreendimento camponês conforme a crescente necessidade de produção e consumo do grupo familiar. Os autores destacam exemplos de países ricos e pobres e seus contextos ambientais e institucionais na tentativa de explicar a relação entre os diversos campesinatos e as sociedades nas quais estão inseridos, bem como os diversos caminhos evolutivos percorridos por eles (COSTA, CARVALHO, 2012).

Mesmo com as ações do Estado e a atuação política dos camponeses pela afirmação da sua autonomia relativa, faz-se necessária a adoção de estratégias que permitam abranger as demandas do capital e a lógica de reprodução camponesa. Nesse sentido, Costa e Carvalho (2012, p. 121, grifo do autor) enfatizam a construção de uma *identidade de projeto*, que consiste na utilização de elementos culturais para a criação de

uma nova identidade, que possa realocar a posição dos atores na sociedade e transformar a estrutura social.

Costa e Carvalho (2012) relacionam os movimentos sociais como mediadores no processo de construção das identidades. Para os autores, as identidades manifestam o campesinato como um “ator social coletivo”, que conduz as ações para a superação das relações de dominação e subalternidade. Desse modo, mesmo os camponeses inseridos em ambientes institucionais com interesses capitalistas, eles conseguem romper com a relação de dominação que os cerca (COSTA, CARVALHO, 2012, p. 121).

Nesse sentido, destaca-se a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST é fruto da multiplicidade de atores e da articulação das lutas pela terra durante o regime militar (1964-1985). Sua formação compreende o período de 1979-1984, sendo fundado durante o I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, em 1984, no Paraná (CALDART, 2001; FERNANDES, 2012).

Em consonância com o pensamento de Martins (1981), Costa e Carvalho (2012) e Fernandes (2012), Caldart (2001) discorre sobre a formação da identidade do MST. Segundo ela, o movimento é detentor de uma identidade própria:

O fato é que há no Brasil, hoje, um novo sujeito social que participa ativamente da luta de classes, com sua identidade e seu nome próprio: *Sem Terra*. Neste sentido, *Sem Terra* é mais do que sem-terra, exatamente porque é mais do que uma categoria social de trabalhadores que não têm terra; é um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social (CALDART, 2001, p. 211, grifo do autor).

Sem Terra não se restringe apenas a luta pela terra. Remete a construção histórica de uma identidade, expondo uma condição social e um modo de vida específicos. Caldart (2001, p. 213, grifo do autor) afirma que o movimento é responsável por um *modo de produção da formação humana*:

[...] Podemos dizer que a herança que o MST deixará para seus descendentes será bem maior do que a quantidade de terra que conseguir libertar da tirania do latifúndio; será um jeito de ser humano e de tomar posição diante das questões de seu tempo; serão os valores que fortalecem e dão identidade aos lutadores do povo de todos os tempos, de todos os lugares.

O modo de ser e de lutar pela terra dos *Sem Terra* foi criado desde a gênese do movimento. O modo de ocupar é característico do MST desde as primeiras lutas nos

estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul em 1970. O termo ocupação foi estrategicamente formulado pelo movimento em oposição ao termo invasão, que denota sentido pejorativo. As ocupações visam legitimar as lutas pela reforma agrária no país encabeçadas pelo MST (ROSA, 2012).

Com a expansão do MST por todo o território brasileiro a partir da década de 1980, houve o aumento das ocupações, e conseqüentemente, dos embates com opositores. Cita-se os ataques armados dos latifundiários e a criação da União Democrática Ruralista (UDR), com intuito de barrar a implantação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985. A perseguição dos ruralistas estendeu-se à CF de 1988. Todavia, mesmo com as inúmeras interferências, tem-se a aprovação da Reforma Agrária¹⁷ (ROSA, 2012; FERNANDES, 2012).

Na década de 1990, as ocupações continuaram ganhando o país. A expressiva quantidade de famílias acampadas pressionou¹⁸ o então presidente Fernando Henrique Cardoso a estabelecer uma política mais ampla de assentamentos rurais (FERNANDES, 2012). No entanto, na vigência dos dois mandatos, vários retrocessos acometeram os *Sem Terra*, sobretudo a Medida Provisória n° 2.109-50/2001¹⁹, que estabeleceu no art. 4, parágrafos 6 e 7, a suspensão de áreas ocupadas por dois anos, e em caso de reincidência, 4 anos:

§ 6º O imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado nos dois anos seguintes à desocupação do imóvel.

§ 7º Na hipótese de reincidência da invasão, computar-se-á em dobro o prazo a que se refere o parágrafo anterior (BRASIL, 2001a).

Segundo Martins (2003, p. 166), o dispositivo implementado por FHC tinha o intuito de estabelecer a normalidade tornando o Estado um mediador e gestor das soluções:

A Medida Provisória que proíbe vistorias para reforma agrária em terras invadidas, [...] propôs-se como o inevitável instrumento do Estado administrador da ordem. A política agrária de Fernando Henrique Cardoso foi no sentido de distribuir a terra e distribuir a paz social, ao

¹⁷ Cita-se a desapropriação para fins de reforma agrária regulada nos artigos 184 a 191 da CF de 88.

¹⁸ Ressalta-se as tragédias de Corumbiara, em Rondônia, em 9 de agosto de 1995, e a de Eldorado de Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996, que serviram de alerta para o governo e a sociedade sobre as tensões no campo (MARTINS, 2003, p. 1).

¹⁹ A medida provisória n° 2.190-50, de 27 de março de 2001, altera o art. 2 da Lei n° 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acrescentando os referidos parágrafos. A referida lei define os critérios de produtividade do solo em propriedades rurais, e define as desapropriações de terras que não cumprem sua função social.

mesmo tempo, atenuando e reduzindo a conflitividade dos confrontos sociais que tem a disputa pela terra como causa.

No entanto, além da Medida Provisória citada, outra medida caminhou em direção oposta ao que afirma Martins (2003). A Medida Provisória nº 2.183-56/2001 acrescentou na Lei nº 8.629/1993 o parágrafo 8, responsável pelo impedimento de qualquer movimento ou organização de acessar os recursos públicos em caso de apoio às ocupações:

§ 8º A entidade, a organização, a pessoa jurídica, o movimento ou a sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos (BRASIL, 2001b).

Rosa (2012) afirma que tais medidas configuraram uma política de criminalização dos movimentos sociais, tendo como conseqüências o retorno dos acampamentos nas áreas adjacentes as propriedades improdutivas e sem regulamentação pelo Estado. Fernandes (2012, p. 499) corrobora com a autora e afirma que os mandatos de FHC promoveram a destruição da política de crédito para a reforma agrária e a política de assistência técnica “[...] inviabilizando o desenvolvimento dos assentamentos e precarizando a vida de centenas de milhares de famílias assentadas”.

Em 2001, durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Renasce as esperanças de milhares de acampados sobre a continuidade da reforma agrária. As metas do governo petista pretendiam assentar 400 mil famílias através da desapropriação e 130 mil através das políticas de crédito fundiário. Ao término do segundo mandato (2006-2010), parte das metas haviam sido realizadas (FERNANDES, 2012).

Enquanto que Caldart (2001) afirma que o MST promove a politização dos *Sem Terra* para a compreensão do problema agrário dentro de um contexto maior, Martins (2003, p. 168) afirma que o movimento se tornou “[...] uma modalidade de vigilantismo adverso à própria causa”. Tal afirmação diz respeito à suposta negativa do MST em “dialogar” com o governo FHC.

Todavia, entre prós e contras na atuação do movimento, é fato que há mais de trinta anos o MST vem gerando mudanças nas políticas agrárias, perpassando diversos governos e imprimindo suas propostas ao longo da História. Exemplo disso, é a nova

proposta de luta para o século XXI: A Reforma Agrária Popular. Essa iniciativa visa combater os novos arranjos do capitalismo no tocante à agricultura. O foco é ir além da redistribuição de terras. É garantir a soberania alimentar por meio da reestruturação da matriz tecnológica com base na agroecologia, metodologias de produção adaptáveis e democratização do acesso à educação (ROSA, 2012; FERNANDES, 2012; CALDART, 2001).

CAPÍTULO 3. METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.1 História Oral: um caminho para a transformação

Segundo Silva e Barros (2010), a pesquisa científica compõe o contexto social do qual se propõe a estudar, e carrega em si determinada perspectiva. Desse modo, a pesquisa incumbe-se de responsabilidades e não pode ser considerada neutra. Nesse sentido, a história oral é uma metodologia que consiste na transformação. Isso significa que todas as fases de planejamento e execução da história oral possuem um compromisso com a transformação da sociedade, sendo esse o motivo de sua existência (MEIHY, 2006).

Philippe Joutard (2000, p. 33) aponta três motivações para a prática da história oral: (1) escutar a voz dos excluídos, (2) trazer à luz realidades indescritíveis, (3) e dar testemunho de situações de extremo sofrimento. Com base nisso, ele cita diversos campos de atuação da história oral, como por exemplo, seu papel na construção “[...] de uma verdadeira história das mulheres [...]”, ou seja, a História de Gênero (JOUTARD, 2000, p. 33).

MeiHY (2006) relata que diversos autores acreditam no potencial das fontes orais para a produção de histórias que não estão pautadas nos documentos tradicionais. Para o autor, cabe à história oral “[...] captar as vozes ocultas pelo saber oficializado, construído por meio de documentos convencionais, principalmente escritos” (MEIHY, 2006, p. 197).

Desse modo, a finalidade da história oral seria transcender os documentos considerados históricos por meio de elementos como a subjetividade:

O uso da história oral, portanto, deveria ser aplicado onde os documentos convencionais não atuam, revelando segredos, detalhes, ângulos pouco ou nada prezados pelos documentos formalizados em códigos dignificados por um saber acadêmico que se definiu longe das políticas públicas. Aspectos subjetivos, deformações dos fatos, mentiras, fantasias, ilusões, seriam, pois elementos consideráveis para quem procura mais do que a “verdade” os motivos das “inverdades” (MEIHY, 2006, p. 197).

Para Alberti (2005, p. 30), a história oral é um método de pesquisa que se apresenta como um meio de conhecimento, “[...] uma forma de recuperação do passado conforme concebido pelos que o viveram [...]”. De modo similar, Portelli (2001, p. 10, grifo do autor) concebe o método como uma maneira específica de discurso: “[...] *histórica* evoca uma narrativa do passado; *oral* indica um meio de expressão”.

Nesse sentido, Ven, Faria e Motta (1996) fazem reflexões acerca do processo de rememorar, presente nas entrevistas de história oral. Para os autores, o momento que ocorre a rememoração traz consigo fragmentos das experiências, por meio da lembrança e da imaginação, tendo em vista que tais experiências não retornam para o presente com a mesma inteireza do passado.

Tais experiências, em consonância com o tema de pesquisa, devem ser estudadas e consideradas objeto de análise, conforme salienta Alberti (2005, p. 30):

Uma outra possibilidade consiste em empregar a metodologia de história oral: dirigir o foco de interesse não para aquilo que os documentos escritos podem dizer sobre a trajetória [...], e sim para as versões que aqueles que participaram de, ou testemunharam, tal trajetória podem fornecer sobre o assunto. Isso pressupõe que o estudo de tais versões seja relevante para o objetivo da pesquisa.

No entanto, Alberti (2005) ressalta a importância de relacionar as fontes orais com os documentos escritos. Para a autora, a consulta de documentos sobre o tema de pesquisa contribui para o fundamento e análise das entrevistas.

Ademais, a história oral é um discurso dialógico, ou seja, criado a partir da interação entre entrevistado e pesquisador (a), e que se refere ao que ambos produzem no ato da entrevista: as falas e as análises, respectivamente. Em síntese, a história oral é um gênero de discurso, “[...] no qual a palavra oral e a escrita se desenvolvem conjuntamente, de forma a cada uma falar para a outra sobre o passado” (PORTELLI, 2001, p. 13).

3.2 Universo de pesquisa: a escolha das unidades qualitativas

Esta pesquisa possui natureza qualitativa. Segundo Minayo (2002, p. 22), a pesquisa qualitativa preocupa-se em compreender os significados, comportamentos, crenças e valores presentes nas relações humanas. A autora enfatiza que tal abordagem apreende questões mais profundas, as quais nem sempre é possível mensurar por meio de “[...] equações, médias e estatísticas”.

Triviños (1987) relata que existem dificuldades para conceituar a pesquisa qualitativa. Ele cita, basicamente, dois entraves: (1) necessidade de delimitação do enfoque qualitativo, (2) e a definição das bases teóricas que orientam o pesquisador. Desse modo, a pesquisa qualitativa é vista como uma “expressão genérica”, pois abrange atividades específicas de pesquisa ao mesmo tempo que tais atividades podem apresentar características em comum (TRIVIÑOS, 1987, p. 120).

Minayo (2002) discorre sobre as diferenças entre as abordagens quantitativas e qualitativas. Ao passo que, no primeiro caso, os pesquisadores utilizam métodos matemáticos para aferir o concreto, na abordagem qualitativa acontece a imersão nas interações entre as pessoas, processos e fenômenos. Apesar das diferenças, a autora ressalta que as abordagens se complementam, pois o contexto estudado por ambas está em constante inter-relação.

Triviños (1987, p. 118) corrobora com Minayo (2002) ao relatar que “[...] toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa”. Para o autor, muitas pesquisas qualitativas não necessitam do respaldo estatístico, pois apresentam recursos próprios que validam sua objetividade e saber científico. Exemplo disso, é a utilização da pesquisa qualitativa pelos antropólogos, sociólogos e educadores:

Os pesquisadores perceberam rapidamente que muitas informações sobre a vida dos povos não podem ser quantificadas e precisavam ser interpretadas de forma muito mais ampla que circunscrita ao simples dado objetivo (TRIVIÑOS, 1987, p. 120).

Com base nas discussões levantadas por Minayo (2002) e Triviños (1987) e as definições da seção anterior, esta pesquisa adotou como enfoque metodológico a história oral temática.

Com caráter teórico-empírico, esta pesquisa teve início com uma revisão de literatura sobre políticas públicas, autonomia econômica e relações de gênero nos espaços rurais, sendo complementada pelo levantamento de dados qualitativos por meio de saídas

de campo. Tendo em vista a “promoção da qualidade da pesquisa qualitativa” e a ampliação do conhecimento sobre a temática, foram adotados mais de um instrumento de coleta de dados: entrevistas, caderno de campo e registro fotográfico (FLICK, 2009, p. 66).

De acordo com Alberti (2005), a escolha do tipo de entrevista deve estar de acordo com os objetivos da pesquisa. As entrevistas temáticas concentram-se na participação do entrevistado diante de um determinado tema:

Em geral, a escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos (ALBERTI, 2005, p. 38).

Dessa maneira, as entrevistas são conduzidas a partir da biografia e experiências do entrevistado, a fim de evidenciar quem é a pessoa e os motivos que a conduziram a fazer parte do tema estudado (ALBERTI, 2005).

A escolha dos participantes acontece por meio de uma seleção entre aqueles que vivenciaram situações relacionadas ao tema de pesquisa. Tal escolha não deve ser guiada por critérios quantitativos, pois os depoentes não são vistos como unidades estatísticas. Eles são escolhidos conforme sua relação com o tema, papel estratégico e importância no grupo, sendo denominados como *unidades qualitativas* (ALBERTI, 2005, grifo nosso).

As mulheres entrevistadas fazem parte da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar do Assentamento Chapadinha (ASTRAF), precisamente as mulheres vinculadas ao grupo Raízes da Terra e fornecedoras do PAA. Esta escolha baseia-se no destaque do referido grupo em concursos e atividades culturais, bem como o protagonismo na administração dos seus empreendimentos rurais. O recorte temporal compreende a data de adesão ao PAA até o momento atual.

O desenho de pesquisa flexível permite a adaptação da amostra e das perguntas de acordo com o “avanço do estudo”, e com aquilo que a pesquisadora encontrou “[...] de acessível e interessante no campo” (FLICK, 2009, p. 107). Esta pesquisa possui natureza descritiva, pois “[...] pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 110).

Salienta-se, por fim, que antes das entrevistas foi apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) para cada participante, a fim de esclarecer

sobre os procedimentos, conteúdo e expectativas referentes à pesquisa (FLICK, 2009, p. 100).

3.3 Caracterização da área de estudo

O Cerrado ocupa aproximadamente 200 milhões de hectares, cerca de 22% do território nacional, sendo o segundo maior bioma do país (CARDOSO, MARCUZZO, BARROS, 2014; CASTRO, LIMA, 2020; IBRAM 2014b; RIBEIRO, WALTER, 2008). Esse bioma é reconhecido como a savana mais biodiversa do mundo, pois contempla 12.385 espécies de plantas nativas catalogadas, sendo 4 mil espécies endêmicas (CASTRO, LIMA, 2020).

Conforme apontam Ribeiro e Walter (2008, p. 160-164, grifo nosso), o Cerrado é composto por um “*mosaico vegetacional*”, do qual se tem onze tipos de vegetação dispostos nas formações florestais (*Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão*), savânicas (*Cerrado sentido restrito, Parque de Cerrado, Palmeiral e Vereda*) e campestres (*Campo Sujo, Campo Limpo e Campo Rupestre*).

Nas últimas décadas, esse bioma vem sofrendo intensas modificações devido às ações antrópicas, tais como a expansão das atividades agropecuárias e industriais, exploração mineral e crescimento populacional (CASTRO LIMA, 2020; IBRAM, 2014b). De 1985 a 2017, cerca de 45% da vegetação nativa do Cerrado (86.204.156 ha) foi convertida em monoculturas e pastagens, e apenas 55% de vegetação remanescente (ALENCAR *et al.*, 2020).

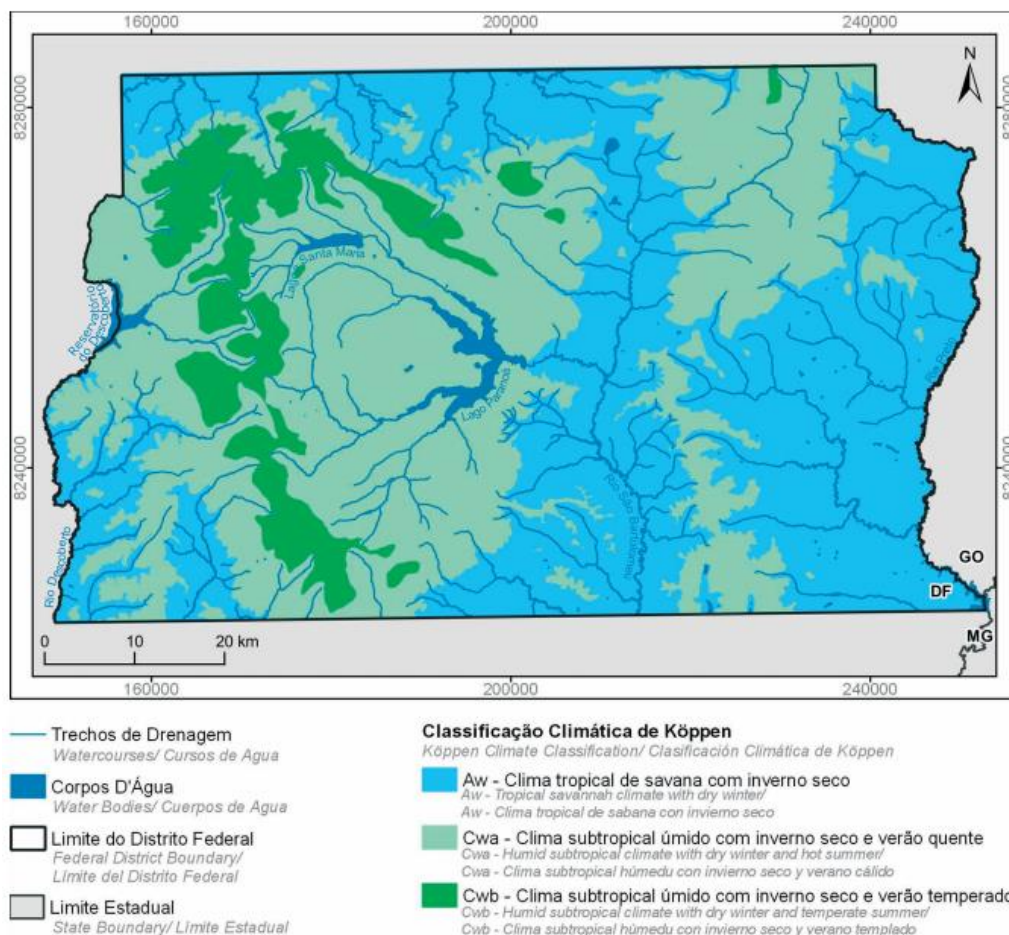
O Distrito Federal²⁰ localiza-se na Região Centro-Oeste, no Planalto Central, com área totalmente inserida no bioma Cerrado. Segundo Martins *et al.* (2004), a vegetação do Cerrado cobre 90% da área do Distrito Federal. No entanto, Castro e Lima (2020) afirmam que o bioma perdeu 40% de cobertura vegetal, e, conseqüentemente, o Distrito Federal dispõe apenas 1/3 dessa cobertura vegetal. Devido a sua localização, o Distrito Federal contempla áreas de nascentes que abastecem parte das bacias hidrográficas do

²⁰ Atualmente o Distrito Federal possui uma população estimada em 3.055.149 habitantes, e área total de 5.779 km². Localiza-se na Região Centro-Oeste entre os paralelos 15°30' e 16°03' de latitude sul e meridianos 47°18' e 48°17' de longitude oeste. Limita-se com dez municípios: Planaltina, Formosa, Novo Gama, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas de Goiás e Padre Bernardo (Estado de Goiás) e Cabeceira Grande (Estado de Minas Gerais) (CASTRO, LIMA, 2020). As estimativas da população residente possuem data de referência de 1° de julho de 2020. Veja no IBGE Cidades: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>.

país, incluindo a Bacia do Paraná, Bacia do São Francisco e Bacia do Tocantins/Araguaia (CAMPOS, 2004; MARTINS *et al.*, 2004).

A classificação climática de Köppen baseia-se na quantidade e distribuição da temperatura do ar e da precipitação pluviométrica nos períodos mensal e anual (CARDOSO, MARCUZZO, BARROS, 2014). De acordo com essa classificação, o clima do Distrito Federal é Tropical (Aw) com inverno seco (Mapa 1) (CARDOSO, MARCUZZO, BARROS, 2014; CASTRO, LIMA, 2020; MASTELLA *et al.*, 2019). Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o clima do tipo Aw apresenta temperatura superior a 18°C no mês mais frio, estação chuvosa no verão nos meses de novembro a abril, e estação seca no inverno nos meses de maio a outubro (EMBRAPA, 2021).

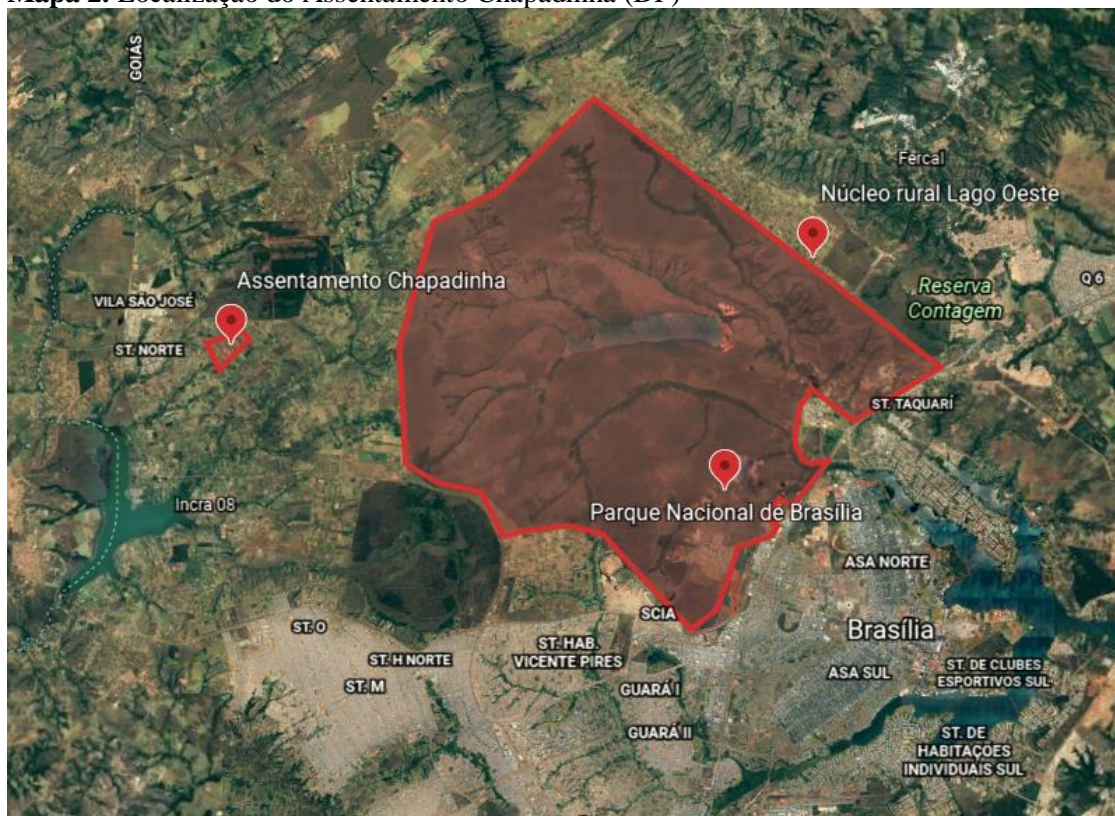
Mapa 1. Classificação climática do Distrito Federal



Fonte: Castro e Lima (2020).

O Assentamento Chapadinha está localizado na DF-170, na Região Administrativa de Sobradinho (RA V)²¹, ao norte do Distrito Federal, e pode ser considerado integrante do Núcleo Rural Lago Oeste (NRLO)²² (Mapa 2). O NRLO²³ foi criado com o objetivo de produzir alimentos de alto valor nutritivo para complementar a alimentação dos moradores do Distrito Federal, conforme o art. 2º da Lei nº 548/1993 (IBRAM, 2014a; IBRAM, 2017).

Mapa 2. Localização do Assentamento Chapadinha (DF)



Fonte: Elaborado pela autora/Google Earth 2021.

A região de estudo situa-se na Região de Chapada – macrounidade geomorfológica –, precisamente na unidade da Chapada da Contagem, sendo caracterizada por topografia plana e plano-ondulada, acima da cota de 1.000 m, com

²¹ A Lei Federal 4.545/1964 estabeleceu a criação de Regiões Administrativas para gerir os 8 núcleos habitacionais construídos para os trabalhadores que chegavam ao DF. Atualmente, com a Lei Distrital 5.161/2013 e Lei Complementar Nº 958/2019, o DF possui 33 Regiões Administrativas (CASTRO, LIMA, 2020).

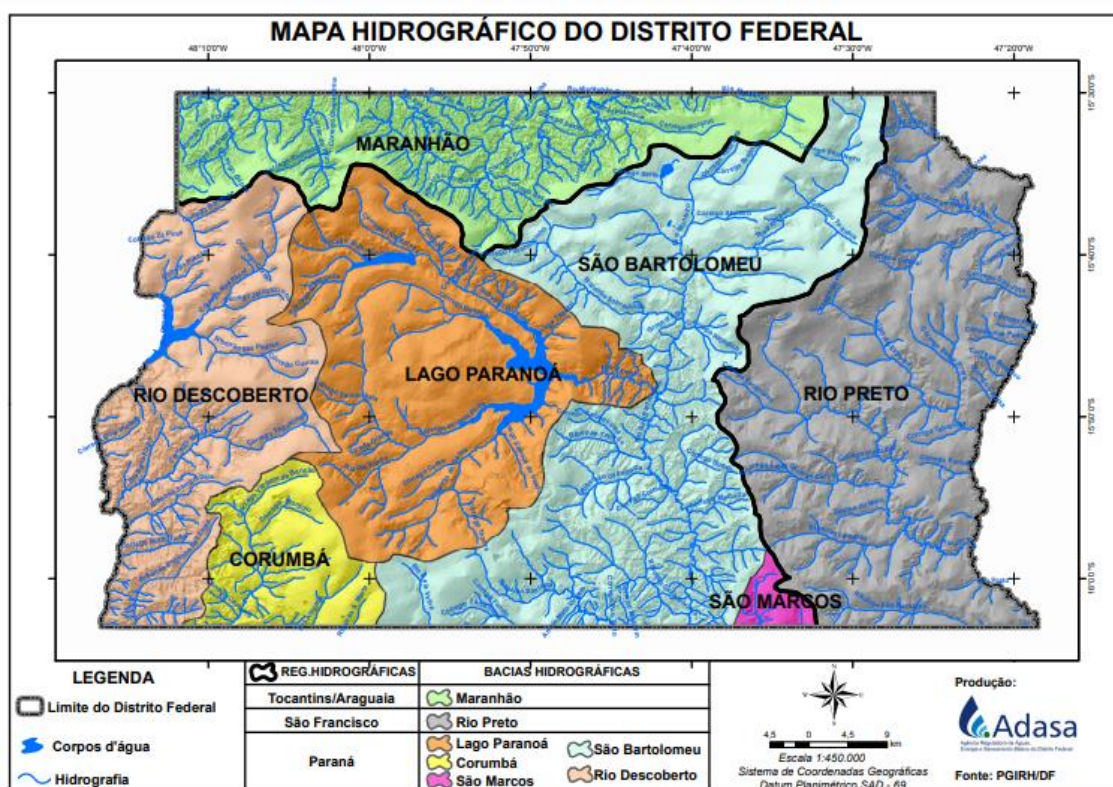
²² Esta informação consta na Informação Técnica nº 142/2011. Veja em: <http://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/2-INFORMA%C3%87%C3%83O-TECNICA-IT-2011.pdf>

²³ DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 548, de 23 de setembro de 1993.** Dispõe sobre a autorização para celebração de convênio com a União e autoriza a criação do Núcleo Rural Lago Oeste, na Região Administrativa de Sobradinho, e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/48507/Lei_548_23_09_1993.html. Acesso em: 24 maio 2021.

predominância de latossolos, latossolos vermelho amarelo e cambissolos (EMATER-DF, 2018; IBRAM, 2014a; IBRAM, 2014b; MARTINS *et al.*, 2004; MMA, 2014).

O Assentamento Chapadinha está inserido na Região Hidrográfica do Tocantins/Araguaia, na Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão, nas unidades hidrográficas do Rio da Palma e Ribeirão da Contagem (Mapa 3) (ADASA, 2011; DISTRITO FEDERAL, 2011; EMATER-DF, 2018). Segundo a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (ADASA, 2011), a bacia do rio Maranhão está localizada na porção norte do DF, e possui área de 1.925,9 km², ocupando 22% da área total.

Mapa 3. Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão.



Fonte: PGIRH/DF (2011).

O Assentamento Chapadinha está totalmente inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central²⁴ (Unidade de Conservação de âmbito Federal) e APA da Cafuringa²⁵ (Unidade de Conservação de âmbito Distrital) (DISTRITO FEDERAL, 2011). A APA do Planalto Central possui área de 504.608 hectares,

²⁴ Criada pelo Decreto de 10 de janeiro de 2002.

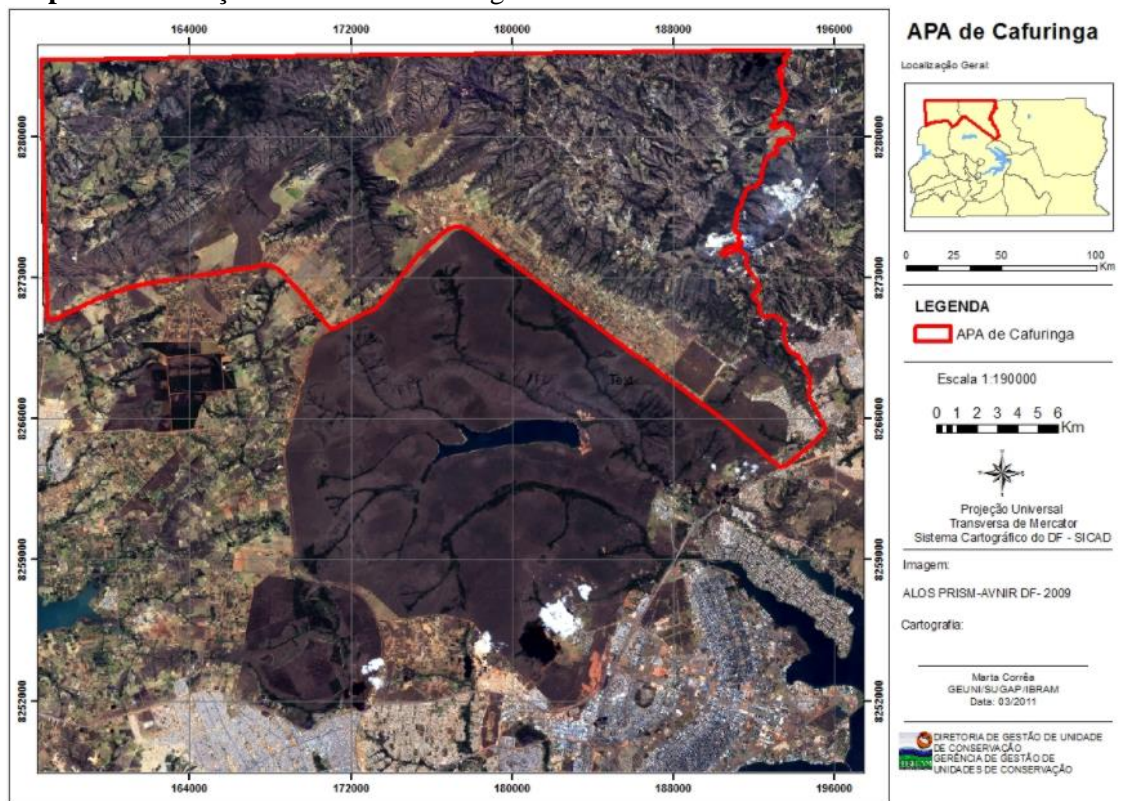
²⁵ Criada pelo Decreto n° 11.123 de 10 de junho de 1988.

limitando-se ao noroeste do DF, precisamente na Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão (IBRAM, 2014b).

A APA da Cafuringa está localizada nas Regiões Administrativas de Sobradinho (RA V) e Brazlândia (RA IV), e abrange parte da Chapada da Contagem e região de drenagens naturais da Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão. Possui área de aproximadamente 46.000 hectares, e apresenta predominância de calcário e cavernas na região (Mapa 4) (IBRAM, 2014b; NOGUEIRA, SALGADO, 2006).

De acordo com o zoneamento ambiental da APA da Cafuringa, o território está dividido em treze zonas, conforme o art. 2º do Decreto nº 24.255/2003: I Zona de uso rural controlado (ZURC); II Zona de uso especial (ZUE); III Zona de proteção especial (ZPE); IV Zona de conservação da vida silvestre (ZCVS); V Zona de proteção de mananciais (ZPM); VI Zona de proteção do patrimônio natural (ZPPN); VII Zona de desenvolvimento agropecuário I (ZDAG I); VIII Zona de desenvolvimento agropecuário II (ZDAG II); IX Zona de desenvolvimento agrícola (ZDA); X Zona de uso urbano controlado I (ZUUC I); XI Zona de uso urbano controlado II (ZUUC II); XII Zona de preservação da vida silvestre (ZPVS); XIII Zona uso especial de mineração (ZUEM).

Mapa 4. Localização da APA da Cafuringa.



Fonte: IBRAM (2011a).

Diante das características ambientais do NRLO, e considerando o referido assentamento como parte de sua área, pode-se inferir que o Assentamento Chapadinha também está inserido nas seguintes zonas (DISTRITO FEDERAL, 2011):

- I - Zona de Uso Rural Controlado (ZURC) - Destinada a propiciar o equilíbrio entre dois fatores distintos: o fator de proteção dos recursos hídricos, uma vez que se traduz em uma zona de recarga de aquífero responsável pela manutenção dos cursos d'água que integram as sub-bacias dos rios do Sal, da Palma, ribeirões Cafuringa, Pedreira e Contagem, e o fator de utilização antrópica, traduzido pela predominância de uso agropecuário;
- II - Zona de Uso Especial (ZUE) - Destinada a disciplinar o uso antrópico adequando-o à conservação do ambiente natural formado por remanescentes vegetais naturais, sobre escarpas declivosas de alto risco ambiental, estabelecendo a conectividade entre as porções leste e oeste da APA, por meio de um corredor ecológico;
- III - Zona de Proteção Especial (ZPE) - Destinada a formação de um corredor que objetiva, predominantemente, a conectividade espacial entre a APA de Cafuringa, por meio da Zona de Preservação da Vida Silvestre, o Parque Nacional de Brasília e o Vale do rio Maranhão, permitindo o fluxo de indivíduos (genes) entre as populações isoladas nestas áreas, possibilitando a manutenção de sua variabilidade genética;
- V - Zona de Proteção de Mananciais (ZPM) - Destinada a conservação, recuperação e manejo das bacias hidrográficas a montante dos pontos de captação da Companhia de Saneamento do Distrito Federal (CAESB) (DISTRITO FEDERAL, 2003).

Além disso, a área do assentamento encontra-se próxima ao Parque Nacional de Brasília (PARNA)²⁶ e Reserva Biológica (REBIO) da Contagem²⁷ (DISTRITO FEDERAL, 2011). A área original do PARNA atualmente é de 42.389,01 hectares, e caracteriza-se como uma unidade de conservação federal pertencente ao grupo de proteção integral, com objetivo de conservação da biodiversidade, subsídio às pesquisas científicas e uso público (IBRAM, 2014a). A REBIO da Contagem possui área de 3.460 hectares, e abrange o topo e as encostas da Chapada da Contagem. Sua poligonal limita-se com o córrego Paranoazinho e ribeirão da Contagem (IBRAM, 2014b).

²⁶ Foi criado pelo Decreto n° 241/1961, e teve seus limites alterados pela Lei n° 11.285/2006.

²⁷ Foi criada pelo Decreto de 13 de dezembro de 2002.

3.4 Escolha do lócus da pesquisa

A escolha da área ocorreu por meio da listagem de associações e cooperativas com participação expressiva de mulheres como fornecedoras do PAA, a partir do documento *Compras da Agricultura Familiar Órgãos Públicos: Modalidade Compra Institucional do PAA (2012 – 2015)*. A Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar do Assentamento Chapadinha (ASTRAF) obteve destaque devido ao significativo contingente de mulheres “[...] à frente de seus empreendimentos rurais [...]” (EMATER-DF, 2018, p. 8).

O histórico do assentamento também foi fator preponderante, tendo em vista o destaque do trabalho feminino desde a ocupação da Fazenda Chapadinha, em 2006. Exemplo disso, são as experiências com o sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), que beneficiou 7 famílias, das quais “[...] 6 foram dirigidas por mulheres que se destacaram pela organização, empenho e trabalho em equipe” (EMATER-DF, 2018, p. 8). Destaca-se também, o relato de experiência das agricultoras pertencentes ao grupo Raízes da Terra, o qual ocupou a décima posição do Prêmio *Mulheres Rurais que produzem o Brasil sustentável*, realizado pela então Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) (EMATER-DF, 2018, grifo nosso).

CAPÍTULO 4. O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E A AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO CHAPADINHA (DF)

Na presente pesquisa, foram selecionadas três informantes-chave em consonância com o desenho e método qualitativo adotados, sendo uma agricultora responsável pela criação do movimento de mulheres dentro do assentamento; uma agricultora com participação e interlocução ativa com os cargos diretivos da associação; e uma jovem agricultora que recentemente iniciou suas experiências com o PAA, mesmo que indiretamente, atuando na parte administrativa do recurso financeiro da sua área de produção (Quadro 2). Cada agricultora destaca-se em aspectos diferentes no âmbito do programa, como evidenciam as cinco categorias aplicadas, pois possuem experiências e recorte temporal únicos à trajetória individual contribuindo para a análise proposta.

Conforme apresentado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), todas as entrevistas foram gravadas (Apêndice C). O primeiro contato com as agricultoras deu-se por meio do aplicativo de mensagens *Whatsapp*, o qual possibilitou a apresentação dos objetivos da pesquisa e, posteriormente, de maneira presencial, a formalização do convite (Figuras 1). Foram realizadas visitas exploratórias ao assentamento, a fim de conhecer o trajeto, as parcelas de cada participante e testar o roteiro de entrevista.

As entrevistas aconteceram entre os meses de dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, previamente agendadas conforme a disponibilidade das agricultoras. O recorte temporal compreende a data de adesão de cada participante ao PAA, tendo a agricultora 1 iniciado suas experiências com a política pública nos anos de 2019/2020, a agricultora 2 no ano de 2012, e a agricultora 3 no segundo semestre de 2012.

Considerando o contexto de pandemia, aplicou-se os protocolos e medidas de segurança dispostos na Seção II, do Decreto 40.939 de 02 de julho de 2020. Dessa forma, pesquisadora e participantes concordaram com o uso de máscara durante todo o período de realização das entrevistas, bem como o distanciamento de dois metros e uso de álcool em gel 70%.

Quadro 2. Perfil das entrevistadas.

Entrevistada	Idade	Estado Civil	Nº de filhos	Grau de escolaridade
Agricultora 1	33	Casada	2	Ensino médio completo
Agricultora 2	65	Solteira	2	Ensino fundamental incompleto
Agricultora 3	51	Divorciada	2	Ensino médio completo

Fonte: Dados coletados na saída de campo.

Figura 1. Leitura conjunta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.



Fonte: Registro de campo (2021).

4.1 A trajetória das mulheres do Assentamento Chapadinha (DF)

A agricultora 1 (Figura 2) é a mais jovem dentre as entrevistadas. Nascida em Brasília, mudou-se aos cinco anos de idade com a família para o município de Vianópolis, Goiás. Aos quinze anos, ela e a família retornaram à Brasília, passando a morar na Vila Basevi, na região administrativa de Sobradinho (RA V). É a partir dessa idade que a agricultora começou a detalhar suas vivências. Segundo ela, o padrasto era quem tinha o sonho de cultivar e morar na própria terra:

Meu padrasto sempre gostou mais dessa parte de estar no campo, e a gente também não morava no que era nosso, a gente morava no que era da minha vó, e o meu padrasto saiu para tentar ver o que ele conseguia para sair da dependência na casa dos outros. Foi quando ele conheceu um amigo, esse amigo foi com ele nessa questão de acampamento e tal, e aí o que eu tenho de experiência dessa parte dos meus quinze anos foi isso (Agricultora 1).

Figura 2. Agricultora 1 na sua área de produção.



Fonte: Registro de campo (2021).

Aos dezoito anos ela voltou sozinha para o Goiás. No ano de 2009, aos 21 anos, a agricultora retornou para a casa dos pais, os quais já estavam morando no assentamento Chapadinha. Conforme relatado por ela, naquele ano as parcelas já haviam sido delimitadas. A agricultora relatou as dificuldades enfrentadas para conseguir trabalhar na cidade, visto que residia em um assentamento:

Eu lembro que eu consegui um emprego, mas não aqui. Não trabalhava na parte de horta, de roça ainda não. Meu padrasto tinha toda aquela dinâmica de cedo me levar para pegar ônibus, e à tarde ir me buscar para cá [assentamento]. [...] Eu trabalhava na Claro, no setor de documentação. Passei dois anos trabalhando lá. De 2009 a 2011, trabalhei lá. Chegou um certo momento que meu padrasto não tinha mais carro, e aí dificultou um pouco estar morando aqui com eles, porque era muito longe. A gente saía daqui [assentamento], a chácara deles é a 23 [rua], e a gente ia pegar o ônibus lá na 21 [rua], onde é o asfalto. Era toda aquela dificuldade de ter que estar pedindo a alguém, e ele estava sem o carro e tal, e nisso eu acabei voltando para a Basevi. Eu já estava namorando com o meu esposo, e morei até perto do casamento com eles [mãe e padrasto], por conta dessa dificuldade de transporte (Agricultora 1).

No ano de 2012, a agricultora casou-se e decidiu sair da casa dos pais (Figura 3). Mudou-se com o esposo para o município de Santo Antônio do Descoberto, Goiás. Segundo ela, os planos no local não deram certo, e decidiram retornar para a casa dos seus pais. Tempos depois, o casal decidiu retornar para a Vila Basevi, onde residiram por dois anos. Após o esposo receber uma quantia em dinheiro fruto de um processo trabalhista, a agricultora relatou como surgiu a oportunidade de morar definitivamente no assentamento:

Só ele estava trabalhando. Ele teve um problema com a empresa e saiu. Ele colocou na justiça e ganhou um dinheirinho, só que a gente ficou sem saber o que fazer. Foi quando meu padrasto ofereceu para gente morar com ele, construir a nossa casa na terra dele. Já era um sonho morar na roça, em chácara, aí a gente veio (Agricultora 1).

Pode-se perceber, ao longo do relato da agricultora, que uma significativa parte de suas falas destacam o sonho dos homens do seu círculo familiar. O padrasto e o esposo tornam-se figuras centrais no acesso à terra, sendo os responsáveis pelo seu interesse pela vida no campo:

Ele [esposo] também é filho de agricultor, e não trabalhava no que era o sonho dele. A vontade dele sempre foi morar numa chácara, viver da terra, porque foi assim que ele foi criado, né? A vida dele antes de ter que sair de Minas, de um assentamento lá, foi servir o Exército quando era jovem. Aí, acabou vindo para a cidade. Mas ele sempre teve o sonho de estar morando em roça, mexer com as coisas de horta e tal (Agricultora 1).

Quando ele [esposo] resolveu que não ia mais trabalhar fichado, que a gente ia para trabalhar [no assentamento], a gente fez uma parceria com o meu padrasto. Ele [padrasto] cedeu três hectares para a gente começar. O meu sogro e sogra vieram para ajudar a gente, e foi a partir daí que ele [esposo] engajou, e **eu fui junto com ele** (Agricultora 1, grifo nosso).

Figura 3. Agricultora 1 e o esposo.



Fonte: Registro de campo (2021).

Em outro momento da entrevista, ela relatou como a segurança e bem estar da primeira filha, na época com dois anos de idade, influenciaram na sua escolha em morar no assentamento:

Eu já não me via morando na cidade porque a nossa filha ficava muito presa. Quando a gente vinha para cá [assentamento], para a casa da minha mãe, quando tínhamos que ir embora, ela chorava, não queria, porque havia todo um espaço, e chegava lá na cidade era aquele quadradinho, pequenininho, era um deus nos acuda, essa menina! Então, toda vez a gente via que ela era mais feliz na roça. Aí, a gente acabou voltando e construiu a nossa casa (Agricultora 1).

No ano de 2016, com o nascimento da segunda filha, o esposo da agricultora decidiu pedir demissão do trabalho na cidade para dar início à construção da casa no assentamento Chapadinha: *“Ele pegou e chutou o pau da barraca! Pediu conta e saiu definitivamente”*. A entrevistada seguiu rememorando a rotina do esposo, responsável pelo cuidado com a terra e a produção:

Ele começou assim: tinha uma área na associação que eles disponibilizaram para plantar. Ele saía cedo, trabalhava, quando ele chegava, o melhor horário para ele era quando tinha horário de verão, que chegava mais cedo em casa e dava para começar a plantar alguma coisa. E nisso o amor dele foi só crescendo, né? (Agricultora 1).

Na tentativa de redirecionar o relato para as vivências da agricultora com as atividades produtivas e de manejo da terra, ela mencionou que o interesse nessas áreas apenas surgiu após o nascimento da segunda filha, pois antes o que a motivava a morar em uma área rural, como já mencionado, era o bem estar da primeira filha e a proximidade com sua mãe. Segundo a agricultora, por motivos de saúde, sua participação concentra-se na colheita e nas atividades domésticas e de cuidado:

Eu sabia só colher mesmo, e dentro de casa, né? Não tinha muito interesse, não. Esse amor só brotou depois. Até então, a minha realização era mais pelo fato da B**** [primeira filha], que tinha o espaço para ela correr, e a gente estava perto da minha mãe (Agricultora 1, grifo nosso).

Por mais que às vezes eu tento ajudar, sempre volto passando muito mal, essas coisas. Então, eu não conseguia estar no meio da horta, fazendo as mesmas atividades que, no caso, minha sogra faz ((Agricultora 1).

A agricultora dedica-se ao trabalho administrativo da unidade produtiva. É nesta parte que ela possui maior destaque e desenvoltura:

A minha responsabilidade é mais controlar a parte administrativa mesmo. Sempre fui melhor nessa parte, **não de estar na roça e tal**. Precisa comprar alguma coisa, de onde que vai vir o dinheiro? **Recebendo o dinheiro, vem para minha mão!** [...] Minha parte mesmo é administrar, organizar nota, caderno de plantação, anotar para quem foi vendido, quem já pagou, essas coisas, né? (Agricultora 1, grifo nosso).

Ao ser questionada sobre a importância que ela dá ao seu trabalho como agricultora, ela relatou que além da parte administrativa ajuda o esposo nas vendas dos produtos na Ceasa (Figura 4): “*Eu ajudo ele também na parte da feira, nas vendas*”. Neste momento, evidenciou-se a percepção da entrevistada sobre o próprio trabalho: uma complementação ao trabalho do esposo.

Figura 4. Estufas de morango e tomate, principais produtos comercializados pelo casal.



Fonte: Registro de campo (2021).

Durante a entrevista com a agricultora 2 (Figura 5), ela iniciou a rememoração de sua trajetória a partir do ano de 2005, fazendo um recorte temporal a partir da sua luta pela terra no Distrito Federal:

Eu cheguei no movimento social [MST] em 2005, com meus dois filhos. Tenho três filhos, um já era casado e tinha a vida dele para lá, e eu tinha meus dois filhos adolescentes. Quando cheguei no movimento eu vim somente por curiosidade, né? Eu não tinha onde morar. Em outras palavras: eu não tinha onde cair morta. Eu vim para fazer um trabalho evangelístico, trabalho de missão, me tornar uma missionária. Assim que nós chegamos passamos quinze dias debaixo de pressão, tiros e baixarias. A nossa esperança era que o INCRA olhasse para nós. O INCRA sempre dava as costas. E nesse tempo que passamos de agonia teve alguns confrontos, mas não teve morte, não teve sangue, graças a Deus! (Agricultora 2).

Figura 5. Agricultora 2 em sua moradia.



Fonte: Registro de campo (2021).

A agricultora detalhou o início da ocupação e os despejos que sofreu junto com os demais companheiros, demonstrando insatisfação com o governo e suas instituições:

Nós ficamos lá na frente [do assentamento]. Depois entramos e cada um partiu seu pedacinho [de terra] e começou a plantar. Mas na verdade a gente não tinha apoio do governo de jeito nenhum...nenhum apoio. [...] Foi o tempo que veio a liminar de despejo novamente. Nós saímos e fomos para perto de Padre Bernardo, e ali ficamos quinze dias. Depois de mais quinze dias fomos para a porta do INCRA. No INCRA passamos quarenta dias, na Superintendência 28. Daí, voltamos para cá, ficamos lá na frente [do assentamento]. Depois veio a ordem dos coordenadores e o INCRA já estava dando um pouco de apoio para nós. [...] Pois bem, repartimos ali na frente [do assentamento] cada um com pedaço bom de dois hectares para plantar (Agricultora 2).

Após a divisão da terra, os acampados organizados pelo MST deram início às estratégias para reivindicar mais estrutura. A agricultora relatou a iniciativa dos acampados para fundar a associação, e a falta de apoio durante o processo: *“No ano de 2009 e 2010, conseguimos fundar nossa associação. Todos os moradores. Nós precisávamos de mais gente de fora para nos ajudar com a associação. Não conseguimos e foi nós mesmos. Nem todo mundo é flor, né? Tem uns que são mais espinhosos do que flor”*.

Foi neste contexto que surgiu a tradicional festa da pamonha, com intuito de dar visibilidade aos produtores diante das instituições: *“Foram 12 anos de festa da pamonha. Mas nós não queríamos festa da pamonha. Nós queríamos era que o governo nos visse, que desse mais atenção para nossa pequena e humilde associação [ASTRAF]”*. Durante todo o relato, a agricultora evidenciou a marginalização e indiferença sofrida por ela e seus companheiros, bem como a dificuldade de participar de reuniões e espaços públicos:

Como não tinha quem olhasse para nós, já que o governo nos enxergava como invasores e sem-terra que não tinham um pingão de valor, a gente dava milho, feijão, melancia, abóbora, gergelim, o que a gente tinha dava para agradar. Um dia o coordenador [do MST] disse: *“Vamos ter que fazer alguma coisa para o pessoal do governo olhar para nós. Vamos fazer uma festa da pamonha”*. Começamos a fazer a festa da pamonha sem nenhuma estrutura. Tínhamos somente a coragem. Não tinha energia elétrica. Somente um barraco tinha energia elétrica e nós levávamos o milho, ralava, amarrava, e colocava no freezer. No dia da festa, a pamonha estava congelada, ficou ruim, ficou sem gosto parecendo água. Mas fizemos a festa da pamonha e convidamos. Vieram alguns representantes da Emater, da Câmara dos Deputados, e fomos nos metendo no meio deles. Era como se você chegasse aqui e eu não mandasse você se sentar. Era como nós participávamos das reuniões, e era desse jeito que eles nos tratavam (Agricultora 2).

Conforme os acampados conseguiam avançar paulatinamente em suas conquistas, novas demandas iam surgindo, como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Novos arranjos também foram constituídos, como é o caso do grupo de mulheres *Raízes da terra*. Pode-se constatar, a partir da fala da própria entrevistada, que ela se considera a responsável pela organização e mobilização das mulheres. A agricultora lembrou uma das primeiras reuniões de mulheres após a referida festa da pamonha, e enfatizou a descrença das participantes diante da tentativa de articulação: *“Um dia fizemos uma reunião de mulheres e falei: nós temos que nos reunir, as mulheres têm que conversar umas com as outras, aguentar umas às outras. Elas diziam: ah, C*****! Assim também é demais! Eu dizia: não é demais. Nós temos que nos unir umas com as outras!”*

No tocante à DAP, a agricultora resgatou de suas memórias o momento de formalização do documento para os homens e mulheres da Chapadinha. Segundo ela, um funcionário se destacou pela coragem de dar início à documentação: *“Na Emater tem um senhor que disse: Vocês precisam ter uma DAP, porque com ela vocês serão vistas. Esse homem teve muita coragem e fez a DAP para nós da Chapadinha, homens e mulheres.”*

A entrevistada relatou detalhes das dificuldades enfrentadas para conseguir a DAP em seu nome, e as adequações feitas pelos funcionários para que tal acesso fosse concluído. Ao lembrar os fatos, a agricultora reviveu as angústias e incertezas vividas naquele momento:

[...] Para ter a DAP você precisa entregar uma quantidade x ou ter uma renda de pelo menos seiscentos reais. E a minha [renda] que não era de duzentos reais? Eu não ganhava um centavo. Eu vivia no acampamento com meus dois filhos adolescentes. A secretária disse: Vamos ter que formalizar aqui para você ter uma renda de seiscentos reais. Ele [o referido funcionário] disse: Seiscentos reais são válidos, mas ainda é muito baixo para ela ser dona dessa DAP. Eu disse: Meu Deus, será possível! Eu sou uma pessoa que não tenho nada na vida, só tenho dois filhos, e não tenho direito a uma DAP? (Agricultora 2).

Após a conquista da DAP, em 2010, iniciou-se o acesso aos programas, tais como Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) (Figura 6), Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA/DF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), respectivamente. A agricultora contou como era sua condição financeira e de trabalho antes dos programas, e como o apoio de outras mulheres fortaleceu sua decisão em iniciar como beneficiária-fornecedora:

Conseguimos a DAP [2010]. No ano seguinte, depois de ter sofrido bastantes humilhações por todos os lados, nós [mulheres do

assentamento] fomos contempladas com um convite da Secretaria [SEAGRI] para entregarmos [alimentos] para o PAA. De onde vem toda nossa conversa. No dia que entregamos para o PAA, já com dezesseis anos de acampamento, completava oito anos que eu não sabia empurrar um carrinho lá no mercado [Ceasa] porque eu não ganhava nada. Eu vivia do acampamento, das doações das cestas do INCRA e das doações dos companheiros. Era uma situação que só Deus podia sustentar. Meus filhos estudavam com sapatos, calças e camisas que alguém doava. Quando o rapaz [da Emater] falou: *Vocês têm tudo para entregar para o PAA*, eu pensei: *Não vou nem levantar minha mão porque não tenho condições*. Minhas duas companheiras e amigas, a I*** e a I****, levantaram uma de cada lado e ergueram minhas mãos e disseram: *Você pode sim! Porque você trabalha e quem trabalha Deus ajuda* (Agricultora 2, grifo nosso).

Figura 6. Primeiras experiências das mulheres do assentamento Chapadinha com o Programa Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS).



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada.

Ao relembrar o início da sua participação no PAA, a agricultora demonstrou admiração pela própria história. Em determinado momento, de maneira saudosa e com olhar distante, ela contou as inúmeras noites que passou em claro para cuidar da horta, e a falta de água e de materiais para manejar a produção:

Em 2012, entreguei o primeiro PAA. Eram quatro mil e quinhentos reais [valor da cota anual]. Para quem estava com quase nove anos que não empurrava um carrinho no mercado, já ia pegar quatro mil e quinhentos. Sofri muito, trabalhei de noite, porque o material e as

minhas instalações eram poucas, então molhava mais durante a noite. Minha água era só de uma cisterna e uma bomba (Agricultora 2).

Devido ao destaque das mulheres na administração dos seus empreendimentos rurais, elas participaram do edital *Prêmio Mulheres rurais que produzem o Brasil sustentável*, em 2013²⁸. Segundo a agricultora, o convite surgiu por meio da Emater, a qual elaborou o relato de experiência das mulheres. A agricultora contou que foi convidada para ajudar na elaboração do material, e que foi escolhida pelas demais companheiras para ser a presidenta do grupo de mulheres: “*Lá mesmo na Emater elas fizeram uma pequena eleição, e votaram para que eu fosse a presidenta do grupo de mulheres Raízes da Terra, que existe até hoje*”.

Fomos convidadas para participar de um projeto que eu não lembro o nome [Prêmio Mulheres rurais que produzem o Brasil sustentável]. Nessa época, era a ministra Eleonora Menicucci [ex-ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) no governo Dilma Rousseff], e nós tínhamos que participar junto com outros estados e o prêmio era de vinte mil reais. Fui convidada para fazer a linha do tempo do acampamento. Nunca esqueci do meu sofrimento. Eu falava de mim e das outras porque estávamos sofrendo juntas. A Emater foi juntando os documentos: Isso aqui é um registro. Vocês vão conseguir muita coisa aqui. Sinceramente, eu não estava acreditando. Fizemos curso de artesanato, de bordado, fizemos tudo. Nós queríamos que alguém nos visse. A Ana [funcionária da Emater] disse: Vamos fazer a inscrição e vocês vão participar. O Anaildo [Presidente da Astraf] fez a inscrição. Sinceramente, eu não coloquei nenhuma confiança. Mas eu fui assim mesmo, em 2013. Levamos os documentos e passamos o dia inteiro lá [na Emater]. Tínhamos que ter um nome para o grupo, e eu dava um nome de uma coisa, dava o nome de outra. Nós levamos a nossa história e passamos um dia inteiro na Emater para arrumar os documentos. Quando fui entregar os documentos estava fechado [o local]. Não podia mais entregar. A funcionária da Emater ligou para a ministra Eleonora para entregar os documentos em mãos (Agricultora 2).

²⁸ O concurso foi uma iniciativa da extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), pertencente ao extinto Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), durante o mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff (HORA, 2018). Conforme o artigo 9º do edital, o concurso tinha como objetivo dar visibilidade ao trabalho das mulheres do campo e da floresta, e foi lançado em dezembro de 2012, sendo a seleção feita a partir das experiências, relatos e memórias das participantes, considerando os seguintes critérios: a) capacidade de produzir de maneira sustentável; b) capacidade de gerar renda para as mulheres produtoras; c) contribuição do grupo à economia local e o grau de articulação com o mercado local; d) forma de organização interna do grupo e participação nas decisões; e) formas de relacionar o trabalho que gera renda com o trabalho doméstico não remunerado. A cerimônia de entrega do prêmio aconteceu no dia 8 de março de 2013, em Brasília. Veja o edital na íntegra em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/premio-mulheres-rurais-que-produzem-o-brasil-sustentavel/edital-premio-mulheres-rurais-que-produzem-o-brasil-sustentavel>

A agricultora relatou que não estava confiante em relação ao concurso, e que entregou a documentação somente pela participação. Ao lembrar o dia do resultado, ela embargou a voz e, com profunda emoção, expressou início de um choro, que logo tratou de reprimir. Na percepção da pesquisadora, este foi o momento ápice de comoção por parte da entrevistada, que até aquele momento estava segura e sorridente. Ela levantou-se e fez questão de buscar uma pasta onde guardava os registros do dia da premiação. Orgulhosa, passava calmamente cada página, apontava cada participante, cada caravana, até chegar na foto do grupo de mulheres com a ex-presidente Dilma Rousseff (Figura 7).

A minha surpresa foi tão grande quando recebemos a notícia que ficamos em sétimo lugar! Ficamos em sétimo lugar representando o Distrito Federal. Para mim, para o grupo e para a associação da Chapadinha foi muito orgulho! Porque quem estava lá embaixo, até hoje só de falar me emociono, ser participante e representar o Distrito Federal, não é pouca coisa. Esse grupo de mulheres humildes ficou em sétimo lugar ganhando o prêmio de vinte mil [reais]. Fomos convidadas para receber o prêmio em 2013. Graças a Deus, reunimos todas as mulheres, participamos das reuniões e fizemos cursos (Agricultora 2).

Figura 7. Grupo de mulheres Raízes da Terra recebendo o prêmio pela ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2013.



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada.

Ainda muito emocionada, a agricultora continuou a admirar as fotos, e começou a relatar cada conquista após a premiação do concurso. Seguiu compartilhando detalhes daquele dia, e quais figuras conhecidas teve contato. Ela mostrou fotos com o ex-

governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (Figura 8), a ex-presidenta Dilma Rousseff (Figura 9), funcionárias da Emater (Figura 10) e a ativista Maria da Penha (Figura 11). Para ela, a partir daquele momento os acampados foram enxergados pelo governo.

É uma trajetória de muita honra. Se eu fosse contar para você pontinho por pontinho nós levaríamos a tarde toda. Mas graças a Deus conseguimos! O presidente da Ceasa nos presenteou com uma banca. *[Neste momento, a participante mostra fotos com o Deputado Joe Valle, PDT, Roberto Carneiro, Emater, dentre outros na Ceasa.]* Hoje temos uma banca no B8 [Ceasa], e temos a agricultura familiar que é perto do CCC [Centro de Capacitação e Comercialização da Agricultura Familiar]. Temos outro ponto abaixo do Congresso. Eu participo dos orgânicos, sou certificada pelo OCS [Organização de Controle Social] e certificada pela IBD [Associação de Certificação Instituto Biodinâmico], graças a Deus! (Agricultora 2).

Figura 8. Agricultora 2 ao lado do ex-governador do DF, Agnelo Queiroz, durante a cerimônia de premiação.



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada.

Figura 9. Agricultora 2 ao lado da ex-presidenta Dilma Rousseff, durante a cerimônia de premiação.



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada.

Figura 10. Agricultora 2 ao lado das funcionárias da Emater e mulheres do grupo Raízes da Terra, durante a cerimônia de premiação.



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada.

Figura 11. Funcionárias da Emater, mulheres do grupo Raízes da Terra e a ativista Maria da Penha, durante a cerimônia de premiação.



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada.

Ainda sobre as conquistas, a agricultora relatou os avanços que os acampados tiveram com o PAA, e o empréstimo que realizou para alavancar sua propriedade e produção. Neste momento da entrevista, ela já se encontrava mais animada, fazendo planos, e vendo o progresso que teve ao longo dos anos:

No ano seguinte, em 2014, entregamos para o PAA representando a Chapadinha. Hoje em dia já são seis mil e quinhentos reais [a cota anual via Termo de Adesão]. Entregamos para o PAA/CONAB que é oito mil reais [a cota anual]. Depois a associação conseguiu esse projeto do PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar]. Entregamos ano passado [2020]. Tem dois anos que entregamos o PNAE, e vamos entregar esse ano [2021] (Agricultora 2).

Esse ano [2021] só para o PAA entreguei mais de 500 kg de banana, e eu sou pequena produtora! Hoje mesmo entreguei 100 kg de limão. A banana a gente tira 100 kg para vender no atacado. No PAA é mandioca, banana e batata doce (Agricultora 2).

Eu fiz empréstimo pelo PROSPERA [Programa de microcrédito produtivo], e dei um levante muito grande na minha chácara. Cerquei, comprei ferramenta, carrinho, fui aprimorando mais. Ainda não fiz um poço artesiano, mas vou fazer, se Deus quiser. A minha casa está em construção porque aqui vai ser um espaço de trabalho. Vai ter uma estufa para colocar a banana para madurar, um quarto para guardar embalagens e espaço para embalar verduras (Agricultora 2).

Eu acho que nós mulheres não devemos parar. No meu caso, sou muito honrada porque quando cheguei aqui não tinha nada. Era um barraquinho caindo aos pedaços, e através do PAA e esses projetos que consegui fazer minha casa. É com meu trabalho. Tirei tudo da minha pequena e humilde horta. Neste momento não, porque tive alguns problemas e estou sem uma pessoa para me ajudar. Meus filhos todos têm família. Eles chegam aqui, dão uma forcinha e vão embora (Agricultora 2).

Em tom reflexivo e bastante enfática, a agricultora expôs o que gostaria que fosse feito por parte do atual governo em prol das mulheres, sobretudo as assentadas:

Eu gostaria que os governos dessem mais apoio para a agricultura familiar. Agora a gente tem uma mulher no comando [Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves (PP)]. Em outras palavras, que ela fosse uma mulher de verdade, sentisse o que uma mulher sente. Tem muita mãe de família que ainda está precisando de apoio. No nosso caso, as mulheres que participam do grupo [Raízes da Terra], tem uma irmã que somente o esposo trabalha, ela tem crianças e problemas de saúde. Não é do trabalho pesado. Nós não! O couro já está grosso, a mão já está calejada. No momento, não faço tanto [trabalho] porque estou com problema no joelho, mas ainda estou aqui me erguendo (Agricultora 2).

Em relação à percepção da agricultora sobre seu trabalho na produção e comercialização dos produtos, ela disse ser uma honra produzir alimentos orgânicos, e agradece pela oportunidade de atuar nessa área sem manusear “veneno”. Apesar da dificuldade de locomoção, pois ela faz uso de uma muleta, a todo momento a agricultora enfatizou o sentimento de felicidade ao realizar seu trabalho mesmo em um ritmo mais lento: *“Eu amo muito meu trabalho. Fico muito agradecida de poder dar esses passos mesmo com essa muleta. Dar esses passos me deixa muito feliz. [...] Sou muito feliz mesmo!”*

Atualmente ela dedica-se mais às atividades de pós-produção e comercialização na Ceasa. Ela relatou sua rotina de trabalho e o compartilhamento das atividades com os filhos, e enfatizou a estabilidade financeira que possui e como esse fato tem contribuído para que ela ajude seus familiares:

Hoje, eu não trabalho mais na roça. Mas eu lavo, embalo, e vou para a feira todo sábado. Levanto às 3h da manhã, vou para feira com a I**** e volto às 13h, 14h. Os meninos colhem e eu estou lá na feira. Tem uma honra muito grande no meu trabalho. [...] Eu sei que estou plantando, estou comendo, dali estou retirando para ajudar meu filho, para ajudar meu neto quando precisar. Ele tem pai e mãe, todos

trabalham, mas uma hora vai precisar e eu tenho [dinheiro]
(Agricultora 2).

Por fim, quando questionada se já deixou de realizar alguma atividade por ser considerada pesada ou difícil, a agricultora mostrou-se otimista diante da própria situação. Mesmo com limitações físicas, ela não hesita em fazer a colheita quando os filhos estão ausentes:

Não há dificuldade quando você tem vontade. Porque quando você tem vontade você já tem mais da metade! Tem vez aqui que os meninos não estão e eu tenho que colher uma coisa. Eu vou lá devagarzinho e colho. Quando eles chegam e dizem: “*mãe eu vim para colher*” eu digo: “*eu já colhi!*”. Eu acho muito bom trabalhar na roça. Maravilhoso!
(Agricultora 2).

Durante o relato da agricultora 3, ela se dividia entre as tarefas de casa, da lavoura e cuidados com o filho mais novo. A criança, que ainda depende de atenção contínua, fez parte de todo o processo de rememoração da mãe. A todo momento exigia colo, soltava choros longos, sempre à procura da atenção materna. Ela, que por sua vez não lhe negava carinho, conseguiu habilmente contornar a situação, levando-o em todas as etapas do trabalho de campo desta pesquisa (Figura 12). Constatou-se aqui, as múltiplas identidades da entrevistada: mulher-mãe-agricultora (CARNEIRO, 1994, p.14).

Figura 12. Agricultora 3 e o filho na área de produção.



Fonte: Registro de campo (2021).

Divorciada e mãe de três filhos, dois adultos e uma criança, atualmente reside com o filho mais novo e a presença do ex-marido. Nascida no Distrito de Catalão, Goiás, mudou-se para Minas Gerais com a família aos sete anos. Viveu nesse estado até o ano de 1997, onde iniciou o magistério. A experiência em sala de aula não agradou a agricultora: *“Comecei a dar aulas, mas não me identifiquei. Eu gostava do curso, mas da sala de aula não gostei”*.

Tempos depois, a agricultora veio para Brasília fazer um curso técnico em enfermagem. Atuou na profissão de agente de saúde residindo próximo à cidade Estrutural, no Distrito Federal. Entre os anos de 2003 e 2004, a agricultora iniciou suas vivências nos espaços rurais ao pleitear uma chácara no assentamento 26 de setembro. A iniciativa não deu certo. Ainda nessa época, por meio de um amigo, a agricultora ficou

acampada por alguns meses no assentamento Betinho, na região da Radiobrás. Ao relembrar essas vivências, a agricultora expressou a afinidade que sempre teve pelo campo: *“Sempre tive vontade de ir para a roça. Sempre gostei da roça, do campo. Não me identifiquei muito com a cidade, não”*.

Em junho de 2005, começou a luta pela terra na Fazenda Chapadinha. A agricultora trouxe detalhes dos despejos, da organização coletiva para delimitar as parcelas, da briga contra um grileiro, e do desmembramento do grupo de acampados:

De lá para cá, aconteceram muitas coisas. Houve despejo quando estávamos dentro das parcelas. Um ano depois entramos na Fazenda Chapadinha, já estávamos trabalhando, produzindo, criando algumas coisas. Foi quando veio a reintegração de posse e tirou a gente. Nós fomos para a beira da pista, lá para o lado de Cocalzinho, Goiás, pois na época eles disseram que tínhamos que ficar no mínimo 50 km de distância da Fazenda Chapadinha. Fomos para o INCRA, ficamos acampados lá. Na época era no Setor Gráfico, tinha bastante espaço e fomos para lá com porco, galinha, várias coisas. Nós ficamos lá um bom tempo. Até que resolvemos voltar para a Chapadinha. Isso tramitou na justiça, pois eles não podiam ter feito a ação [reintegração] daquela maneira. O Mario Zinatto conseguiu o despejo contra nós. Nós fomos despejados por uma pessoa que não tinha o domínio da terra. Ele também não era dono da terra. Aí, voltamos. Uma boa parte foi para o Goiás e a outra ficou aqui no DF, continuou na Chapadinha (Agricultora 3).

No ano de 2008, as dificuldades entre os acampados persistiam. A agricultora relatou sua rotina na época, pois sem apoio financeiro, dependia de trabalhos na cidade para ajudar nas despesas: *“Tínhamos que nos virar. Ir para a cidade, trabalhar, fazer uma diária, alguma coisa para poder nos manter aqui. Depois disso, eu ainda consegui trabalhar fora por um tempo”*.

Outra preocupação expressada por ela foi a educação dos filhos mais velhos. O desejo da agricultora era manter os filhos no campo, próximos a ela, e que frequentassem a escola. Por causa dos despejos, a agricultora teve que abrir mão da presença dos filhos enquanto lutava pelo seu "pedaço de chão":

Na época do despejo, eles tiveram que ficar de fora porque não tinham como estudar. Parte ficava morando comigo, parte ficava morando fora [com outros familiares]. Eu queria acabar com aquela história de que **se não estuda, vai para a roça**. Eu queria que eles ficassem na roça e continuassem estudando. Mas, infelizmente, não foi viável, pois ainda existem muitas dificuldades, como a distância, e tiveram que sair (Agricultora 3, grifo nosso).

Ainda no ano de 2008, ela lembrou as iniciativas do grupo para retomar as parcelas e as plantações: *“Fizemos um L na DF 170, e na rua 24. Ficamos acampados por um tempo e depois resolvemos dividir. Nós mesmos fizemos a topografia, dividimos tudo na corda, e assim foram feitas as parcelas para cada um”*.

Após o retorno ao acampamento, conforme o relato da agricultora, no mesmo ano foi fundada a associação (ASTRAF). Por meio dela os produtores conseguiram a DAP. A entrevistada mencionou as mudanças após essa conquista, e o apoio que o grupo passou a receber da Emater e da Seagri:

Nós sabemos que para ingressar em qualquer programa precisamos da DAP. Foi quando a Emater começou a acompanhar a gente. A Secretaria [Seagri] também. Nós conseguimos o primeiro trator emprestado que vinha fazer o serviço aqui. Nessa época, conseguimos o PAIS [Produção Agroecológica Integrada e Sustentável], aquele programa de mandalas, com a Emater, Sebrae e Banco do Brasil. Nós conseguimos sete unidades. Eu fui contemplada com uma delas (Agricultora 3).

A agricultora relatou as dificuldades para manejar as primeiras hortas na propriedade. A estrutura precária, a falta de energia e de materiais impediam o crescimento da produção. Ao sair do emprego, ela investiu o dinheiro da rescisão na compra de uma caixa d'água, de uma mangueira e de um motor à gasolina para irrigação. A agricultora também contou com a ajuda de uma amiga para vender seus primeiros produtos:

Uma vizinha tinha uma feira em Samambaia [Região Administrativa XII do DF]. Falei com ela “fulana você pode levar pra mim algumas coisinhas?” ela disse “levo, o que eu não tiver eu levo”. Eu fazia umas bandejinhas de quiabo, de pimenta, era tão pouquinho (Agricultora 3).

Com o advento do PAIS, ela conseguiu aumentar a produção por meio das mandalas: *“Os primeiros PAIS vieram só com três mandalas. Fomos aumentando [a produção]. Eu já estava com sete canteiros, e fomos trabalhando naquele espaço mesmo”*. Logo depois, veio o PAA, no ano de 2012. Ela lembra que iniciou no programa com a cota anual de quatro mil e quinhentos reais, que possibilitou ainda mais o crescimento e a variedade da produção:

Nós não tínhamos condições, mas já plantávamos abóbora, milho e começamos. [...] Conseguimos entregar o primeiro PAA com esses produtos. A variedade que o programa aceita é muito grande. Desde de sequeiro [processo de cultivo sem irrigação] de frutas e hortaliças. A

alface e a cebolinha começamos a plantar dentro da mandala, e o PAA pegava tudo. Nós conseguimos entregar boa parte do que já estávamos comercializando, e incentivou a gente a comercializar mais. Nisso, o PAA começou a pegar [os produtos] e foi incentivando (Agricultora 3).

Mesmo com o aumento da produção (Figura 13), a agricultora relatou que as dificuldades persistem. Segundo ela, “as feiras estão muito frágeis”, e o dinheiro das vendas custeia somente as pequenas despesas da casa: *“Eu faço feira para manter as despesas da semana. A feira é, basicamente, ir aos sábados vender e trazer umas comprinhas para a semana. Não passa muito disso”*.

Para ela, o dinheiro que faz diferença advém dos programas, o qual permite investir na compra de bombas de irrigação, adubos e sementes mais caras: *“A gente sabe que não tem como comprar parcelado, mas já dá para planejar e comprar uma semente. É muito bom quando começa o PAA!”*

Em determinado momento, ela lembra do desejo de reunir a família, de ampliar a casa e ter todos os filhos por perto. Foram lembranças significativas para a agricultora. Pode-se notar uma postura cabisbaixa toda vez que mencionava os filhos. Era a saudade se fazendo presente:

Nós tivemos muitos ganhos e muitas perdas de estar aqui [no assentamento], por causa da dificuldade de segurar e estar mais próximo da família. Nós temos aquele pensamento: “vou fazer uma casa maior, o espaço é grande”. A mãe chocadeira quer os filhos todos por perto (Risos). Mas, infelizmente, não foi possível. Tem a minha filha que está aqui comigo essa semana, porque o carro deu problema. A E***** está sempre aqui conosco. Ela ajuda muito nas entregas, preparação dos produtos do PAA, na horta. Ela, de certa forma, vive uma parte aqui (Agricultora 3).

Quando questionada sobre qual a importância ela dá para seu trabalho como agricultora, um misto de emoções invadiu suas falas, perpassando pelo orgulho, agradecimentos e tristezas. Ao lembrar-se das dificuldades que já enfrentou, relatou não ter arrependimentos sobre a escolha de morar no assentamento. Segundo ela, faria tudo novamente:

Começar do zero igual eu comecei molhando com regador, carregando água de longe, não é fácil. Hoje, eu ainda tenho prazer de plantar, de cuidar, por mais que a idade e a saúde não permitam mais. Há quinze anos era totalmente diferente à disposição. Eu sou agoniada! Por mais que coloque alguém trabalhando, na hora que vejo já estou lá mexendo (Risos). É muito gratificante você plantar, colher, vender. Para nós não é só o valor comercial. Tem um valor emocional envolvido. É muito gratificante, eu gosto muito de produzir. Eu não me arrependi de ter deixado a vida lá fora, de ter deixado o curso de enfermagem. Mas se

perguntarem hoje: “você faria tudo de novo?” Eu faria! Um dia desses estava conversando com uma pessoa sobre quando passei no concurso de agente de saúde. Já tinha aberto conta no banco, fiz todo o procedimento, teste admissional, fiz tudo. Quando foi na hora, coloquei na balança “E agora?”. Para eu ser agente de saúde teria que desistir daqui [assentamento]. Dois anos depois, era contrato definitivo com a Fundação [Fundação Abílio Alves Marques]. Pensei: “e se eu tivesse ficado?” Hoje, se fosse para eu escolher ser agente de saúde ou estar aqui, eu escolheria estar aqui. Pode até ser financeiramente melhor, mas eu não troco a vida aqui na roça para estar trabalhando na cidade, para estar presa, não troco (Agricultora 3).

Quando questionada se já desistiu de realizar alguma atividade na área de produção por ser considerada difícil ou pesada, ela destacou a capina. A agricultora afirmou que sempre pede ajuda quando precisa fazer a roçagem e utilizar o trator. Segundo ela, tal situação atrapalha o planejamento das entregas. Outros pontos enfatizados foram a falta de mão de obra e problemas no maquinário:

Às vezes um funcionário deixa na mão ou a gente mesmo não está bem, ou acontece algum imprevisto, isso pode acontecer. Nem sempre a gente tem pessoas para ajudar. Nesse período de chuva, não conseguimos controlar sozinhos, pois é muito mato. Agora, estamos na expectativa do PAA e do PNAE, tem algumas entregas que já nos programamos, mas duas pessoas não dão conta [ela e o ex-esposo]. Até a questão de máquina, trator, que estraga. Já tem quinze dias que o trator está com defeito. No período chuvoso, o trator não tem como entrar [na área de produção]. Tem que ser manual mesmo (Agricultora 3).

Figura 13. Área de produção de hortaliças da agricultora 3.



Fonte: Registro de campo (2021).

4.2 Acesso ao programa e a renda

As mulheres beneficiárias fornecedoras participantes desta pesquisa compõem a modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) via Conab e Termo de Adesão. Para a execução do PAA/CDS via Conab, faz-se necessária a realização de uma proposta de participação por meio da associação, sendo o Termo de Cooperação o instrumento firmado entre as partes, neste caso, Conab e ASTRAF (BRASIL, [2021?]).

O PAA/CDS via Termo de Adesão²⁹ ocorre por meio da celebração do termo entre a União, unidades gestoras e órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta dos estados, municípios, Distrito Federal e consórcios públicos³⁰. O pagamento é realizado pelo Ministério da Cidadania (MC) diretamente aos agricultores por meio de um cartão específico para o recebimento do dinheiro advindo do PAA (BRASIL, [2021?]).

No ano de 2017, foram repassados para a Conab o valor de R\$ 124.708.501,88 para a operacionalização do PAA em escala nacional. Os recursos eram provenientes da extinta Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)³¹ e antigo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)³², sendo o valor de R\$ 98.220.665,84 destinado para a modalidade CDS (CONAB, 2018). No ano seguinte, 2018, foram repassados para a Conab o valor de R\$ 64.898.672,55, sendo o valor de R\$ 57.565.742,62 destinado para a modalidade CDS (CONAB, 2019).

Conforme os dados recentes disponibilizados pela Conab, os recursos orçamentários destinados para a operacionalização do PAA, em 2019, totalizaram R\$ 41.380.857,26 oriundos do Ministério da Cidadania e Ministério da Agricultura, Pecuária

²⁹ A Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, estabelece no capítulo III, art. 20, a possibilidade de execução do PAA por meio do Termo de Adesão com dispensa de convênio. Para a execução da modalidade CDS via Termo de Adesão existem quatro modelos: I) adesão estadual com execução direta, II) adesão estadual com execução indireta, III) adesão municipal pura e IV) adesão municipal mista (BRASIL, 2014).

³⁰ O Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, no capítulo VI, seção I, § 2º, estabelece a celebração do Termo de Adesão entre o ente interessado e o Ministério da Cidadania.

³¹ A Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, estabelece no art. 58, inciso I, a extinção da Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) da Casa Civil da Presidência da República.

³² A Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, estabelece no art. 57, inciso II, a transformação do Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Cultura e o Ministério do Esporte no Ministério da Cidadania. O Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019, transfere as competências da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O MAPA passa a ter em sua estrutura organizacional a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. O referido decreto foi revogado pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020.

e Abastecimento (MAPA)³³. Deste montante, foi destinado o valor de R\$ 32.319.855 para a modalidade CDS (CONAB, 2020).

As diminuições dos recursos orçamentários destinados ao PAA podem ter relação com a reforma ministerial ocorrida a partir do governo Temer. Ressalta-se como consequência negativa a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)³⁴. Conforme aponta Mattei (2018), a desarticulação da estrutura institucional ocasionou a interrupção de diversas políticas públicas do meio rural, atingindo equipes técnicas responsáveis pela condução de tais políticas no extinto ministério.

Para exemplificar, o autor discorre sobre o orçamento disponível para o PAA, em 2016, no valor de R\$ 500 milhões, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA). Deveria ser repassado o valor de R\$ 270 milhões à Conab para execução das suas modalidades. No entanto, mesmo com o repasse de R\$ 170 milhões já autorizado pela ex-presidenta Dilma Rousseff, houve o cancelamento destes recursos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Segundo o autor, tal cancelamento prejudicou a execução da modalidade CDS, afetando cerca de 50 mil agricultores e, consequentemente, o público beneficiário (MATTEI, 2018).

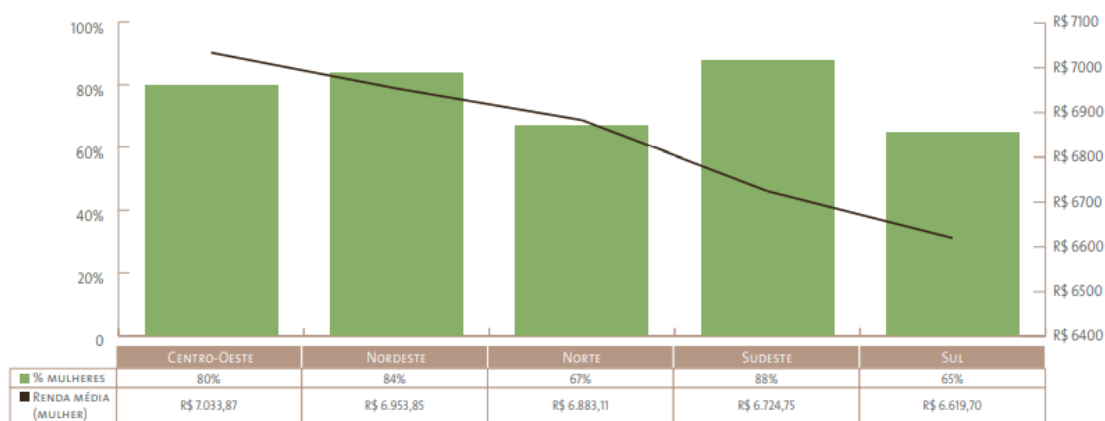
Ao encontro desses fatos, Ferreira *et al.* (2016), atestam os possíveis impactos da extinção do MDA sobre as políticas públicas de segurança alimentar e de fomento à produção agrícola pelas populações rurais. A estrutura institucional que o MDA concedia a tais políticas reforçava a importância da agricultura familiar como ocupação preponderante dos trabalhadores rurais, bem como a inclusão e garantia de direitos na CF de 88, como a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006) (FERREIRA *et al.*, 2016).

No âmbito nacional, 5.885 agricultores familiares participaram do PAA em 2019. Na região Centro-Oeste, foram identificados 619 agricultores vinculados ao programa. A participação de mulheres no PAA nesta região atingiu 80%, apresentando uma renda média per capita de R\$ 7000, a maior dentre as regiões (Gráfico 1) (CONAB, 2020).

³³ O Decreto nº 10.150, de 2 de dezembro de 2019, estabelece no art. 27 como unidades gestoras do PAA o Ministério da Cidadania e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

³⁴ A Medida Provisória nº 726/2016 convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, estabelece no art. 1, inciso V, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016, no art. 2, transfere a estrutura do extinto MDA para a extinta SEAD.

Gráfico 1. Participação das mulheres nas modalidades do PAA em 2019.



Fonte: Conab (2020).

Os agricultores do assentamento Chapadinha iniciaram sua participação no PAA em 2012, por meio da Emater. O cadastro dos agricultores foi realizado por extensionistas, assim como a oferta de cursos sobre a padronização e higienização dos alimentos. Nesse mesmo ano, foram comercializadas 31 toneladas de alimentos pelas 19 famílias participantes do PAA, totalizando o valor de R\$ 82.035 (Tabela 1) (EMATER, 2018).

Tabela 1. Descrição da participação dos agricultores do assentamento Chapadinha no PAA no período de 2012 a 2016

PAA	2012	2013	2014	2015	2016
Total de participantes	19	25	14	19	19
Nº de agricultores convencionais	19	12	6	0	0
Nº de agricultores orgânicos (OCS)	0	13	8	19	19
Nº de produtos convencionais	30	28	17	0	0
Nº de produtos orgânicos	-	22	24	22	24
Quantidade de produtos convencionais (t)	31	20	5	0	0
Quantidade de produtos orgânicos (t)	-	7	3	24	12
Valor financeiro agricultores convencionais (R\$)	R\$ 82.035	R\$ 53.986	R\$ 12.979	R\$ -	R\$ -
Valor financeiro agricultores orgânicos (R\$)	R\$ -	R\$ 50.776	R\$ 13.922	R\$ 114.974	R\$ 64.052

Valor financeiro total (R\$)	R\$ 82.035	R\$ 104.762	R\$ 26.901	R\$ 114.974	R\$ 64.052
---------------------------------	------------	-------------	------------	-------------	------------

Fonte: Adaptado de Emater (2018).

Atualmente a ASTRAF possui 75 associados, sendo 38 mulheres e 37 homens. Desse quantitativo, 18 agricultores são beneficiários fornecedores do PAA na modalidade CDS via Conab, conforme a proposta de participação de 2020³⁵. Dentre os agricultores, 9 são mulheres, que representam o percentual de 50 % em consonância com a Resolução nº 44/2011, que estabelece no art. 4 a participação de 40% de mulheres na modalidade CDS. O percentual de mulheres exigido pela resolução é um dos critérios para seleção e priorização das propostas em todas as modalidades do programa, conforme estabelecido no art. 2 (BRASIL, 2011).

As três agricultoras participantes dessa pesquisa tiveram diferentes motivações para acessar o PAA. Conforme relatado pela agricultora 1, a motivação surgiu por intermédio do seu padrasto, que tinha acesso ao programa. Tal fato contribuiu para que o esposo fizesse contato com a Emater e manifestasse interesse. Segundo ela, sua motivação para participar do PAA surgiu por causa do interesse do esposo.

A agricultora 2 relatou que sua motivação surgiu a partir do incentivo de outras mulheres, no caso, suas amigas do assentamento. Durante o período de elaboração da proposta de participação, ela disse que tinha medo em participar do PAA por não conseguir cumprir com as exigências da Emater:

Se fosse por mim, na época, não tinha entrado, **porque você tem medo**. Isso é uma responsabilidade muito grande, porque você tem que entregar um bom produto. Você não vai entregar um produto podre. E não é que eu iria deixar meu produto apodrecer, negativo! É porque lá [Emater] tem exigências. E eu também queria chegar lá com meu produto e a pessoa visse e dissesse “Nossa! Que produto bonito!” Eu tinha medo, sinceramente. Tanto que quando me convidaram para participar, eu fiquei calada. **As meninas pegaram na minha mão e disseram: “Levanta a mão porque você consegue!”** E consegui, graças a Deus! (Entrevistada 2, 28 de janeiro de 2021, grifo nosso).

Por outro lado, a agricultora 3 relatou que a sua motivação surgiu por causa da variedade de produtos que o programa recebe. Segundo ela, o PAA oferece praticidade nas entregas dos produtos em relação a dinâmica das feiras, sendo viável economicamente e possibilitando investimentos na propriedade:

³⁵ A emissão da lista de associados e a proposta de participação da Astraf fazem parte da pesquisa documental feita pela pesquisadora após contato com o presidente da associação.

A feira é boa porque é algo constante. Mas temos que tirar um dia para colher e um dia para vender. Temos que disponibilizar dois dias para fazer a feira e mais de uma pessoa. Uma pessoa não consegue. O PAA além de pegar uma quantidade maior, **que compensa financeiramente**, nós colhemos e entregamos e vamos embora, e ainda conseguimos cuidar da propriedade o restante do dia. [...] Mesmo que eu não consiga produzir tudo **tem uma variedade muito grande de produtos**. É muito bom o PAA porque é um dinheiro que nós pegamos reunido. Pegamos um dinheiro reunido para conseguir investir em alguma coisa: **melhoria da casa, da horta no geral** (Entrevistada 3, 19 de fevereiro de 2021, grifo nosso).

Com relação às vantagens de acesso ao programa, a agricultora 1 observou que o acesso ao PAA é importante pois ajuda a escoar mais rápido a produção. Outro ponto é a segurança em relação ao dinheiro: *“É um dinheiro certo, que a gente sabe que todo ano aquele dinheiro vai estar lá, mais certo do que nas outras coisas”*.

A agricultora 2 ressaltou que pode fazer aquisições com o dinheiro das entregas dos produtos, devido a garantia de pagamento. Para ela, facilitou a compra de materiais e a quitação de diversas contas:

Eu vou comprar duas bombas porque a minha queimou, e está custando dois mil e quatrocentos reais. Ficou mais fácil. Eu sei que tenho aquele dinheiro porque entreguei [os produtos]. Eu vendi a minha mercadoria. Entreguei para o PAA e quando fui receber tinha várias continhas para pagar, e paguei, graças a Deus estou livre! (Entrevistada 2, 28 de janeiro de 2021).

De modo similar, a agricultora 3 relatou as melhorias na estrutura da horta, o planejamento em torno das entregas e os investimentos na propriedade: *“Quando fazemos uma entrega para o PAA já nos programamos. Vamos investir em adubos, o que sobrar vamos fazer o canil. Sempre fazemos uma programação e vamos melhorando a propriedade”*. Ela ressaltou o aumento da qualidade de vida após os investimentos. Para ela, seu local de lazer e de trabalho é na propriedade: *“Vou para a cidade quando precisa. Meu lazer todo é aqui. Não é assim: ‘Vou sair pra curtir’. Não tem isso. Temos que melhorar a qualidade de vida de onde vivemos. Aqui vivemos e trabalhamos”*.

Observou-se, a partir dos relatos das agricultoras, que as principais vantagens de acesso ao programa ocorrem em torno da garantia da renda, facilidade de escoar a produção e fazer investimentos na propriedade. Silva e Hespanhol (2019) afirmam que o PAA se tornou um dos principais meios de comercialização e fonte de renda dos agricultores. Tal fato corrobora com os resultados da pesquisa realizada pelas autoras, que analisaram a participação das mulheres no PAA nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana, São Paulo, no ano de 2016. As entrevistadas destacaram como

pontos positivos “[...] o aumento da renda, a criação de um canal de comercialização para os seus produtos, o pagamento seguro e regular e o incentivo e o reconhecimento do trabalho das mulheres no campo” (SILVA, HESPANHOL, 2016, p.16).

O estudo de caso realizado por Mota *et al.* (2014), descreveu as experiências de comercialização de mangaba das extrativistas do povoado de Pontal, Sergipe, por meio do PAA nos anos de 2008 e 2011. Os autores evidenciam que, a partir do acesso ao programa, as catadoras de mangaba vivenciaram pela primeira vez o aumento da renda através da “[...] comercialização do fruto in natura” (MOTA *et al.*, 2014, p. 463). Ao estabelecer uma relação entre as catadoras e os agricultores familiares no acesso ao PAA, os autores constatarem os benefícios para ambos: “[...] os grupos têm gozado de maior autonomia quanto aos canais de comercialização, ao preço justo e à garantia do recebimento” (MOTA *et al.*, 2014, p. 460).

Rocha e Anjos (2016) analisaram a execução do PAA no município de Boa Vista, Roraima, a partir da opinião dos participantes. Segundo os autores, o PAA representou uma “revolução” para os agricultores da região, pois visualizaram no programa a oportunidade de melhorar a renda, as condições de vida e de trabalho através da comercialização dos produtos via Conab. Evidenciou-se também, o aumento da produção de alimentos “[...] diante da garantia da compra de seus produtos” (ROCHA, ANJOS, 2016, p. 129-130).

Grisa *et al.* (2010), fazem uma discussão sobre as contribuições do PAA para a agricultura familiar. Com base no estudo de Wilkinson (2008), os autores afirmam que a garantia de comercialização significa “um alento” para os agricultores das regiões Sul e Centro-Oeste diante da possibilidade de acessarem o mercado de acordo com as especificidades da categoria, ao invés de se encaixarem no mercado de *commodities* agrícolas.

Os resultados de Mota *et al.* (2014), Rocha e Anjos (2016), Schmitz, Mota e Sousa (2016) e Grisa *et al.* (2010) convergem em relação a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, a aquisição de bens de consumo e investimentos na propriedade em decorrência do aumento da renda após o acesso ao PAA:

[...] a participação no PAA tem influenciado na autoestima, no maior reconhecimento local e no reposicionamento das mulheres catadoras na própria família **por aportarem recursos que têm contribuído para o bem-estar de todos**. Não estamos deduzindo disso que as necessidades das catadoras e de suas famílias estão satisfeitas, **mas é significativo que todas as 36 entrevistadas (100%) afirmem que as suas vidas**

melhoraram pelo pagamento de contas atrasadas. A maior parte dessas contas resulta da aquisição de alimentos em comércios locais (83%), pela aquisição de alimentos – particularmente carne, que substitui os mariscos na alimentação, uma vez que agora as catadoras de mangaba não têm tempo para coletá-los (66%) –, **mas também se devem à aquisição de móveis e à reforma da casa (55%)** (MOTA et al., 2014, p. 464, grifo nosso).

O aumento do poder aquisitivo por parte dos agricultores tem permitido a compra de bens de consumo duráveis, a reforma e ampliação de suas residências no campo e o fortalecimento das instituições com as quais interage (bancos, provedores de bens e serviços, agências de fomento, etc.) [...] São bastante enfáticos os progressos materiais alcançados pelos agricultores e suas famílias **em função do aumento de suas rendas.** Os depoimentos relatam com entusiasmo a chegada de móveis, utensílios domésticos e ampliação das residências como conquistas da maioria dos produtores. A declaração de um produtor entrevistado reforça esse aspecto, quando reitera: “É, a gente conseguiu, né? Tá melhorando, 'fazer como diz o outro', a casa precisava rebocar, precisava aumentar um pouco mais a casa, e a gente conseguiu sim” (ROCHA, ANJOS, 2016, p. 131-132, grifo nosso).

A garantia de renda por meio do trabalho das mulheres teve seu efeito, principalmente, na superação da pobreza, associada a: maior disponibilidade de alimentos; menores jornadas de trabalho (menos autoexploração) e redução da pluriatividade, **pagamento de contas; aquisição de bens de consumo e equipamentos para o trabalho;** valorização econômica do fruto; a redução da dependência dos atravessadores [...] (SCHMITZ, MOTA, SOUSA, 2016, p.89-90, grifo nosso).

Cordeiro (2007) investiga a destinação dos recursos obtidos com o Programa. Em 48% dos casos, os agricultores e suas famílias usaram este recurso para aquisição de alimentos, **26% destinaram para melhorias na produção, 6% para investimentos e 5% à aquisição de máquinas e equipamentos** (GRISA et al., 2010, p. 155, grifo nosso).

Quando questionadas se tiveram incentivo dos membros familiares para participar do programa, a agricultora 1 relatou que recebeu apoio do esposo, e mencionou que as duas filhas ainda são crianças. Sobre a participação na implementação do PAA no assentamento, ela disse que participou das reuniões da Organização de Controle Social (OCS) do assentamento em conjunto com técnicos da Emater para tratar das boas práticas de higiene e comercialização dos produtos.

Já a agricultora 2 relatou, novamente, que o incentivo partiu das amigas e do presidente da associação. Neste momento da entrevista, ela foi bastante enfática ao relatar que não possui contato com o pai de seus filhos, tampouco se interessa em saber do paradeiro e da atual situação dele. Por essa razão, não houve incentivo por parte dele nem dos filhos à época, tendo em vista que eram pré-adolescentes. Sobre a participação na

implementação do PAA no assentamento, ela afirmou que participou de cada fase: *“Com muito orgulho! Participei passo a passo”*.

A agricultora 3 relatou que teve *“bastante apoio”*. Sobre a participação na implementação do PAA no assentamento, ela recordou os momentos de insegurança ao lado das amigas em relação ao programa, seu funcionamento e os pré-requisitos. O PAA era um mundo novo que se apresentava diante daquelas mulheres: *“No começo tínhamos tanto medo de fazer nota fiscal. Tudo para nós era novo. Não era o termo de adesão. No início, o pagamento era feito pela Caixa Econômica”*.

Mesmo diante daquele cenário de incertezas, a agricultora 3 relatou a persistência das mulheres em fazer parte do PAA, e como elas conseguiram incentivar outros agricultores:

Tudo era novo, **tínhamos medo**, mas ao mesmo tempo nos encorajávamos: “A gente precisa!” Se a gente fosse ficar com medo, alguns pensariam que era golpe: **“Isso é golpe!” “Não vai dar certo”**. Por mais que nós tivéssemos medo, nós encorajávamos os outros: “Vai dar certo”! (Entrevistada 3, 19 de fevereiro de 2021, grifo nosso).

A agricultora 3 seguiu detalhando suas primeiras experiências com o programa. Ela disse que durante a implementação do PAA no assentamento somente incentivava os agricultores, e que não fazia parte de imediato devido a sua participação na festa da pamonha. Ela relatou o sentimento de satisfação ao ver os companheiros fazendo as primeiras entregas:

A**** e o senhor N***** foram os primeiros [a entregar para o PAA], e foi no período que tinha a festa da pamonha aqui [no assentamento]. Eu só incentivava, participar mesmo só da metade do ano em diante, pois estávamos muito envolvidos com a festa da pamonha. Mas tinha aquela satisfação de ver que as pessoas já estavam entregando [os produtos] (Entrevistada 3, 19 de fevereiro de 2021).

No tocante aos pontos fortes e fracos do PAA, a agricultora 1 relatou que o ponto forte é a garantia de entrega dos produtos. Isso evita a perda de produtos na horta. A agricultora ressaltou que, devido a um bom planejamento, boa parte dos seus produtos são entregues para o PAA, e que o dinheiro recebido retorna para a produção. O ponto fraco consiste na falta de padronização em relação ao estado de maturação dos alimentos, que varia de acordo com o funcionário disponível para o recebimento. Para ela, o que precisa melhorar no programa é a uniformidade de informações em relação ao estado dos produtos: *“Já tínhamos entregado o tomate do mesmo jeito que a gente levou (‘de vez’),*

e chegou lá a pessoa não quis receber o tomate porque disse que estava muito maduro. [...] Foi meia tonelada de tomate que não foi jogada fora porque a gente doou”.

A agricultora 2 relatou que o ponto forte é quando consegue fazer o agendamento. Já o ponto fraco consiste justamente na dificuldade de agendar a entrega dos produtos. Ela detalhou a sua situação e dos demais agricultores diante da pandemia, pois não conseguem vender a totalidade dos produtos nas feiras e por *delivery*, ocasionando aumento da procura por agendamento, bem como o apodrecimento e a perda dos produtos:

[...] Cada um queria agendar o seu [produto]. Ficou assim: se estivesse perdendo o repolho, tinha o direito de entregar apenas o repolho. Quer dizer, minha banana perdeu. Esse ano que passou [2020] perdi muitas toneladas de banana. Amadureceram. A gente dava para as pessoas, mas não conseguiam comer. E a Emater não estava pegando. Entregava apenas o repolho, e as bananas ficavam para os passarinhos comerem. O ponto fraco para mim é esse (Entrevistada 2, 28 de janeiro de 2021).

Para a entrevistada, o que precisa melhorar no PAA são os preços. A agricultora 2 disse que costuma vender seus produtos abaixo do valor mesmo sendo orgânicos:

Eu entreguei banana a 2 reais e um conhecido disse: “Dona C*****, a senhora pode reclamar. Sua mercadoria é boa, é orgânica”. O preço da banana no [sistema] orgânico é quatro reais por kg. [...] Mas de tanto a gente falar daqui e dali, aumentaram [o valor] e estão comprando por quatro reais o kg da banana. É bom porque entrega muito [produto]: duzentos kg, trezentos kg...é um dinheirinho, né? (Entrevistada 2, 28 de janeiro de 2021).

A agricultora 3 relatou que o ponto forte é a garantia do dinheiro: *“Entregou, recebeu. Conseguiu agendar e entregar, a gente recebe e é tranquilo. Isso aí é muito bom”*. Já o ponto fraco consiste na dificuldade de agendamento, sendo as folhosas os itens mais difíceis de entregar. Ela disse que durante o ano de 2019, houve pouca demanda de folhosas: *“Acho que eles deram prioridade para quem era convencional por causa dos valores, parece que o recurso era pouco. Então, quase não conseguimos entregar”*. No ano de 2020, por causa do contexto de pandemia, a situação pouco mudou, e novamente ela não conseguiu entregar as folhosas. Sua cota anual foi concluída a partir da entrega de frutas e tubérculos:

Algumas coisas nós deixamos de entregar. Folhosas no ano passado [2020] não conseguimos. Só conseguimos fechar [a cota] porque tínhamos mais essas coisas: cenoura, beterraba, abóbora, alguns abacates, banana. Pegamos um pouquinho daqui um pouquinho dali. Se a gente plantar alface que tem um preço bom, cheiro verde, e só pensar especificamente nisso, a gente frustra. O ponto fraco é a dificuldade de

agendamento. Nem sempre é fácil agendar. No ano de 2019, quase não conseguimos agendar porque trabalhei pouco, são serviços mais pesados. As folhagens para as mulheres são mais leves de trabalhar. Eu não consegui agendar as coisas que eu tinha, as folhosas. Nós plantamos [as folhosas], mas se der, deu. Tenho que plantar coisas que sei que são mais fáceis, mais aceitas. Ano passado [2020] também não foram aceitas [as folhosas] porque foi na forma de cestas. Realmente não dava porque são produtos perecíveis. Como foi um ano atípico eles [Emater] montavam a cesta e distribuíam para as famílias. Não foi de maneira *a granel* para as entidades. Esse ano [2021] já não sabemos direito como vai ser (Entrevistada 3, 19 de fevereiro de 2021).

Para a agricultora 3, o que precisa melhorar no programa são os valores dos produtos e da cota anual. Segundo ela, os materiais necessários para a produção estão aumentando sem um respectivo ajuste dos valores dos produtos:

[...] A gente sabe que 6.500 R\$ [valor da cota anual] é bom, mas com as coisas aumentando do jeito que está, todo dia é um valor das coisas. [...] Não estamos conseguindo aumentar o valor dos nossos produtos. Está praticamente os mesmos valores, não muda muito. A gente vê que a embalagem aumentou, a gasolina aumentou [...] (Entrevistada 3, 19 de fevereiro de 2021).

Conforme os relatos acima, observa-se como insatisfação comum entre as agricultoras a dificuldade de agendamento, e o conseqüente apodrecimento dos produtos, além dos preços baixos dados aos alimentos, apesar da valorização nas feiras. Pode-se fazer um paralelo de tal situação com as mulheres mirantenses e rosanenses entrevistadas por Silva e Hespanhol (2019), que apontaram como ponto negativo do PAA, o baixo valor da cota por produtor.

Camargo, Baccarin e Silva (2016), evidenciam um contexto similar na pesquisa referente à contribuição do PAA e PNAE para a segurança alimentar. Com base nas entrevistas aplicadas pelos autores aos assentados da região norte de São Paulo, nos anos de 2015 e 2016, os participantes declararam que uma das principais dificuldades para a participação no PAA era o baixo teto por DAP. Mesmo o programa permitindo a participação em mais de uma modalidade, “[...] as entidades dos assentados têm dificuldade em aprovar mais de um projeto, principalmente com o corte recente de recursos” (CAMARGO, BACCARIN, SILVA, 2016, p.48).

Em direção oposta, Rocha e Anjos (2016) evidenciam que agricultores de Boa Vista têm seus produtos valorizados com as entregas feitas para o PAA/CDS. Segundo os autores, houve a elevação dos preços de verduras e hortaliças, inclusive nas feiras, e o afastamento da figura do atravessador.

Grisa *et al.* (2010) afirmam que o PAA tem contribuído para a recuperação dos preços dos produtos, bem como o fortalecimento e a criação de novos mercados. Com base nos estudos de Pandolfo (2008), os autores citam o caso da Feira Livre do Produtor, localizada no Rio Grande do Sul que, após o acesso dos feirantes ao PAA, constataram uma maior demanda e valorização dos produtos pelos moradores. Segundo Grisa *et al.* (2010, p.153), a formação das feiras torna-se estratégica para evitar a dependência dos agricultores ao PAA, tendo em vista que se trata de “[...] um programa que estabelece limites anuais de compra e ainda apresenta incertezas quanto à disponibilidade de recursos.

No que se refere ao estado de maturação e a perda dos produtos, ao discutir os aspectos operacionais do PAA, Grisa *et al.* (2010, p.161) afirmam que a assistência técnica é um fator limitante: “os agricultores sentem dificuldades para organizar, planejar a produção e atender aos padrões de qualidade exigidos pelo PAA, o que, possivelmente, seria facilitado se a assistência técnica estivesse atrelada ou apoiando o Programa”.

No entanto, observou-se uma assistência técnica periódica e participativa por parte da Emater-DF aos agricultores do assentamento Chapadinha, sobretudo nas ações de base agroecológica e no recorte de gênero. No início da ocupação, os extensionistas aplicaram o questionário do Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR), com intuito de identificar os perfis dos agricultores e o potencial produtivo. Essa ferramenta possibilitou a aproximação entre técnicos e assentados, assim como os posteriores acessos aos programas PAIS, PAA, PNAE e PAPA-DF (EMATER, 2018).

No tocante ao que o PAA representa para as entrevistadas, a agricultora 1 relatou que no início da adesão não havia muitos clientes. O PAA contribuiu para a comercialização e o retorno de insumos para a produção: “*Você pega e entrega, recebe o seu dinheiro, e através daquele dinheiro você pode conseguir investir novamente. Você pode comprar um adubo, você pode comprar uma semente*”.

A agricultora 2 relatou que sempre surgem expectativas a partir de fevereiro, mês que iniciam as entregas, e que o PAA representa esperança diante desse contexto. Pode-se perceber que o acesso à renda é o que motiva o trabalho dela no programa: “*Você começa a vender para ter um dinheirinho*”. Já a agricultora 3 relatou três sentimentos: “*O programa representa esperança, expectativa e incentivo*”.

Segundo Dias *et al.* (2013), a valorização dos produtos eleva a autoestima dos agricultores, bem como o incentivo à produção orgânica e o resgate da cultura regional. De maneira similar, Camargo, Baccarin e Silva (2016, p. 51) relatam que os assentados

entrevistados afirmaram que o PAA contribui para a inserção do assentamento na comunidade, e que deixaram “[...] de ser vistos apenas como “sem terra”, e passam a ser valorizados como produtores”.

Isso se aplica no contexto das agricultoras do assentamento Chapadinha, tendo em vista o protagonismo diante da produção orgânica. Exemplo disso, foi a conquista da Declaração de Cadastro do produtor vinculado à Organização de Controle Social (OCS), no final de 2012. Foram 11 agricultores certificados, dos quais 6 eram mulheres. Tal certificação possibilitou a venda direta de produtos orgânicos ao consumidor, além do preço ser 30% maior quando comercializados para o PAA (EMATER, 2018).

No que se refere ao incremento de novos produtos para a comercialização e aumento da renda, a agricultora 1 consultou o esposo. Segundo ele, a maioria dos produtos comercializados na feira são entregues para o programa: *“A gente não precisou fazer essa adaptação para a entrega do PAA”*. Quanto aos alimentos mais cultivados e quais dão mais retorno financeiro, ao retomar seu local de fala, a agricultora 1 relatou que vem diminuindo a variedade na produção, sendo o tomate, a cebola, a cenoura, a beterraba, o morango e a batata inglesa, as prioridades. A entrevistada apontou três produtos mais rentáveis: o tomate, o morango e a cebola. Ela fez uma ressalva ao morango, que dá lucro somente em uma determinada época do ano.

A agricultora 2, conforme relatado em sua trajetória, disse que costumava plantar alimentos para dar e *“agradar”* as outras pessoas. Ela riu da situação ao lembrar-se quando os visitantes pediam milho, e ela prontamente doava: *“De quem é esse milho, C*****? C*****, me dá um pouco de milho para eu fazer uma pamonha? E a gente dava, enchia o saco de milho, e os vizinhos riam da nossa cara”*. Ela relatou que atualmente entrega uma ampla variedade de produtos para o PAA: *“Esse Programa de Aquisição de Alimentos é bom porque a gente entrega o milho, feijão de corda, beterraba, cenoura, chuchu, jiló, berinjela, limão, tudo embalado. Vai tudo, graças a Deus!”*.

Quanto aos alimentos mais cultivados e quais dão mais retorno financeiro, a agricultora 2 disse que praticamente tudo o que ela planta consegue vender: *“Todas são coisas pequenininhas que você pensa que não tem um pingão de valor, mas vende muito bem”*. Ela seguiu citando os produtos que vende nas feiras e no PAA, e suas experiências de comercialização nesses mercados:

Se você tem mercado todos dão retorno. No meu caso, plantei beterraba, cenoura, berinjela, rabanete, jiló, banana, mandioca, batata doce, batata yacon, cebolinha, coentro, salsa, e a gente vai inventando mais

coisinhas, entendeu? Esse ano [2021] eu não plantei feijão andu. Estou mole, meu joelho não está me ajudando muito. Tudo você vende: açafraão, gengibre, hortelã. Daqui você tira tudo para vender. Por isso que um incentiva os outros, entendeu? Você vai vender um mastruz, a folha de algodão, a azedinha [hortaliça herbácea, de nome científico *Rumex acetosa*] e o João Gomes [hortaliça, de nome científico *Talinum paniculatum*], que são procurados. Quando deixamos de entregar para o PAA, porque as coisas do governo é só fogo de palha (*Risos*), tem a feira. A feira, o que você vende lá, você traz o que está precisando [dinheiro]. O que você vende já dá para comprar o que precisa. Eu vendo abacate, romã, laranja e manga. [...] Plantei uns pés de acerola, várias coisinhas, que quando a gente recolhe está com a caixa cheia. Aí você diz: “Essa semana não vou para a feira porque eu não tenho nada”. Mas de repente você tem a folha da taioba, couve, enfim. Todo mundo compra e fico muito feliz (Entrevistada 2, 28 de janeiro de 2021).

A agricultora 3 relatou o aumento da variedade dos produtos para a feira e para o PAA. Ela ressaltou que, após o acesso ao programa, o alimento mais cultivado é a batata doce. Quanto aos alimentos mais cultivados e quais dão mais retorno financeiro, ela relatou a decisão que teve em conjunto com ex-marido sobre investir nos produtos já cultivados na propriedade, devido ao preço elevado das sementes. Para ela, a batata doce é o produto mais rentável e com melhor custo-benefício:

Estava conversando com ele [ex-marido] para a gente investir em coisas que tira a muda daqui [propriedade]. No caso, a batata doce. A semente está muito cara. Está ficando inviável. Mas a batata doce o custo dela é a mão de obra e a adubação. Como conseguimos retirar a muda da propriedade, é um produto que dá lucro (Entrevistada 3, 19 de fevereiro de 2021).

Com exceção da agricultora 1, verificou-se uma convergência de opiniões entre a agricultora 2 e 3 em relação ao aumento da diversidade dos produtos entregues para o PAA. Tais fatos têm relação com o que foi constatado na pesquisa de Cunha, Freitas e Salgado (2017), sobre os efeitos do PAA e PNAE no âmbito econômico, social, ambiental e alimentar dos agricultores familiares do município de Espera Feliz, Minas Gerais. Segundo os autores, os agricultores manifestaram interesse em diversificar a produção, com adendo de produtos que não costumam comercializar. Tais produtos eram voltados apenas para o autoconsumo. Os autores afirmam que o incentivo para plantar novos cultivos culmina na diversificação da produção, representando um efeito econômico do PAA. Isso pode ser observado nas falas da agricultora 2 ao comercializar frutas e hortaliças nativas do cerrado.

Rocha e Anjos (2016), relatam algo similar no contexto dos agricultores roraimenses. Segundo os autores, os produtos regionais passaram a ser comercializados na modalidade CDS. Antes consumidos somente pelas famílias e comunidade, produtos como cupuaçu, açaí e buriti conquistaram valor comercial e se tornaram mais valorizados nos mercados institucionais, culminando em um maior incentivo à sua produção.

Dias *et al.* (2013) analisam a operacionalização do PAA no Território da Cidadania Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte. Os autores constataram que o programa estimula a diversidade nas propriedades através da inserção de novas culturas. Como consequência, há uma significativa melhora na alimentação dos agricultores e de suas famílias, bem como de crianças que frequentam as escolas e creches da região.

Outros estudos demonstram a relevância dessa política pública para a diversificação agrícola, segurança alimentar e autonomia financeira. Grisa *et al.* (2010, p.147) afirmam que o PAA estimula a diversidade da produção, pois aceita uma ampla variedade de frutas, verduras e agroindustrializados. Segundo os autores, “[...] muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar os produtos locais que, até então, eram desvalorizados ou desconhecidos em seu valor comercial”. Para Grisa *et al.* (2010), a diversidade produtiva reduz a insegurança alimentar, além de ser considerada fortalecedora da autonomia das propriedades familiares. Camargo, Baccarin e Silva (2016), evidenciam que 52% dos agricultores entrevistados fizeram alterações produtivas após o acesso ao PAA, sendo as principais o aumento da área cultivada e a diversidade da produção.

No que se refere a qual processo mais participa (plantio, colheita e/ou produção), a agricultora 1 mencionou a comercialização e a administração dos recursos, sendo esta última atividade sua preferida.

A agricultora 2 relatou que participa de todos os processos junto com os filhos, mesmo eles trabalhando fora da propriedade. Ela disse que participa da colheita e da pós-produção, na fase de embalar os produtos. Ela é a responsável pela comercialização nas feiras e agendamentos para o PAA:

Eu vou para a feira, negocio para o PAA e faço agendamento. [...] Agendei com o rapaz 100 kg de limão. [...] Toda semana eu vou para a feira e vendo para o Senac [Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial], aquele restaurante que fica perto daqueles engratados que querem comer comida boa. Eu vendo para eles também (Entrevistada 2, 28 de janeiro de 2021).

A agricultora 3 relatou: “*Acho que tudo! Participo do começo ao fim*”. Novamente, observou-se uma convergência entre os relatos das agricultoras 2 e 3. Com base nas afirmações de Silva e Hespanhol (2019, p. 10), mesmo que indiretamente – como é o caso da agricultora 1, no que diz respeito aos trabalhos na área de produção – haja participação das agricultoras nos processos produtivos, isso já implica em ganhos:

A participação ativa das mulheres não somente na produção, mas também em outras etapas da atividade agrícola, como a colheita, a comercialização, mesmo que de maneira modesta, suscita vários benefícios a elas, a saber: o aumento da renda e a autonomia econômica.

4.3 Uso do tempo

As primeiras pesquisas com a temática uso do tempo surgiram no século XX, nos Estados Unidos e na Europa, com intuito de medir o bem-estar da população urbana e rural por meio de estudos demográficos (BARAJAS, 2016). A partir de 1970, com a eclosão do movimento feminista nos países ocidentais, as pesquisas ganharam expressividade internacional ao evidenciar a importância do trabalho reprodutivo (BARAJAS, 2016; DEDECCA, 2004; MELO, CONSIDERA, SABBATO, 2016).

No Brasil, a partir de 1992, as temáticas uso do tempo e trabalho reprodutivo foram incluídas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Nessa época, os questionários compreendiam perguntas sobre a realização dos afazeres domésticos e o tempo de deslocamento no trajeto casa-trabalho. Em 2001, foram incluídas perguntas sobre o número de horas semanais despendidas para a realização dos afazeres domésticos (BANDEIRA, PRETURLAN, 2016; DEDECCA, 2004; MELO, CASTILHO, 2009).

Em 2008, foi criado o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGTU), sob coordenação da extinta Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). O objetivo³⁶ do CGTU era estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e na análise de informações estatísticas. Como fruto das discussões do Comitê, do qual o

³⁶ O Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGTU) foi instituído pela Portaria Interministerial nº 60, de 19 de setembro de 2008. Conforme estabelecido no art. 2, incisos I e II, o Comitê tinha como atribuições: I) promover a realização de estudos e pesquisas e o desenvolvimento de sistemas de informações estatísticas de gênero e uso do tempo; II) fomentar a elaboração de indicadores sobre as relações de gênero e uso do tempo; dentre outras.

Veja na íntegra em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-interministerial-60-2008_205320.html

IBGE era constituinte, foi desenvolvido um piloto de Pesquisa de Uso do Tempo³⁷, em 2009, sendo tal pesquisa incluída na PNAD Contínua (MELO, CONSIDERA, SABBATO, 2016; PNAD, 2009).

Segundo Bajaras (2016), as pesquisas que tratam sobre o uso do tempo e trabalho reprodutivo evidenciam uma carga desigual de trabalho não remunerado, sendo fundamentada na discriminação contra mulheres. Tais pesquisas contribuíram para a produção de dados estatísticos de medição do tempo despendido pelas mulheres durante a realização dos afazeres domésticos. Os resultados evidenciaram a importância dos afazeres domésticos para a reprodução social e para as economias dos países (BARAJAS, 2016). De maneira semelhante, Bandeira e Preturlan (2016) afirmam a importância das pesquisas de uso do tempo para a elaboração de políticas públicas com corresponsabilidade pelo trabalho reprodutivo e atividades de cuidado realizadas pelas mulheres.

Todavia, mesmo com determinados avanços, a sobrecarga de trabalho total³⁸ ainda prevalece sobre as mulheres, sem o devido respaldo do Estado e do setor privado no tocante a questão:

Não obstante, apesar das evidências disponíveis, não existem, atualmente, mecanismos nem políticas públicas para liberar as mulheres da sobrecarga de trabalho, o que tem como consequência que este trabalho seja principalmente realizado, nos lares, com escassa participação dos homens, e com baixa responsabilidade do setor privado e do Estado, acarretando uma sobrecarga significativa no trabalho total realizado pelas mulheres (BARAJAS, 2016, p.39).

Bandeira e Preturlan (2016, p. 52), sinalizam que a significativa inserção das mulheres no mercado de trabalho não corresponde, necessariamente, à distribuição justa do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres. Tal contexto evidencia-se por meio dos dados estatísticos nacionais acerca do uso do tempo entre os gêneros:

³⁷ A Pesquisa Uso do Tempo aplicou entrevistas para aproximadamente 10.500 domicílios, dos quais apenas um morador foi sorteado por meio do PDA – instrumento de coleta de dados –, e teve que preencher durante um dia (sorteado) o Diário de Uso do Tempo. Alguns dos objetivos da pesquisa foram: a) conhecer como os brasileiros organizam seu tempo; b) medir o tempo que as pessoas dedicam aos afazeres domésticos; c) medir o trabalho realizado no domicílio sem rendimentos, destinado ao consumo e uso dos moradores; d) medir o trabalho realizado no domicílio com rendimentos, exemplo: costurar para fora, fazer salgadinhos para vender, consertar bicicletas para terceiros; e) medir o tempo que as pessoas dedicam ao trabalho voluntário, isto é, aquele trabalho que as pessoas fazem espontaneamente e sem remuneração; dentre outros (PNAD, 2009, p. 6-7).

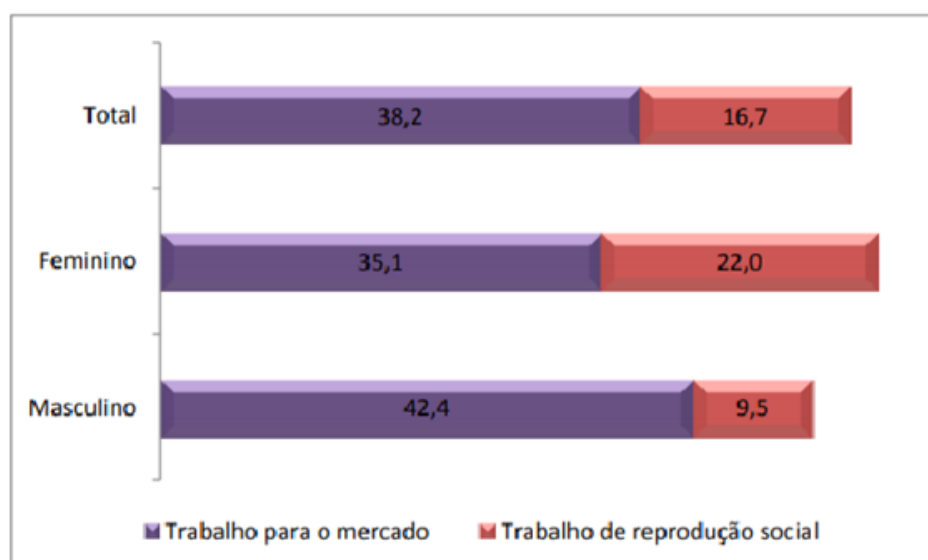
³⁸ Entende-se por sobrecarga de trabalho total, a soma do tempo de trabalho não remunerado e do tempo de trabalho remunerado (BARAJAS, 2016).

[...] No Brasil, os homens trabalham fora de casa em média 41,8 horas por semana, 6,1 horas a mais que as mulheres, cuja média é de 35,7 horas de trabalho produtivo, ou de trabalho realizado fora do ambiente doméstico. O número de horas semanais que mulheres economicamente ativas dedicam ao trabalho doméstico é 20,8 horas semanais, sendo que homens economicamente ativos dedicam somente 10 horas semanais para estas atividades. Ou seja, ao final, as mulheres têm em média uma jornada total de 56,5 horas, ao passo que a jornada média dos homens soma 51,8 horas.

Paralelamente, Dedecca (2004, p. 44) afirma que a inserção da mulher no mercado de trabalho não significa “uma menor jornada em afazeres domésticos”. Segundo o autor, há uma tendência de menor jornada de trabalho produtivo realizado pelas mulheres em relação aos homens, no entanto, a carga de trabalho total das mulheres permanece superior.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio dos dados da PNAD de 2009, afirma que a jornada de trabalho produtivo dos homens, brancos e negros, residentes das áreas urbanas e rurais, pertencentes a todas as regiões do país, é superior à jornada das mulheres (Figura 2). Nesse período, as mulheres dedicaram a média de 35,1 horas semanais para o trabalho produtivo, enquanto que os homens dedicaram a média de 42,4 horas semanais (IPEA, 2012).

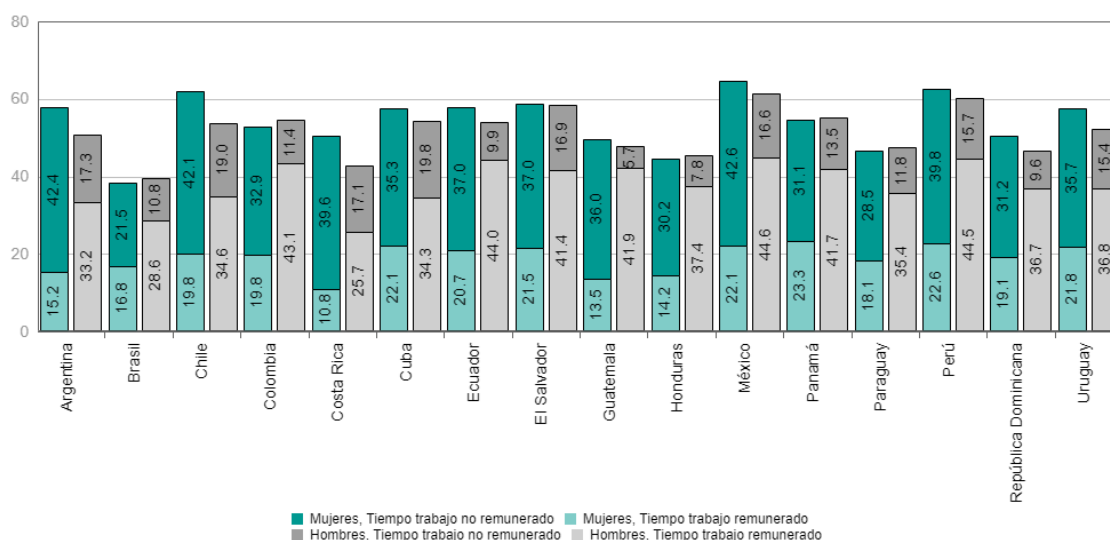
Gráfico 2. Carga total de trabalho da população ocupada de 16 anos ou mais de idade,



Fonte: IPEA (2012) adaptado de PNAD (2009).

Os dados sistematizados pelo Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe (OIG), evidenciam que a média de horas semanais dedicadas ao trabalho reprodutivo pelas mulheres, nos 16 países da América Latina, é superior às horas dedicadas pelos homens. No caso do Brasil, as mulheres dedicam a média de 21,5 horas semanais, e os homens a média de 10,8 horas semanais na esfera doméstica. Já no trabalho produtivo, as mulheres dedicam a média de 16,8 horas semanais, e os homens a média de 28,6 horas semanais. Ou seja, a crescente participação feminina no mercado de trabalho não corresponde a uma maior participação masculina nos afazeres domésticos (Gráfico 3).

Gráfico 3. Tempo destinado ao trabalho remunerado e não remunerado (média de horas semanais) da população acima de 15 anos, por sexo, por país, último período disponível



Fonte: OIG/CEPAL [2021?].

Ávila (2005) faz uma reflexão acerca do tempo³⁹ e da relação entre as esferas do trabalho produtivo e reprodutivo sob a ótica capitalista. Segundo a autora, a apropriação do tempo pelas mulheres ocorre de maneira diferente em relação aos homens. Tal diferença é resultante das relações sociais de gênero (ÁVILA, 2005).

Segundo Ávila (2005) e Dedecca (2004), o avanço tecnológico não é capaz de proporcionar um equilíbrio entre o tempo do trabalho produtivo e reprodutivo e os demais tempos utilizados para a reprodução social. As tecnologias favorecem o aumento do lucro, mas não concedem mais tempo para quem está no mercado de trabalho (ÁVILA, 2005).

³⁹ A autora concebe o tempo como uma convenção social, responsável por regular a duração dos períodos, tais como as horas do dia e os anos (ÁVILA, 2005).

Pode-se observar tal situação no cotidiano das mulheres, tendo em vista que o tempo destinado para a realização dos afazeres domésticos advém do tempo restante do trabalho produtivo. De acordo com Ávila (2005), é a partir desse arranjo que se forma a dupla jornada de trabalho:

Para a dupla jornada, por exemplo, as únicas possibilidades trazidas pelo mercado são os eletrodomésticos cada vez mais rápidos para permitir às mulheres mais agilidade na reprodução do seu cotidiano de acordo com dinâmica exigida pelo sistema capitalista. Carros velozes para os homens partirem em aventuras, carros confortáveis, grandes e seguros para as mulheres transportarem as crianças e as compras do supermercado. No interior da casa, as propagandas mostram as várias formas para as mulheres “ganharem” tempo através do uso simultâneo ou sequenciado de muitos eletrodomésticos. Essas são fórmulas mercadológicas de apropriação do tempo. Cheias de “coisas” e de emoções, essas fórmulas estão conformadas por uma visão de classe, gênero e raça (ÁVILA, 2005, p. 75-76).

Dedecca (2004) ressalta que uma possível igualdade nas jornadas de trabalho produtivo entre homens e mulheres implicaria na elevação deste trabalho para elas, intensificando a dupla jornada de trabalho no dia a dia das mulheres. O autor ressalta a relação existente entre a dupla jornada e a baixa remuneração:

[...] A maior renda permite à mulher inserida no mercado de trabalho, em princípio, contratar uma pessoa que realize boa parte dos afazeres domésticos. Ao contrário, a mulher inserida no mercado de trabalho de menor remuneração é obrigada a realizar diretamente os afazeres domésticos, sendo mais intensivamente submetida à dupla jornada de trabalho (DEDECCA, 2004, p. 47).

Melo e Castilho (2009) apontam as diferenças de horas médias semanais despendidas para a realização dos afazeres domésticos de acordo com as ocupações dos trabalhadores (Quadro 3). Dentre as ocupações, as autoras afirmam que as trabalhadoras agrícolas são as que mais dedicam tempo aos afazeres domésticos, e que a categoria é uma das que mais apresenta trabalhadoras com baixo grau de escolaridade. As autoras evidenciam que as trabalhadoras agrícolas desempenham 2,67 vezes a média de tempo para os afazeres domésticos do que os homens da mesma categoria. Tal fato também ocorre com homens e mulheres de ocupações consideradas mais elevadas, como os dirigentes. Mesmo dedicando menos tempo e com possibilidades maiores de contratar serviços domésticos, ainda assim, mulheres dirigentes dedicam 2,14 vezes a média de tempo em relação aos homens da mesma categoria.

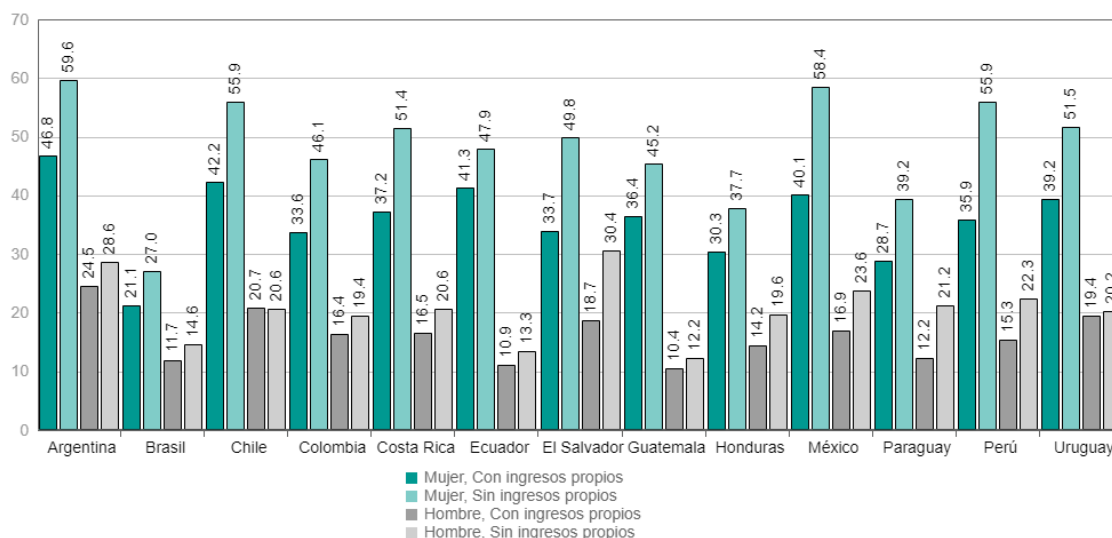
Quadro 3. Horas médias semanais dedicadas aos afazeres domésticos do pessoal ocupado com 10 anos ou mais, segundo sexo e grupo ocupacional, em 2005.

	Homem	Mulher
Trabalhadores agrícolas	9,38	25,04
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	8,93	22,35
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	9,34	22,13
Trabalhadores dos serviços	10,39	22,07
Técnicos de nível médio	8,48	19,61
Membros das forças armadas e auxiliares	9,24	18,09
Profissionais das ciências e das artes	7,97	17,59
Trabalhadores de serviços administrativos	8,41	16,45
Dirigentes em geral	7,44	15,95
Ocupações mal definidas ou não declaradas	7,85	12,80
Total	9,06	20,84

Fonte: Melo e Castilho (2009) adaptado de PNAD/IBGE (2005).

De acordo com o OIG, a renda e o tempo são recursos fundamentais para a autonomia econômica. Ao analisar a junção desses indicadores, constata-se assimetrias de gênero no âmbito financeiro e na distribuição dos afazeres domésticos. Conforme ilustrado no Gráfico 4, no caso do Brasil, no grupo de mulheres sem renda própria, o tempo de trabalho reprodutivo excede 5,9 % em relação ao grupo de mulheres com renda própria. Pode-se inferir que, mesmo as mulheres pagando por serviços domésticos a partir da sua renda própria, ainda persistem as desigualdades de gênero se comparados os percentuais entre homens e mulheres. Observa-se, nos 12 países da América Latina, as discrepâncias entre as médias de horas semanais dedicadas ao trabalho reprodutivo.

Gráfico 4. Tempo de trabalho não remunerado (horas semanais) da população de 20 a 59 anos, segundo rendimentos próprios por sexo, último período disponível.



Fonte: OIG/CEPAL, [2021?].

As três participantes desta pesquisa possuem rotinas distintas entre si, e consequentemente, uma lógica própria de administração do uso do tempo. Esta categoria foi subdividida com intuito de compreender como as agricultoras conciliam os afazeres domésticos e o trabalho na produção, se possuem momentos de descanso e o que costumam fazer nesses períodos.

A agricultora 1, quando questionada sobre como concilia os afazeres de casa e do trabalho, relatou que atualmente possui uma ajudante. Ela mencionou que também tem a ajuda da sogra, que sempre esteve presente desde o nascimento da primeira filha. Em determinado momento, a agricultora 1 detalhou como era a rotina antes da ajudante. A partir dos relatos observou-se que a rotina da sogra se dividia entre casa e roçado, a fim de auxiliar a nora e a neta recém nascida. No tocante ao esposo, nota-se que o auxílio nessas atividades acontecia de maneira esporádica, e de acordo com a disponibilidade dele.

[...] Levar pra escola, preparar o almoço, essas coisas ela [sogra] sempre dividiu o tempo comigo. [...] Quem me ajudava mesmo era minha sogra, porque na parte da manhã ela ia para horta, e eu ficava fazendo o almoço, fazia a parte de cozinhar, café da manhã, essas coisas. Aí, ela voltava e almoçava, e na parte da tarde às vezes ela voltava, às vezes não, e quando ela voltava me ajudava com a casa, com as meninas, questão do lanche, janta, essas coisas (Agricultora 1).

A agricultora 2 relatou que não possui afinidade com as tarefas domésticas, e que gosta mesmo é do trabalho na área de produção: “*Eu gosto é da roça!*”. Segundo ela, é um dos filhos que se encarrega de fazer as refeições:

Eu não gosto de cozinha! Não gosto! [...] Eu lavo roupas, eu tenho um tanque. Se os meninos estiverem mais apertados lá na roça eu faço a comida. A maioria das vezes quem faz é o R***** [filho]. À noite ele faz a janta, de manhã ele faz o café, enfim (Agricultora 2).

A agricultora 3 relatou que realiza as atividades domésticas quando é possível. Não há uma rotina fixa, e os horários dedicados para essas atividades dependem do trabalho realizado na horta. Observou-se que, para ela, o trabalho doméstico é algo secundário. A prioridade é o trabalho na área de produção: “*Minha prioridade é o trabalho na produção. A casa só dá despesa. O que me dá lucro é a horta. Se não tiver produção, não tem como! A produção é a prioridade!*”.

Às vezes, em casa, eu faço à noite [as tarefas domésticas]. Só dou uns retoques pela manhã, porque não tem como. Eu tenho dificuldades em usar EPIs [Equipamentos de Proteção Individual]. Às vezes o sol está muito quente e prefiro levantar bem cedinho e ir para a horta. Trabalho, fico até 10 horas. Quando o sol está muito quente, venho para dentro e arrumo a casa. É a hora que fico mexendo com as coisas, vou fazer os afazeres de casa. De tarde, passou aquele sol muito quente, enquanto eu estiver enxergando estou trabalhando (Agricultora 3).

Em relação a possuir momentos de descanso, a agricultora 1 disse que sim, no entanto, enfatizou as constantes demandas de trabalho, inclusive via *Whatsapp*: “[...] *Às vezes estou aqui sentada, mas o Whatsapp está ‘comendo solto’, né? Oferecendo produtos, né? A gente acha que está descansando, mas a mente não para*”.

A agricultora 2 gargalhou ao ser questionada sobre os momentos de descanso. Para ela, seu descanso e lazer acontecem em casa:

Uma pessoa que deu uma força para nós logo no início, disse que a gente tem que viajar, descansar. Eu disse: “Quando nós precisamos descansar deitamos debaixo dos paus” [Risos]. Eu não gosto de viajar! Não gosto! Acho tão bom minha casa. Como eu gosto da minha casa! Fico aqui sozinha porque o R***** [filho] vai para a casa da mulher dele. Eu chego da feira, tomo banho e vou para o meu quarto. Uma hora eu durmo, outra hora me sento. Leio minha bíblia, faço minha oração. Meu Deus...me sinto tão bem sozinha! Parece uma coisa estranha, né? Mas eu gosto de estar só [Risos] (Agricultora 2).

A agricultora 3 esboçou um sorriso tímido e um curto “*sim*”. Era como se tal questão não tivesse espaço em sua vida. Como se alguém raramente lhe fizesse tal questionamento. Essas reações evidenciaram-se por meio das breves falas da agricultora.

Ao ser questionada sobre o que costuma fazer quando tem tempo para si, a agricultora 1 relatou que não costuma fazer passeios ou atividades sem a família. Quando questionada sobre a última vez que saiu sozinha ou com amigas, ela esboçou espanto, pois devido ao casamento e preocupação com as filhas as atividades feitas sozinhas raramente acontecem: “*Eu acho que eu nem sei fazer isso sozinha mais!*”.

[...] Para não dizer que eu não fiz isso [sair com amigas], fiz com a minha amiga em novembro [2020]. Ela disse: “nós vamos sair só nós duas!” Nós saímos de manhã, quando foi três horas a gente já estava em casa preocupadas com os filhos, né? Porque não consegue descansar. Ela tem um bebê que vai fazer um ano, que é meu afilhado, aí a gente acaba ficando preocupada, né? Ele ainda mamava. Eu falei: “Pois é, amiga! Enquanto você não desmamar esse menino, esses programas não rolam” [risos]. Eu também sou uma pessoa que não sou muito “chegada” de sair, sabe? Sempre quando eu gosto de sair, gosto de levar a minha turma junto (Agricultora 1).

A agricultora 2 relatou que dedica seu tempo livre para as atividades religiosas. São as orações e as leituras bíblicas que lhe trazem felicidade. Entre um compromisso e outro, ela sempre está acompanhada de uma amiga mais próxima. Durante a realização desta entrevista, a amiga da agricultora se fez presente escutando os relatos. Pode-se notar o laço fraterno existente entre as duas devido à trajetória de luta, bem como a rede de apoio que representam uma para outra, conforme evidenciado no relato de vida da agricultora 2.

Eu gosto mais de ler. Sou responsável pela obra [ato religioso]. Quando não estou em casa, estou na obra da igreja ou na rua com a I**** [amiga] fazendo compras. Minha viagem é essa: de casa para igreja ou na rua para fazer compras. Nem ir para a casa dos vizinhos eu gosto muito [Risos] (Agricultora 2).

A agricultora 3 relatou que prefere dormir quando possui tempo para si. Na tentativa de compreender o olhar distante da agricultora diante das questões, foi questionado quais os cuidados pessoais ela tinha consigo. Timidamente respondeu: “*Estou precisando disso demais!*” No tocante ao lazer e passeios, mais uma vez evidenciou-se o pouco tempo e cuidados despendidos para si: “*Não, não saio assim para lazer*”. Ao seguir o relato, ela mudou o foco do pessoal para o coletivo. Expressou a

vontade de estar na companhia dos colegas de assentamento, e disse que os poucos encontros acontecem no ambiente das feiras:

Estamos tentando trazer para a comunidade um PEC [Ponto de Encontro Comunitário] para nos reunir mais. Está difícil até a comunidade se juntar. Já estávamos tentando fazer isso, porque estamos precisando desse momento. São pessoas que a gente gosta, que convivemos aqui dentro, tem uma história, e às vezes quando nos encontramos é na feira, dentro da comunidade mesmo. Então, estamos vendo se conseguimos alguma coisa para trazer para o lazer da comunidade. É uma forma de aproximação (Agricultora 3).

Observou-se que as agricultoras 1 e 3 são as que mais dedicam tempo para a realização dos afazeres domésticos, sobretudo a agricultora 1, pois esta recorre a uma rede de apoio para executar os afazeres domésticos e cuidados com as filhas. Somente a agricultora 2 aparenta desprender-se da obrigação com a esfera doméstica. Nesses casos, constatou-se a baixa ou inexistente participação do cônjuge.

Tais constatações dialogam com o exposto por Bandeira e Preturlan (2016, p. 49) sobre as diferenças de inserção entre homens e mulheres nos afazeres domésticos. Segundo os autores, tal diferença “[...] demanda a disponibilidade permanente do uso do tempo feminino” – de maneira materna e conjugal –, e habilidades físicas, psíquicas e emocionais na execução dos afazeres domésticos e de cuidados.

A rede de apoio da agricultora 1 torna-se um diferencial entre as mulheres entrevistadas. Esse fato possui relação com as afirmações de Schwebel (2009, p. 260), de que “[...] as mulheres devem dispor de uma rede de substituição infalível; mais do que o recurso ao cônjuge”. Portanto, para que consiga conciliar os tempos entre a esfera doméstica e de produção, a presença da ajudante e da sogra representam um aporte à organização familiar, que “[...] repousa sobre ajudas externas”.

Nesse sentido, há uma diferença entre a agricultora 1 e 3 no tocante a organização familiar. A agricultora 3 realiza sozinha os afazeres domésticos e de cuidado com o filho. Nesse caso, não ocorre a contratação ou apoio externo para a execução das atividades domésticas. Tal situação caminha em direção contrária ao que afirma Ávila (2005).

Segundo a referida autora, as tensões no uso do tempo provocadas pela dupla jornada de trabalho podem ser superadas no cotidiano das mulheres, a fim de “[...] forjar a passagem entre os dois espaços de trabalho e, mais ainda, para dar acesso à esfera pública” (ÁVILA, 2005, p. 76). Essa superação ocorre por meio do arranjo de solidariedade feito entre as mulheres, sobretudo negras e pobres, sejam da família ou da

comunidade. No entanto, tal arranjo não foi constatado na organização familiar da agricultora 3.

No que se refere a possuir momentos de descanso e o que fazem nesses períodos, observou-se que a dupla jornada de trabalho recai sobre as três entrevistadas, com pesos diferentes entre si devido a presença de filhos menores, como é o caso das agricultoras 1 e 3. Tais especificidades culminam em implicações na administração do tempo dedicado ao trabalho doméstico e produtivo, conforme as prioridades de cada uma, refletindo em uma carência de tempo para lazer e cuidados pessoais, como evidenciam os relatos das agricultoras 1 e 3.

Esta situação converge com as afirmações de Bandeira e Preturlan (2006) em relação aos diversos tempos não contabilizados pela lógica da divisão sexual do trabalho, sendo esta pautada na separação e na hierarquização dos trabalhos produtivo e reprodutivo. Segundo os autores, existem várias atividades praticadas além dessas esferas que são denominadas de trabalho paralelo. Essas atividades compreendem o lazer, o *tempo pessoal ou tempo subjetivo*, e o tempo “do nada fazer”, e são praticadas de maneiras diferentes por homens e mulheres (BANDEIRA, PRETURLAN, 2016, p. 54, grifo do autor).

Em consonância com os autores citados, Ávila (2005) questiona sobre o tempo necessário para a manutenção da vida individual e coletiva. Segundo a autora, esse tempo não é considerado parte da organização do tempo social, sendo “[...] retirado da vida das mulheres como parte das atribuições femininas, determinadas por relações de poder que entrelaçam a dominação patriarcal à exploração capitalista” (ÁVILA, 2005, p. 74).

[...] Onde ficaria contabilizado o tempo pessoal? Quando ocupar-se de si? Das horas de sono, de ócio? Quando ocupar-se de sua estética pessoal, do lazer, da sexualidade, dos estudos, por exemplo? (BANDEIRA, PRETURLAN, 2016, p. 50).

[...] Onde está, portanto, o tempo para os cuidados necessários para [...] o desenvolvimento das tarefas que garantem a alimentação, o abrigo, a vestimenta, a educação, a saúde, o aconchego e a manutenção do espaço doméstico? Qual o tempo definido para o cuidado com as pessoas que não têm como se autocuidar, como as crianças, os idosos/as e outras pessoas que não têm condições físicas ou mentais para isso? (ÁVILA, 2005, p. 74).

4.4 Compartilhamento do trabalho doméstico

Conforme mencionado no referencial teórico desta pesquisa, a divisão sexual do trabalho, estabelecida simultaneamente com as sociedades capitalistas, é responsável por atribuir às mulheres as atividades domésticas (reprodutivas), enquanto que os homens se encarregam das atividades produtivas (ÁVILA, FERREIRA, 2014). Segundo Ávila e Ferreira (2014, p. 16), a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero são termos inseparáveis.

Melo e Castilho (2009) afirmam que as mulheres são reconhecidas como as responsáveis pela execução dos afazeres domésticos, sejam como donas de casa ou como trabalhadoras domésticas. Segundo as autoras, o espaço doméstico é naturalizado como feminino em virtude da segmentação de atividades produtivas e reprodutivas:

[...] Há um padrão de divisão sexual do trabalho que segmenta as atividades produtivas, vinculadas ao mercado, e as reprodutivas, relacionadas aos cuidados com os seres humanos, que vão além da maternidade como fator biológico e englobam todo o trabalho doméstico (MELO, CASTILHO, 2009, p. 143).

Soares (2008) discorre sobre as mudanças nos tradicionais arranjos familiares a partir da década de 1970. O homem como arrimo de família e a mulher como cuidadora do lar e dos filhos não são predominantes no contexto atual. Novos arranjos têm se destacado, tais como as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, unipessoais⁴⁰, casais do mesmo sexo e famílias reconstituídas⁴¹ (BANDEIRA, PRETURLAN, 2016; IBGE, 2015; SOARES, 2008).

Todavia, mesmo com a emergência desses arranjos familiares e a influência de novas relações de gênero, as mulheres prevalecem como as principais responsáveis pelos afazeres domésticos, tanto na multiplicidade quanto nas horas despendidas. De acordo com os dados da PNAD em 2006, 18,5 milhões dos arranjos familiares eram compostos por mulheres chefes com filhos e sem cônjuge, as quais representavam 57,7% (Tabela 2). Nesses arranjos, as mulheres são responsáveis pelo cuidado com os filhos, afazeres domésticos e provimento da renda (SOARES, 2008, p. 20).

⁴⁰ Segundo o IBGE (2015, 2020), denomina-se como arranjo unipessoal, a pessoa que mora sozinha no domicílio.

⁴¹ Segundo o IBGE (2015), denominam-se como famílias reconstituídas, os casais que residem no mesmo domicílio com uma ou mais crianças, em que ao menos uma criança não seja filha de ambos.

Tabela 2. Arranjos familiares onde a mulher é a pessoa de referência e realiza afazeres domésticos: totais, percentuais e número médio de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos

Tipos de arranjos	Arranjos familiares	%	Realiza afazeres domésticos	%	Número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos
Total	18.551.370		17.252.929	93,0	25,1
Unipessoal	3.116.084	16,8	2.914.639	93,5	21,1
Casal sem filhos	858.659	4,6	812.216	94,6	25,2
Casal com filhos	2.317.637	12,5	2.202.825	95,0	28,4
Mulher sem cônjuge com filhos	10.704.359	57,7	9.914.960	92,6	25,6
Mulher chefe com pelo menos 1 filho com idade até 6 anos	3.779.728	20,4	3.542.308	93,7	25,3
Mulher chefe com pelo menos 1 filho com idade até 14 anos	7.096.262	38,3	6.659.174	93,8	24,9
Mulher chefe com todos os filhos com idade até 14 anos	4.982.015	26,9	4.658.075	93,5	24,4
Outros tipos	1.554.631	8,4	1.408.289	90,6	22,4

Fonte: Soares (2008), PNAD (2006).

Segundo os dados da PNAD Contínua de 2017, 84,4% da população acima de 14 anos realizavam afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente. No ano seguinte, 2018, a taxa de realização foi de 85,6%, aproximadamente 145,1 milhões de pessoas. Em 2019, não houve aumento expressivo, sendo a taxa de participação de 85,7% (PNAD, 2018, 2019, 2020).

Observou-se a crescente participação feminina na realização dos afazeres domésticos no próprio domicílio ou domicílio de parente relativa aos anos de 2017, 2018 e 2019 (Tabela 3). Entre 2017 e 2018, a taxa de realização dos afazeres domésticos aumentou 1,8 pontos percentuais para os homens e 0,5% para as mulheres. No entanto, as diferenças percentuais entre ambos persistem, sendo as mulheres as principais responsáveis pelos afazeres domésticos.

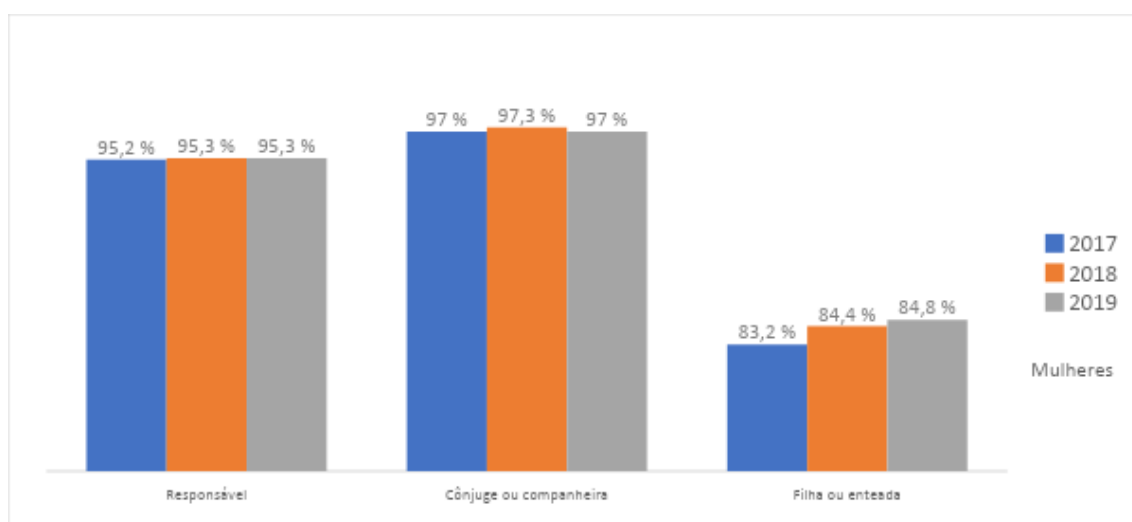
Tabela 3. Taxa de realização de afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente por sexo (%)

Realização de afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente (%)	2017	2018	2019
Mulher	91,7	92,2	92,1
Homem	76,4	78,2	78,6

Fonte: Elaborado pela autora com dados da PNAD Contínua (2018, 2019, 2020).

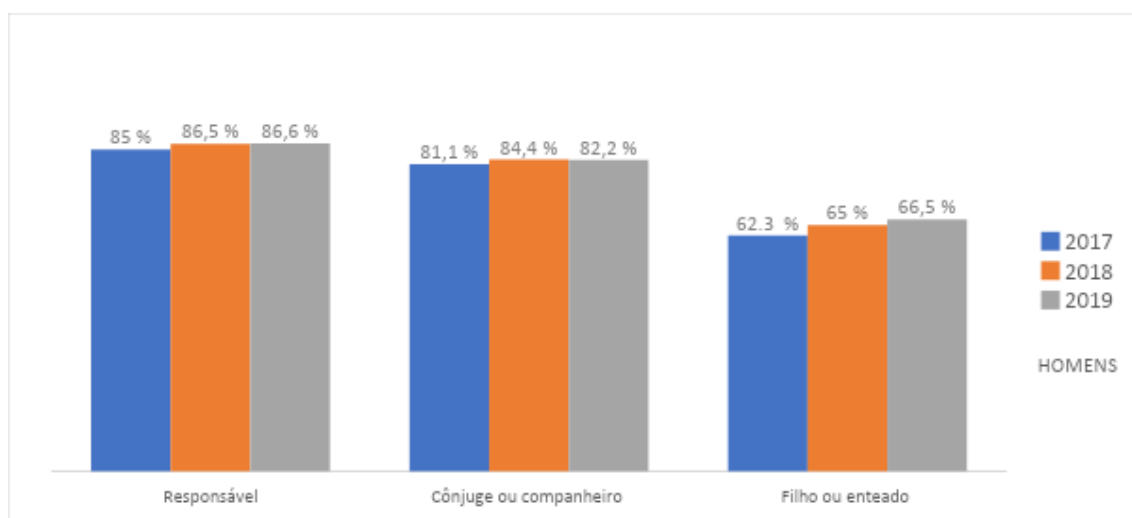
Quando comparada a taxa de realização por sexo e condição no domicílio, observou-se que as diferenças entre homens e mulheres se concentraram nas condições de cônjuge ou companheiro (a) e responsável pelo domicílio (Gráfico 5 e 6). Em 2018, constatou-se que as mulheres possuíam as maiores taxas nas condições de cônjuge (97,3%) e responsáveis pelo domicílio (95,3 %). Em relação aos homens, as taxas eram maiores nas condições de responsável pelo domicílio (85,6%) e cônjuge (84,6%) (PNAD, 2019). As diferenças percentuais na condição de cônjuge entre os sexos nos anos de 2017, 2018 e 2019 foram de 15.9, 12.9, e 14.8 pontos percentuais, respectivamente.

Gráfico 5. Taxa de realização de afazeres domésticos pelas mulheres, segundo a condição no domicílio (%).



Fonte: Elaborado pela autora com dados da PNAD Contínua (2018, 2019, 2020).

Gráfico 6. Taxa de realização de afazeres domésticos pelos homens, segundo a condição no domicílio (%).



Fonte: Elaborado pela autora com dados da PNAD Contínua (2018, 2019, 2020).

Em relação à situação de ocupação, em 2017, a taxa de afazeres domésticos no próprio domicílio ou de parentes por pessoas ocupadas era 86,6%, sendo superior a taxa de pessoas não ocupadas com 81,8%. Observou-se essa tendência em 2018, sendo 88% para as pessoas ocupadas e 82,2% para as não ocupadas. Tal situação também pode ser observada entre os sexos. Em 2017, constatou-se o aumento da taxa de realização entre homens ocupados (80,6%) diante dos homens não ocupados (69%). Entre as mulheres ocupadas a taxa era 94,5%, enquanto que para as não ocupadas era 89,5%. A expressiva diferença de 11,9 pontos percentuais na taxa de realização entre homens ocupados e não ocupados revela que a situação de ocupação é ínfima diante da realização dos afazeres domésticos, evidenciando a dupla jornada de trabalho feminino (PNAD, 2018, 2019).

Em relação aos afazeres domésticos por tipo de atividade⁴², são considerados pela PNAD somente o percentual de pessoas que realizaram afazeres domésticos no próprio domicílio (PNAD, 2020). Nos anos de 2017, 2018 e 2019, as mulheres obtiveram percentual elevado em quase todas as atividades, exceto para “fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos”. Ressalta-se as discrepâncias nas atividades “preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça” e “cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos”, que envolvem maior dispêndio de tempo e esforço daqueles que os executam, neste caso, as mulheres. Em 2019, o percentual de mulheres que declararam realizar tais atividades foi de 95,5% e 91,2%, respectivamente (Tabela 4).

Tabela 4. Pessoas que realizaram afazeres domésticos no domicílio, por sexo, segundo o tipo de afazer doméstico (%)

Atividade	2017		2018		2019	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça	56,8	95,6	60,8	95,5	62,0	95,5
Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos	56,0	90,7	54,0	90,9	54,6	91,2
Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos	63,1	34,0	59,2	30,6	58,1	30,6

⁴² A PNAD, no âmbito do tema *Outras formas de trabalho*, organiza as atividades consideradas como afazeres domésticos em oito conjuntos: 1) preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça; 2) cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos; 3) fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos; 4) limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim; 5) cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados); 6) fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio; 7) cuidar dos animais domésticos; e 8) outras tarefas domésticas (PNAD, 2020, p.1).

Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim	68,3	80,2	68,3	82,2	69,7	83,4
Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados, etc.)	72,0	73,4	71,4	72,9	71,3	74,0
Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio	71,5	78,0	72,0	77,1	73,5	78,2
Cuidar dos animais domésticos	41,3	45,7	43,0	46,9	45,2	49,5

Fonte: Elaborado pela autora com dados da PNAD Contínua (2018, 2019, 2020).

Em 2017, 53,2 milhões de pessoas com 14 anos ou mais de idade realizaram cuidados com pessoas moradoras no próprio domicílio ou de parentes, sendo a taxa de realização de 31,5%. No ano seguinte, 2018, 54 milhões de pessoas realizaram atividades de cuidado, sendo a taxa de 31,8 %. Em 2019, houve um leve declínio em relação ao ano anterior, sendo a taxa de realização 31,6 % (PNAD, 2018, 2019, 2020). As discrepâncias entre homens e mulheres também aparecem nessa forma de trabalho. Cabe ressaltar os 10,9 pontos percentuais entre 2018 e 2019 (Tabela 5).

Tabela 5. Taxa de realização de cuidados de pessoas, segundo o sexo (%).

Taxa de realização de cuidados de pessoas, segundo o sexo (%)	2017	2018	2019
Mulher	37,0	37,0	36,8
Homem	25,6	26,1	25,9

Fonte: Elaborado pela autora com dados da PNAD Contínua (2018, 2019, 2020).

A taxa de realização de cuidados segundo a idade foi maior para as pessoas na faixa etária de 25 a 49 anos. Essa faixa etária caracteriza-se pelo grande percentual de pessoas com filhos menores que demandam cuidados⁴³ (PNAD, 2018, 2020). Verificou-se a tendência de maior taxa de realização tanto para homens quanto para mulheres, com diferenças na intensidade para as mulheres de quase 50% (Tabela 6) (PNAD, 2019).

Tabela 6. Taxa de realização de cuidados de pessoas, segundo grupo de idade - 25 a 49 anos (%).

Taxa de realização de cuidados de pessoas, segundo grupo de idade – 25 a 49 anos (%)	2017	2018	2019
---	-------------	-------------	-------------

⁴³ A PNAD Contínua (2019) considera somente o cuidado feito para crianças, idosos ou pessoas enfermas.

Mulher	49,9	49,8	49,3
Homem	36,1	37,0	36,9

Fonte: Elaborado pela autora com dados da PNAD Contínua (2018, 2019, 2020).

A realização de cuidados possui relação principalmente com a presença de crianças no domicílio (PNAD, 2020, p.4). Conforme mencionado anteriormente, a faixa etária com maior taxa de realização de cuidados é de 25 a 49 anos. Esse grupo está mais propenso a ter filhos e, portanto, a executar atividades de cuidados. Para as pessoas com 14 anos ou mais foi perguntado quem recebeu cuidados no domicílio, segundo o grupo de idade. Observou-se a predominância de cuidados para crianças e adolescentes até 14 anos (Tabela 7).

Tabela 7. Pessoas que realizaram cuidados de moradores, segundo o grupo de idade da pessoa que recebeu o cuidado (%)

Pessoas que realizaram cuidados de moradores, segundo o grupo de idade da pessoa que recebeu o cuidado (%)	2017	2018	2019
0 a 5 anos	49,8	50,7	49,2
6 a 14 anos	49,7	51,1	52,0
15 a 59 anos	12,6	11,9	13,3
60 anos ou mais	8,8	9,7	10,5

Fonte: Elaborado pela autora com dados da PNAD Contínua (2018, 2019, 2020).

Em relação aos tipos de cuidados⁴⁴, os entrevistados responderam se realizaram ou não, com base nas atividades consideradas pela PNAD. Observou-se que nos anos de 2017, 2018 e 2019, a atividade de maior percentual de realização foi “monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio”, e a de menor percentual, “auxiliar nas atividades educacionais”, para ambos os sexos. Todavia, ressalta-se as discrepâncias entre homens (67,9 %) e mulheres (85,6 %) nas atividades de auxílio que envolvem cuidados pessoais, incluindo alimentação, dar banhos, pentear os cabelos, dar medicação e colocar para dormir. Tais atividades recaem com maior peso sobre as mulheres (Tabela 8).

⁴⁴ A PNAD, no âmbito do tema *Outras formas de trabalho*, organiza os cuidados de pessoas em seis conjuntos: 1) auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir); 2) auxiliar nas atividades educacionais; 3) ler, jogar ou brincar; 4) monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio; 5) transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas; e 6) outras tarefas de cuidado (PNAD, 2020, p.4).

Tabela 8. Pessoas que realizaram cuidados de moradores, por sexo, segundo o tipo de cuidado (%)

Tipo de cuidado	2017		2018		2019	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Auxiliar nos cuidados pessoais	65,5	86,0	67,0	85,6	67,9	85,6
Auxiliar nas atividades educacionais	61,0	73,0	60,7	72,0	60,1	71,2
Ler, jogar ou brincar	73,3	77,3	73,7	77,0	72,9	75,8
Monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio	87,3	91,4	87,9	91,6	87,6	91,6
Transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque...	69,9	73,0	69,3	72,6	70,5	72,6

Fonte: Elaborado pela autora com dados da PNAD Contínua (2018, 2019, 2020).

O intuito dessa categoria é compreender como ocorre a dinâmica nos lares das participantes em torno da divisão dos afazeres domésticos e de cuidado após a adesão ao PAA. Além disso, visa identificar como o programa pode ter alterado as relações, e quais os possíveis conflitos.

De acordo com a agricultora 1, quando questionada sobre quem é o (a) responsável pelos afazeres domésticos, relatou: *“A responsável sou eu, né? Mas tenho uma pessoa que me ajuda”*. A ajudante já havia sido mencionada na categoria *Uso do tempo*. Ela é remunerada⁴⁵ e costuma ir à parcela da agricultora quatro vezes por semana. O motivo da contratação se deu por questões de saúde da agricultora 1: *“[...] Ela fica mais responsável pela limpeza, lavar roupas, essas coisas mais difíceis, porque minhas costas doem muito, então eu nunca consigo começar e terminar, até pela questão do peso em si, eu não dava conta mais”*.

A agricultora 2 disse que os responsáveis são ela e os filhos. Já a agricultora 3 disse: *“Vixi, sou eu! Praticamente, eu [Risos]. Infelizmente!”*.

Em relação aos cuidados com crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais, a agricultora 1 relatou que se encarrega dos cuidados com as filhas de 4 e 6 anos de idade, tendo em vista que a mais velha necessita de acompanhamento especializado em decorrência de um retardo mental leve⁴⁶ (termo utilizado pela entrevistada):

⁴⁵ Valor não informado e fora do regime CLT.

⁴⁶ De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria, a categoria transtornos globais do desenvolvimento (TGD) é referente aos transtornos que se caracterizam por prejuízos severos e invasivos em diversas áreas do desenvolvimento, como habilidades de interação social recíproca, habilidades de comunicação e presença de comportamentos, interesses e

Assim, de casa seria [afazeres sob a responsabilidade da agricultora] mais essa questão de fazer a comida e a parte de cuidar das meninas: pentear o cabelo, arrumar e tal. Levar para a escola, buscar a tarefa, colocar para fazer a tarefa de casa. Oh, meu deus do céu! esse negócio de aula *on-line* não é de deus! A nossa [filha] mais velha tem TGD [Transtorno Global do Desenvolvimento], com retardo mental leve, então com ela é mais difícil. Ela é meio que a queridinha da escola, então o povo não deixa a gente pegar pesado com ela na escola de jeito nenhum. As tarefas dela são diferenciadas, é tudo adaptado para ela. A outra pequena não...é a preguiça que toma mesmo, aí é mais difícil [Risos] (Agricultora 1).

A agricultora 2 relatou que não há ninguém nessas condições sob seus cuidados. Por sua vez, a agricultora 3 relatou: *“Aqui, até alguma coisa na rua eu tenho que resolver. É um tal de ‘mãe pra cá’. Minha filha vai, mas eu tenho que estar junto. Meu marido é a mesma coisa [Risos]”*.

Quando questionada sobre sentir-se sobrecarregada, a agricultora 1 disse que já se sentiu desse modo antes de contratar a ajudante. Essa questão despertou lembranças de momentos traumáticos para a entrevistada. A cada lembrança narrada, ela fazia uma pausa acompanhada de choro e suspiros. Os pós-partos das filhas desencadearam síndrome do pânico e ansiedade, doenças que a impactam até os dias atuais.

[...] Às vezes sobrecarregava a mim e a minha sogra. A gente sempre esteve juntas também, mas quando a B* nasceu [filha mais velha] eu tive síndrome do pânico. Quando a E* [filha mais nova] nasceu, a gravidez foi super complicada, eu passei muito mal. Ela nasceu com carência de vitaminas e ficou oito dias internada. Isso desestabiliza qualquer mulher, né? Eles [os médicos] furavam muito o pezinho dela. Até hoje eu não consigo muito escutar o choro dela. Ela começou a chorar, eu faço qualquer coisa pra ela calar a boca. Ela até usa isso contra mim porque eu não dou conta de escutar o choro dela. Vai me dando uma aflição, agonia... eu não consigo!

A agricultora 1 detalhou como a presença da sogra foi importante para manter o cuidado com a filha mais nova. A sogra, além do trabalho no roçado, passou a dedicar-se aos cuidados com a neta e a nora, fato já relatado em momentos anteriores e enfatizado pela entrevistada. A sogra também foi a principal fonte de apoio emocional para a agricultora na época. O esposo também aparece dando suporte.

atividades estereotipadas. [...] Em geral, as alterações se manifestam nos primeiros anos de vida e podem aparecer associadas a alterações neurológicas ou quadros sindrômicos, variando em grau e intensidade de manifestações. Fazem parte desta categoria o transtorno autista, o transtorno de Asperger, transtorno de Rett e os transtornos desintegrativos da infância (SILVA, HERRERA, VITTO, 2007, p. 322).

Ela era muito pequenininha! Você vê aquela pessoa tão pequenininha sofrendo, toda hora alguém furava, tirava sangue. A gente passou oito dias no hospital, nesses oito dias, se eu dormi duas horas foi muito. Quando a gente voltou para casa, eu fui relaxar mais, mas mesmo assim, qualquer coisa que acontecia com ela eu já jogava em cima da minha sogra, porque eu não tinha estabilidade para lidar com qualquer coisa relacionada, né? Nessa época, eles [esposo e sogra] sofreram bastante porque às vezes minha sogra tinha que ajudar na horta e cuidar de mim, cuidar da neném. Foi até a neném deixar de ser neném que as coisas foram melhorando. Eu sou muito agoniada, tenho crise de ansiedade, sou muito ansiosa. Aconteceu qualquer coisa, qualquer problema, eu já tenho que saber a solução daquilo rápido, sabe? Se não, eu não descanso, minha mente não descansa, e eu não consigo dormir, e é com qualquer área, né? A financeira então...meu deus! Quando acontece qualquer coisa sempre tento ver vários caminhos para o mesmo problema. Tipo assim, não focar só numa solução (Agricultora 1).

A agricultora 2 disse sentir-se sobrecarregada somente durante a colheita, devido a idade e dificuldades de locomoção. Durante todo o relato da agricultora, ela enfatizou que sua prioridade é o trabalho na área de produção, sendo os afazeres domésticos feitos pelos filhos adultos, ambos em plenas condições para o autocuidado.

Só me sinto sobrecarregada quando estamos colhendo. Mesmo que a colheita seja para o atacado, você fica apreensiva. Quanto é que vai dar? Será que vai dar? Será que vai dar certo? Se não temos o transporte a responsabilidade é minha. Tenho que ligar para fulano e perguntar: “Dá para você levar?” Tenho que acompanhar, quem faz isso sou eu (Agricultora 2).

Pensativa, a agricultora 3 disse que “Às vezes”. Diferente das demais, essa participante foi concisa diante dos relatos. No entanto, seus gestos e expressões foram marcantes em cada etapa da entrevista.

No tocante ao PAA, foi questionado se houve divisão dos afazeres domésticos após a adesão. Nesse quesito, a agricultora 1 disse que sim. Sobre as mudanças ocasionadas após a divisão, relatou: “Acabou que a gente vive mais algumas responsabilidades, né?”. Segundo ela, a situação em casa já foi mais conflituosa: “Conciliar casa, filho, marido e o serviço era complicado. Mas depois que a gente dividiu as funções, ficou mais tranquilo essas coisas”.

Sobre a resistência e reclamações de membros quanto à divisão dos afazeres domésticos, a entrevistada disse que isso não aconteceu. Ela relatou que possui uma relação de parceria com o esposo, e deu exemplos do dia-a-dia do casal:

Vamos supor, precisa sair para resolver alguma coisa, eu só vou sozinha quando ele não pode ir de jeito nenhum. A gente sempre anda muito junto com relação a isso. A gente tem uma parceria muito grande

com relação a isso. Tudo é muito conversado, tudo é muito concordado. Às vezes eu tenho um ponto de vista que não é o mesmo que o dele, então a gente conversa até chegar num ponto. Ou eu tento fazer ele ver o meu ponto de vista ou ele faz eu ver o dele, sempre tem essa concordância. É muito difícil a gente ter divergências de ideias, é muito raro isso (Agricultora 1).

Ela relatou sentir-se à vontade para resolver as questões do cotidiano, e que possui o consentimento do esposo para isso.

Eu me sinto à vontade. Prefiro resolver as coisas! Não é que eu não tenha a aprovação dele para resolver...sempre quando eu vou resolver alguma coisa, primeiro ele tem que dar o sim, e aí eu resolvo. Mas se for uma coisa que é ele que tem que resolver, essa parte é dele. Não atravesso o caminho dele não. É sempre de comum acordo (Agricultora 1).

A agricultora 2 disse que não houve divisão dos afazeres domésticos após a adesão ao programa: “*Sempre fui sozinha. Quando comecei a entregar para o PAA [2012], meus filhos eram adolescentes. Depois, eles foram se achegando*”. A agricultora detalhou como era sua rotina com os afazeres domésticos e o trabalho no roçado:

Eu sempre trabalhei na roça. Nunca trabalhei fora. Se eu tinha que capinar cedo no outro dia, eu deixava a comida pronta. Eu me levantava cedo e ia para a roça, e quando voltava me alimentava. Aproveitava e já lavava o prato. De noite, como tenho um tanquinho, colocava a roupa dentro do tanque, batia e enxaguava. No outro dia, só torcia e colocava no arame. E nisso, de ir para a roça, a gente tirava um dia para lavar bem lavado. É assim, nesse rolo (Agricultora 2).

A agricultora 3 disse: “*Muito difícil*”. Ela rememorou parte da rotina e a organização que precisa manter para conciliar o trabalho doméstico com o trabalho na área de produção:

Muitas vezes eu já deixo a comida pronta. Hoje os meninos [os trabalhadores da área de produção] estão ajudando, mas se não tivessem, eu teria levantado e falado: “hoje eu vou ter que ir pra colheita”. Então, tem que deixar a comida praticamente pronta, adiantada. Questão de programação mesmo. Já programo o dia (Agricultora 3).

Observou-se que todas as agricultoras em alguma medida realizam afazeres domésticos. Diferente da situação apresentada pela agricultora 1, as demais utilizam estratégias para conciliar os trabalhos produtivo e reprodutivo, tais como acordar mais cedo e antecipar o preparo das refeições. Tal situação corrobora com o exposto por Ávila

e Ferreira (2014). Segundo as autoras, as mulheres usam tais estratégias para ganhar tempo e evitar tensões entre os diferentes trabalhos:

Quando situam a realização desta tarefa por elas mesmas, as mulheres se referem aos atos de preparar e cozinhar, antecipando a preparação das refeições que serão consumidas no dia (para isso, realizando-a antes de sair para o trabalho, acordando mais cedo, ou após chegar do trabalho) ou durante a semana (para isso, preparando grande parte dos alimentos no final de semana e congelando-os). [...] A realização desta tarefa, no caso dos homens, muitas vezes ocorre como a complementação ou finalização desse processo, por exemplo, esquentando as refeições congeladas (ÁVILA, FERREIRA, 2014, p. 30).

No que concerne aos homens citados pelas mulheres, sobretudo no arranjo familiar da agricultora 1 e 3, observou-se em relação a realização dos afazeres domésticos práticas esporádicas no primeiro caso, e a inexistência no terceiro. Evidenciando, novamente, a dupla jornada de trabalho das agricultoras. Situação semelhante encontrada na pesquisa de Ávila e Ferreira (2014, p. 28):

[...] As mulheres são as principais realizadoras das tarefas de todo dia, inadiáveis, incessantes, repetitivas e incontornáveis. Os homens realizam, ou contribuem na realização, das tarefas esporádicas – em geral, a tarefa de comprar produtos para a casa é feita uma vez ao mês, raramente todos os dias – da mesma forma em que participam ocasionalmente das tarefas sistemáticas do cotidiano, prestando “uma ajuda”.

A experiência das mulheres trabalhadoras segue, portanto, marcada pelo que historicamente se consagrou denominar “dupla jornada”, remunerada e não remunerada. Dentre estas, 74% afirmam contar com algum tipo de ajuda para cuidar da casa. Destas, 63% contam com ajuda gratuita, 10% com ajuda paga e 27% não contam com nenhum tipo de ajuda. A grande maioria das mulheres casadas, 71%, afirmam não contar com nenhuma ajuda dos homens para realizar os afazeres domésticos. Entre as mulheres solteiras e viúvas ou separadas, a principal ajuda na realização do trabalho doméstico é das mães (60% entre as solteiras e viúvas e 70% entre as separadas) (ÁVILA, FERREIRA, 2014, p. 24).

Nos cuidados dedicados aos filhos, as três agricultoras diferem entre si. Somente as agricultoras 1 e 3 possuem filhos menores de 14 anos. Contudo, apenas a agricultora 3 dedica-se aos cuidados sem ajuda de parentes, cônjuge, comunidade ou serviço doméstico pago. É exatamente nesse contexto que há uma possível explicação para os relatos curtos, postura cabisbaixa e cansada expressa pela agricultora durante a entrevista. Infere-se que

entre as mulheres, a agricultora 3, é a que mais sofre o impacto da dupla jornada de trabalho. Situação também constatada por Melo e Castilho (2009, p. 144):

[...] As mulheres com filhos pequenos acumulam essa atividade com as outras relativas à limpeza, cozinha, lavação. Claro que essas tarefas diminuem quando os(as) filhos(as) crescem e saem de casa, mas permanece a labuta, porque em cada domicílio ou família há um conjunto de tarefas essenciais à vida das pessoas e que devem ser realizadas por qualquer um dos membros da família. Mas, na maioria dos casos, elas são exercidas pelas mulheres.

Por fim, no que se refere às divisões dos afazeres domésticos após a adesão ao PAA, apenas a agricultora 1 manifestou-se positivamente. As demais, em virtude das histórias de vida e do arranjo familiar, encarregaram-se de criar os filhos e conciliar os trabalhos de casa e da produção sem ajuda ou rede de apoio. Tampouco foram citados aparelhos públicos que poderiam auxiliar as mulheres em suas duplas, e porque não, triplas jornadas de trabalho.

4.5 Poder de decisão sobre o recurso financeiro

Ao ser questionada sobre sua contribuição para a renda familiar após a adesão ao PAA, a agricultora 1 relatou que o dinheiro do programa é investido na terra por meio da compra de adubos e sementes. Segundo ela, “*O PAA é mais um pontapé, é o começo, né?*”. Conforme os relatos, é um ciclo de investimentos de insumos e retorno para as feiras, parceiros e o PAA. As agricultoras 2 e 3 apenas disseram que “*sim*”.

Sobre a participação nos gastos de casa (contas de água, luz, internet, comida, reformas etc.), a agricultora 1 disse que sempre participou: “*Tanto para isso, quanto para aquilo, tem que pagar ali, tem que pagar aqui, sempre assim. Sobrou? Vamos investir ali*”. A agricultora 2 respondeu: “*Sempre fui eu, né? [Risos]*”. A agricultora 3 a resposta foi a mesma “*sim*”.

Em relação à participação nas discussões sobre como aplicar o dinheiro na área de produção (compra de animais de pequeno porte, hortaliças, sementes, maquinário etc.), a agricultora 1 disse que sempre se manifestou sobre a diminuição da variedade dos produtos. Para ela, essa estratégia ajuda a direcionar melhor o dinheiro:

Só que eu sempre achei que a gente deveria diminuir a quantidade de variedade para se dedicar melhor, do que ter uma variedade infinita e não poder dar atenção que cada coisa precisava. Eu sempre insisti nessa parte de diminuir a quantidade de variedade (Agricultora 1).

A agricultora 2 respondeu: *“Sim. Isso tudo sou eu mesma”*. A agricultora 3 respondeu: *“Sim, também”*.

Foi questionado se houve aumento do poder de compra após à adesão ao programa. A agricultora 1 disse: *“Sim. A gente pode ter uma liberdade maior para planejar comprar um adubo, uma semente, uma muda, né?”* Segundo a agricultora 2, ela passou a ter acesso a alimentos que não costumava comer antes da renda do PAA:

Claro que aumentou. Em todos os sentidos. Se você vive de doações e depois tem uma renda maior, nossa você vai esbaldar! Deixa de comer pelanca para comer filé mignon [Risos]. Apesar que eu não gosto de carne vermelha [Risos]. Foram muitas conquistas (Agricultora 2).

A agricultora 3 limitou-se a responder que *“aumentou”*. Em relação a adquirir bens de consumo (carro, moto, bicicleta, eletrodomésticos etc.), a agricultora 1, novamente, enfatizou que o dinheiro é utilizado exclusivamente para investimento na terra: *“O dinheiro do PAA a gente quase não utiliza para esses recursos. A gente prefere pegar ele e retornar para terra mesmo”*. A agricultora 2 respondeu: *“Não, não. Não comprei carro. Eu empurrei tudo na terra [Risos]”*. A agricultora 3 relatou ter comprado um carro e feito reformas na casa:

Comprei um carro. A gente melhora em casa. Melhorou até a questão da alimentação. Às vezes a gente tem vontade de comprar alguma coisa, mas é muito limitado. Na feira a gente compra o básico. Às vezes a gente faz uma compra melhor, compra uma roupa. Arruma alguma coisa, o documento do carro, pois geralmente é o período de pagar o documento do carro [IPVA]. É um dinheiro que se consegue usar para tudo, depende da necessidade, do momento (Agricultora 3).

A agricultora 1 relatou como se sentiu ao fazer aquisições para sua produção com o dinheiro do programa: *“Nosso prazer não é pegar o dinheiro e ir para o shopping [risos]. Nosso prazer é pegar o dinheiro e comprar muda. Nosso interesse realmente é investir na terra e viver da terra”*. A agricultora 2 não relatou sentimento. Já a agricultora 3 respondeu como se sentiu ao adquirir o carro: *“Liberdade. Eu fiquei um período sem carro e não é fácil. A gente vê que é questão de necessidade. A gente sente autonomia, né?”*

Quando questionada se investe ou coloca o dinheiro em uma poupança, a agricultora 1 disse que não. Para ela, o uso do dinheiro é imediato:

Infelizmente não. O dinheiro do PAA é muito bom, claro. Mas ele ainda não é aquele “rio de dinheiro”. Se parar para pensar, um caminhão de adubo hoje em dia custa 2.400,00 reais. Um caminhão de adubo aqui dura três meses. Então, já é um terço do que a gente recebeu do PAA. Já é um caminhão de adubo! [risos]. Então, você vai comprar muda é um gasto! Ainda não conseguimos guardar. Até porque a gente entende que esse dinheiro é para a gente investir [na terra] (Agricultora 1).

A agricultora 2 relatou que investiu na produção e reformas da casa:

Investi na produção comprando insumos, cerquei, arrumei minha cisterna. Fui economizando e comprando tijolos para fazer minha casa. Inclusive, esse tobata [micro trator] que você viu aí, é do grupo de mulheres. Quando recebemos o prêmio, comprei o tobata. Era uma coisa coletiva. Foram muitas questões porque queriam que eu vendesse para repartir o dinheiro. Apenas umas 3 ou 4 [mulheres] que queriam o dinheiro para investir em galinhas, porcos. A Emater disse: “*Não é assim*”. O povo abandonou. Ninguém quis o tobata e agora ele está aí, só me dando trabalho. Mais trabalho para mim [Risos] (Agricultora 2).

A agricultora 3 respondeu: “*Não. Só investi. Guardar ainda não consegui*”. Neste caso, o investimento mencionado pela agricultora foram os citados anteriormente.

Sobre fazer planos para o futuro com o dinheiro, a agricultora 1 relatou que é uma questão complicada, pois a qualquer momento algo pode acontecer: “*É um dinheiro que vem do governo, né? Pode ser que mude alguma coisa, então é muito complicado você planejar, não é uma coisa certa*”.

A agricultora 1 seguiu detalhando as mudanças ocorridas no programa durante o ano de 2020. Segundo ela, as folhagens foram os produtos menos solicitados. Por causa da pandemia, as entregas feitas diretamente para creches, restaurantes comunitários e demais aparelhos públicos passaram a funcionar por meio da modalidade cesta verde, que atende famílias em vulnerabilidade alimentar. O esposo complementou as informações da agricultora:

Por causa da pandemia não tem nada funcionando. Com isso, esse ano quebrou as pernas de todo mundo. Não teve um que não tenha saído lesionado de alguma coisa. Não vou dizer com a gente que trabalha na área de alimentação, porque as pessoas não vão parar de comer, mas diminui [a quantidade de alimentos], até se adaptar todo mundo teve perdas. Todo mundo tentou, correu, se virou, mas teve que diminuir, teve que frear. Com isso, muitas pessoas tinham plantado, estavam naquela expectativa: começa o ano que vai abrir o PAA. Aí, acabou perdendo muita coisa (Esposo, agricultora 1).

O pessoal que plantou hortaliça esse ano não gerou nada, né? Dizer que a gente faz plano com o dinheiro do PAA, não. Se ele vier é aquela ajuda, mas se não vier...Então, a gente tem a segurança dele [dinheiro do PAA] mas dizer que a gente tem a confiança...A gente tem que entender que a qualquer momento a coisa pode mudar. Não posso fazer uma dívida de 6.500,00 reais para o ano que vem, porque eu vou ter o PAA, e ele vai pagar essa minha dívida. Não posso fazer isso, né?! (Agricultora 1).

A agricultora 2 relatou que não faz planos para o futuro com o dinheiro do PAA, devido ao contexto de crise sanitária. A fala da agricultora transpareceu cautela e, ao mesmo tempo, insegurança: *“Eu não posso dizer a você que faço planos porque a nossa vida do jeito que está com essa pandemia não sabemos como vamos, para onde vamos, o que vamos fazer, o que vai acontecer. Então, não faço planos, não”*.

A agricultora 3 respondeu: *“Faço [planos]. Agora mesmo estamos fazendo [Risos]. Meu dente que tenho que arrumar, o carro que tem que pagar documento, essas coisas”*.

Observou-se nos três casos que houve contribuição para a renda familiar através do dinheiro do PAA. Em relação à participação nos gastos de casa, as agricultoras afirmaram participar e fazer a gestão do recurso. Não houve detalhamento pelas mulheres sobre como ocorre a destinação do recurso no âmbito domiciliar. No entanto, cada agricultora relatou os diversos usos que fizeram. No caso da agricultora 1, o recurso foi utilizado exclusivamente para a produção, beneficiando as entregas para o programa, a comercialização nas feiras e parcerias. Para a agricultora 2, o recurso possibilitou o consumo de alimentos que antes não podia adquirir, pois vivia de doações. A agricultora 3 utilizou o recurso para incrementar a alimentação, o vestuário e o pagamento de contas variadas.

Tal situação difere do que foi constatado por Siliprandi e Cintrão (2011). As autoras avaliaram a participação das mulheres nas modalidades do PAA durante o ano de 2008, em escala nacional. No que concerne ao uso dos recursos, elas analisaram qual a importância para as mulheres em ter o contrato e o pagamento vinculados ao próprio nome. Segundo as autoras, existem evidências sobre a privação das mulheres nas decisões sobre o uso do dinheiro. As entrevistas realizadas revelaram a insatisfação e os constrangimentos enfrentados pelas mulheres antes do acesso ao dinheiro:

Embora de maneira geral, como aponta a bibliografia a respeito do programa, toda a família seja amplamente beneficiada pelo PAA, e ainda que sejam frequentes afirmações de que “tanto faz” em nome de

quem é feito o pagamento do programa [...] em muitos casos é muito importante para as mulheres que seu trabalho tenha uma remuneração específica, separada da do homem. Ter seu próprio dinheiro, não precisar “pedir ao marido” ou “prestar contas” dos gastos é bastante valorizado por muitas mulheres. Algumas entrevistadas se referiram ao período em que não tinham autonomia financeira como “um inferno”, “uma humilhação”, por ficarem sujeitas ao controle do marido (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011, p. 23).

Foram ainda comuns as referências a constrangimentos passados pelas mulheres por ter que pedir dinheiro aos maridos para a compra de roupas íntimas ou outros objetos de uso pessoal, bem como para os gastos com os filhos, incluindo gastos com educação (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011, p. 24).

Os diferentes usos do recurso feitos pelas agricultoras do assentamento Chapadinha, convergem com a afirmação das referidas autoras no que se refere às prioridades. Segundo Siliprandi e Cintrão (2011), cada mulher possui prioridades de compra diferentes. O acesso de maneira direta ao recurso viabiliza as negociações com o cônjuge no âmbito domiciliar sobre essas prioridades. Todavia, Brumer (2004) chama a atenção para as situações nas quais os cônjuges fazem uso diferente do recurso. Segundo a autora, “[...] enquanto que eles privilegiam o consumo individual (bebida, lazer), elas favorecem as despesas com a casa e com o bem-estar dos membros da família” (BRUMER, 2004, p. 2013).

Lima *et al.* (2020), através do perfil socioeconômico das mulheres feirantes de Alagoas, abordam as contribuições para a renda familiar de mulheres casadas e solteiras. Segundo os autores, a renda própria influencia no modo de se relacionar das mulheres, sobretudo as solteiras, devido a autonomia financeira adquirida por elas:

As mulheres que se declararam casadas relataram que ajudam diretamente no orçamento familiar, e que sua renda por muitas vezes é a única dentro da residência onde moram e isso contribui diretamente para manutenção do lar, no pagamento das despesas fixas e variáveis e na compra de alimentos, roupas e outros acessórios necessários para a família. As mulheres que se declararam solteiras, geralmente trabalham e possuem uma renda mensal, o que as torna independentes e autônomas financeiramente para encarar uma relação à dois. Logo, possuir uma renda modifica a forma como essas mulheres enxergam e como irão conduzir seus relacionamentos, uma vez que não irão depender exclusivamente dos seus companheiros para se manterem (LIMA *et al.*, 2020, p. 14562)

Em relação à participação nas discussões sobre como aplicar o dinheiro na área de produção, observou-se que nos três casos as mulheres participam e fazem a gestão do recurso, sobretudo as agricultoras 2 e 3. Cabe fazer uma ressalva ao caso da agricultora

1, tendo em vista os relatos anteriores (categoria *Compartilhamento do trabalho doméstico*), nos quais ela expressou depender da aprovação do esposo para executar determinadas atividades, sendo estabelecido entre os dois uma “parceria”. Ou seja, mesmo a agricultora 1 afirmando sua participação nas discussões da esfera produtiva, não se sabe ao certo como ocorre sua gestão, devido à sua participação passar pelo crivo do esposo.

Tal situação tem relação com o exposto por Lunardi, Souza e Perurena (2015), que analisaram as relações de poder entre homens e mulheres no turismo rural. Foram aplicadas entrevistas para famílias agrícolas e pluriativas, e a partir da variável decisão e participação nas relações econômicas, foi possível constatar que as mulheres conseguiram ter um maior acesso aos recursos financeiros, todavia, esse acesso não foi suficiente para aumentar a participação na decisão sobre o uso do recurso. Observou-se nas famílias estudadas a divisão entre o trabalho agrícola e o doméstico, sendo o primeiro incumbido aos homens, enquanto o segundo às mulheres. Todas as entrevistas das famílias pluriativas estavam relacionadas à palavra “combinado”, expressando concordância sobre determinado assunto. Essa concordância, na verdade, reforça as estruturas tradicionais de gênero:

Homens e mulheres estão de acordo com uma ou outra situação, porém, isso não implica que homens e mulheres tenham o mesmo poder de decisão. O combinar, para os entrevistados, significa estar de acordo com uma determinada situação, não decidir sobre ela. Então, quando a mulher diz que combina com o marido sobre as atividades na pecuária, isso quer dizer que, na maioria das vezes, eles conversam sobre, porém, quem tem a palavra final é o homem (LUNARDI, SOUZA, PERURENA, 2017, p. 350).

[...] Esse aumento de participação e discussão não reflete em maiores níveis de participação nas decisões, visto que participar não é decidir. No final, seja na atividade agrícola, seja no turismo, quem decide são os homens, provando, mais uma vez, que os sistemas de gênero patriarcais persistem, contudo, mascarados ou rearranjados. Assim, o maior acesso das mulheres a maiores volumes de recursos, mesmo que resultantes do seu trabalho, não confere a elas maior nível de empoderamento financeiro, pois é tudo combinado, mas a combinação na maioria das vezes favorece os homens (LUNARDI, SOUZA, PERURENA, 2017, p. 356).

Segundo os referidos autores, as mulheres continuam exercendo maior poder de decisão no âmbito domiciliar, e os homens no campo (LUNARDI, SOUZA,

PERURENA, 2015). Na mesma direção, Lima *et al.* (2020) afirmam que em muitos casos as mulheres não participam ou não possuem autonomia de intervenção na produção agrícola. Isso ocorre devido a concepção de que o trabalho no campo é mais complexo e pesado, enquanto que a horta, os serviços domésticos e o cuidado com crianças são considerados afazeres fáceis de serem realizados e, portanto, a cargo das mulheres.

Demetrio, Ternoski e Gazolla (2021), afirmam que as mulheres comumente decidem sobre os assuntos domésticos, e que a alocação e divisão dos recursos na esfera produtiva são realizadas pelos homens. Segundo os autores, “a falta de participação nas decisões financeiras da família pode tornar mais difícil um cenário onde as mulheres precisem manter a si e seus filhos sem a presença do esposo [...]” (DEMETRIO, TERNOSKI, GAZOLLA, 2021, p. 43).

De acordo com Brumer (2004), as mulheres possuem autonomia e poder de decisão sobre o uso dos recursos no que se refere ao consumo doméstico. Os homens são responsáveis pela produção, e mesmo as mulheres participando das decisões, são eles que de fato decidem sobre os investimentos:

Como o responsável pela parte produtiva geralmente é o homem, é ele que investe no aprendizado das novas tecnologias, mantém os contatos com técnicos rurais ou agrônomos, faz a maioria das vendas e contatos com os bancos (empréstimos e pagamentos) e participa de associações tais como cooperativa e sindicato. São também os homens que administram os recursos oriundos da atividade agropecuária, pois, mesmo que as mulheres participem juntamente com os maridos na tomada de algumas decisões, são eles que conduzem o processo decisório quando se trata de investimentos referentes à produção ou à reposição dos meios de produção necessários para a safra seguinte, sendo significativa a participação da mulher, ou eventualmente de todos os membros da família, apenas nas despesas destinadas ao consumo doméstico ou nas despesas referentes ao atendimento de necessidades individuais de consumo. Se existem recursos excedentes – as ‘sobras’ – após o pagamento dos gastos de produção e atendidas as necessidades básicas de consumo[...] (BRUMER, 2004, p. 213)

Diante do exposto e com base nos relatos das participantes desta pesquisa, pode-se inferir que as agricultoras possuem plena participação e capacidade de gestão dos recursos na esfera doméstica e produtiva. Isso devido ao arranjo familiar, destacando-se o contexto das agricultoras 2 e 3, pois ambas não estão sob uma relação conjugal que possa interferir de maneira contundente no seu poder de decisão.

4.6 Empoderamento

Foi questionado o que a entrevistada passou a fazer que antes não era possível após o acesso ao PAA. A agricultora 1 fez pequenas pausas para refletir, e em seguida relatou que não costuma pensar somente em si:

Ah... é complicado! Eu não penso só em mim [risos]! Aqui em casa a gente nunca teve esse individualismo. É sempre pensando no coletivo, é sempre pensando no todo. Então, quando coloca “eu”, automaticamente sou eu e mais [pessoas]. É complicado pensar assim, no meu “eu” (Agricultora 1).

A agricultora 2 lembrou a primeira vez que fez compras em um supermercado e encheu o carrinho. Em boa parte dos seus relatos, ela sempre enfatizou o incremento na alimentação. Conforme os relatos da sua trajetória de vida, a agricultora 2 relatou ter recebido doações antes do acesso ao programa. A referida experiência é uma superação da pobreza e da insegurança alimentar protagonizada por ela:

Quando eu ganhei o primeiro dinheiro eu reservei uma parte e empurrei o carrinho para dentro do mercado. Comprei o que eu queria, tudo que tinha vontade, tudo o que eu via e tinha vontade. Mil reais para gastar! E ainda falei: “I**** [amiga] você vai empurrar o carrinho para mim” [Risos]. Eu fiquei empoderada! Graças ao recurso do PAA, já veio o empoderamento. Depois veio o Brasil Sem Miséria [conjunto de políticas públicas lançado em 2011] que me ajudou bastante. Comecei a fazer meu primeiro SAF [Sistema agroflorestal], fui comprar mudas que eu não tinha. Eu ouvia todo mundo dizendo: “Vou plantar laranja” “Quanto é?” “Oito, três reais”. E eu fiquei pensando: “Um dia compro também”. Comprei e plantei! (Agricultora 2).

A agricultora 3, conforme relatos anteriores, disse que seu lazer é na propriedade. No entanto, ela lembrou uma das poucas vezes que pode viajar com os filhos:

Ano passado [2020] eu viajei! [Risos]. Ano passado eu estava querendo ir para Palmas (TO). Desde 2019 eu falava que ia, mas não fui. No mês de novembro [2020] eu fui e fiquei uns 15 dias lá. Fui ver meus compadres que moram lá. Fui com meu pequeno [filho mais novo] e a minha filha. Fomos os três. Eu saí um pouco também. Tomar um banho, porque lá é bem espaçoso, tem bastante água, tem lago. Foi muito bom (Agricultora 3).

Quando questionada se realizou alguma atividade com outras mulheres, a agricultora 1 mencionou o grupo Raízes da Terra. De acordo com ela, por causa da rotina agitada das mulheres, os encontros acontecem somente ao final do ano:

É muito corrida a nossa rotina. Tipo assim, eu não vou para horta, mas tem aquelas que vão para horta. Então, geralmente a gente se reúne mais no final do ano. A gente se junta lá na OCS, assar uma carminha, só nós mulheres mesmo, entendeu? É nessa parte (Agricultora 1).

Ao relembrar as situações com o grupo, a agricultora 1 relatou como foi acolhida por uma das lideranças quando chegou ao assentamento. Ela não fez parte da construção do grupo e das primeiras experiências, tais como o referido concurso *Prêmio mulheres rurais que produzem o Brasil sustentável*, em 2013:

Eu já peguei o bonde andando. Quando eu cheguei, que a gente se firmou aqui mesmo [no assentamento], elas já tinham o grupo, e me aceitaram de bom coração. A C* [liderança do grupo] é uma das pioneiras, sempre quis incluir, sempre dizia “vamos participar!” (Agricultora 1).

A agricultora 2 afirmou que realizou atividades com outras mulheres, e lembrou as viagens que fez representando o grupo Raízes da Terra e o Distrito Federal, além de participar dos espaços institucionais:

Viajei representando as mulheres. Particpei do Consea [extinto Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional], grupo de conselheiros do Distrito Federal, e viajei para Porto Alegre para uma pré-conferência e dei várias entrevistas lá. Isso foi no governo da Dilma. Ainda tinha o Conselho, agora acabou tudo, não tem mais o Consea. Foi em 2014! Recebemos o prêmio em 2013, e em 2014 fui escolhida para ser conselheira e representante do grupo Raízes da Terra. Depois tive que representar o Distrito Federal lá em Porto Alegre, na pré-conferência. Foi no ano que teve a Conferência aqui em Brasília [provavelmente a participante se referiu à 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2ª CNATER] e eu fui representando o Distrito Federal (Agricultora 2).

Tais articulações trouxeram reconhecimento para a agricultora 2, dentro e fora do assentamento Chapadinha, o que proporcionou uma maior participação em ministérios e secretarias voltados para a agricultura familiar e segurança alimentar. Pode-se captar em suas falas o sentimento de orgulho e importância como representante do grupo de mulheres agricultoras. No entanto, houve ruídos nas relações entre ela e os demais atores:

Eu sou muito conhecida e respeitada. Para você ter uma ideia, representei o grupo de mulheres três vezes. Foram doze anos acompanhando o grupo de mulheres. Essa representação teve que mudar. Hoje tem uma pessoa que representa as mulheres. Mas é aquilo: “Estou aqui representando, mas só para ter o nome”. Ela [a nova representante] queria assim: “Eu sou a secretária das mulheres e a *** me acompanha”. Eu olhei e disse: “Que isso? eu procuro meu lugar”. Durante esse tempo que representei as mulheres, particpei do grupo de

mulheres do Buriti [Palácio do Buriti], participei das reuniões de lá de cima, do Buriti. Sempre participei, sempre representei as mulheres. Só que quando você está no foco da coisa todas querem participar. Depois todo mundo cresce, já tem um vestido novo, aí já não quer mais participar. Mas eu ainda tento! (Agricultora 2).

Já a agricultora 3 mencionou que falta tempo para reunir o grupo. Ela mencionou as melhorias que planejou com outras agricultoras para proporcionar lazer e reencontros entre os assentados. No entanto, por causa da pandemia, as reuniões foram suspensas. Além disso, relembrou suas experiências no *Prêmio mulheres rurais que produzem o Brasil sustentável*, em 2013, e com o PAA a partir de 2012:

Já tem tempo que a gente não realiza [atividades]. Não estamos conciliando para poder realizar. Ano passado [2020], até que a gente estava [se reunindo], porque começou a nova gestão da associação. Eu fui secretária por um bom tempo, e fiquei afastada 4 anos no último mandato. Tínhamos planejando buscar coisas a mais para a comunidade. A minha cunhada, o vice-presidente e o grupo de mulheres estavam reunindo para reivindicar correio para trazer cartas para cá, pois não recebemos correspondências. Estávamos com umas ideias para dar uma melhorada no assentamento para poder estar reunindo mais. Mas, infelizmente, com a pandemia parou tudo. Estamos precisando nos encontrar mais e fazer mais atividades em grupo. A gente sente falta disso (Agricultora 3).

Participei de toda a premiação. A gente comprou um tobata justamente para poder melhorar a situação da mão de obra das mulheres. As mulheres daqui foram quem puxaram os homens. Na época, para os homens tudo era pouco. A mulherada se contentava com pouco. O nosso grupo começou pequeno. Eu lembro que tinha uns homens que tudo para eles era: “ah, isso não vale nada”, “isso é pouco”. Depois, quando viram que a gente já estava conquistando as coisas, conseguindo, eles começaram. Eu sinto que as mulheres aqui da Chapadinha foram quem puxaram os homens. A maioria é mulher, mas tem homens que estão mais engajados. Mas eles não tiveram a iniciativa, não tinham expectativa igual a gente. A gente puxou outras mulheres e homens também (Agricultora 3).

O primeiro foi o PAA. O PNAE começou bem depois. A gente sempre brigou muito pelo PAA via Conab. A gente participou das duas modalidades: PAA via Termo de Adesão e o PAA via Conab. O PAA via Conab a gente entregou e só foi mulher. Nós formamos o grupo de mulheres e executamos o primeiro [projeto]. A gente teve um pouco de dificuldade com a prestação de contas ano passado [2020], não finalizamos. Agora, esse ano, já era para ter começado em janeiro/fevereiro o PAA via Conab (Agricultora 3).

Questionada se tais atividades trouxeram reconhecimento para ela dentro e fora da associação, a agricultora 3 relatou a união das mulheres para conseguir participar do PAA. Ela relembrou os incentivos que deu para outras mulheres, e como auxiliou uma de suas colegas com a documentação:

A gente empenhou muito na época do PAA. A gente incentivava muito quem não tinha condições de fazer [aderir ao programa]. Por exemplo, a C***** não tinha conta [bancária]. Eu consegui levá-la e abrir uma conta na época, pois não tinha endereço aqui [assentamento], só na cidade. Eu falava: “Bora! Bora abrir uma conta que tem como a senhora receber”. Graças a Deus, a gente tem contribuído para incentivar (Agricultora 3).

Em relação a conhecer outras instituições por meio do PAA, a agricultora 1 disse que não. No entanto, ela relatou as frequentes idas ao banco após a adesão, e o contato que estabeleceu com outras pessoas nesse espaço. Ela também relembrou sua ajuda na organização de documentos para a primeira proposta de comercialização para o PAA via CONAB, entre os anos de 2017/2018:

Naquele [programa] eu não havia entrado. Estava passando por um problema de saúde, e a gente acabou ficando de fora. Eu não participei, mas ajudei a montar o projeto, correr atrás. Eu acho que a gente [associação] nem ganhou...não ficamos entre os finalistas. Ajudei a montar no sentido de pegar documentação, tirar xerox, fazer o cadastro no banco num aplicativo que tinha. Eu tive que pegar a documentação de todo mundo, cadastrando produtor por produtor, essa parte ficou para mim (Agricultora 1).

A agricultora 2 disse ter conhecido “*várias*” instituições, e citou a Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do DF, e enfatizou como os governos passados possibilitaram maior acesso das mulheres nesse ambiente. A agricultora 3 não mencionou instituições.

Para você ter uma ideia eu levei a experiência do Distrito Federal para Porto Alegre. Dei uma entrevista para um grupo de mulheres de mais de uma hora. Dei essa entrevista porque elas estavam perdidas. Eu falei: “Mas alguém tem que dar o primeiro passo, e se não tiver união não chega a lugar nenhum”. Tive mais contato com a Secretaria de Agricultura [Seagri]. A gente tem mais acesso a ela. No tempo do Agnelo [ex-governador do Distrito Federal], na Secretaria, o grupo de mulheres eram mais visto. Agora as mulheres estão apagadas. Uma politicagem danada. Não dá para entender não (Agricultora 2).

Em relação a participar das reuniões da Astraf, a agricultora 1 relatou que sim, e detalhou suas atividades para montar uma cooperativa no assentamento junto com os demais colegas:

A gente estava montando uma cooperativa e ano passado [2019] eu fiquei ajudando a tesoureira da associação. Surgiu a necessidade de uma cooperativa e estamos tentando finalizar. Já tivemos as primeiras reuniões da cooperativa e na eleição eu vou ficar como diretora financeira, assim que estiver tudo certinho (Agricultora 1).

Foi questionado se a entrevistada costuma dar sua opinião, se sente à vontade para se expressar e se sente que escutam suas propostas. A agricultora 1 disse: *“Dou muita opinião!”* Ela afirmou sentir-se à vontade para se expressar, e que suas ideias são ouvidas pelos colegas:

Aqui o pessoal é aberto para escutar. Claro que todo lugar que tem muitas pessoas são ideias diferentes e nem sempre a sua ideia prevalece. Nem sempre você está certo. Mas sempre todos nós aqui somos bem ouvidos (Agricultora 1).

Sim, muitas vezes [sobre escutarem suas propostas]. A gente sempre quis montar os grupos para não sobrecarregar [na produção], porque nós somos várias famílias aqui. Vamos supor, todo mundo tem cenoura, então a gente sempre quis montar os grupos assim: fulano vai plantar cenoura e fulano beterraba. Dividir aqui na comunidade a variedade, entendeu? Infelizmente a gente ainda não conseguiu colocar isso em prática. Mas sempre quando tinha essas reuniões sempre fui ouvida, sempre tive as ideias e foi tranquilo (Agricultora 1).

A agricultora 2 afirmou participar das reuniões da ASTRAF, e que sempre é convocada para as reuniões:

Meu nome é sempre chamado para dar opinião. Sempre sou chamada. Quando o Anaildo [presidente da associação] e o Chiquinho [vice-presidente] estão debatendo alguns projetos mais altos. Sempre me chamam, sempre me convidam (Agricultora 2).

Ela relatou que há momentos dos quais não se sente à vontade para dar sua opinião: *“Às vezes não. Mas como faço parte da família [a participante refere-se ao vínculo com a ASTRAF] tenho que expressar”*. Disse que os colegas escutam suas propostas mesmo que não haja algum tipo de acordo: *“Escutam. Podem até não fazer, mas escutam [Risos]”*.

A agricultora 3 afirmou participar das reuniões da ASTRAF. Quando questionada se costuma dar sua opinião, se sente à vontade para se expressar e se sente que escutam suas propostas, ela respondeu sim para todas essas questões. Sobre possíveis oposições, ela disse:

Isso acontece em qualquer comunidade. É discussão! As pessoas às vezes concordam ou não concordam. Mas, geralmente, a gente tem um conhecimento de causa. Quando a gente leva uma proposta é porque a gente já tem conhecimento daquilo. Temos que convencer que é aquilo e passar para as pessoas que conhecemos (Agricultora 3).

Esta categoria tem o intuito de identificar quais as experiências e articulações vivenciadas pelas mulheres dentro e fora do assentamento, seja nos movimentos sociais, na ASTRAF e/ou instituições governamentais, após o acesso ao PAA, tendo em vista as relações de poder imbricadas nesses espaços.

Segundo Kleba e Wendausen (2009), a construção do termo empoderamento possui diversas origens, e teve início em 1970, sendo amplamente divulgado em inglês “*empowerment*”. O termo tem raízes na luta pelos direitos civis e no movimento feminista, e assumiu significado referente ao ganho de poder e consciência crítica:

[...] Significa aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos às relações de opressão, discriminação e dominação social. Dá-se num contexto de mudança social e desenvolvimento político, que promove equidade e qualidade de vida através de suporte mútuo, cooperação, autogestão e participação em movimentos sociais autônomos. Envolve práticas não tradicionais de aprendizagem e ensino que desenvolvam uma consciência crítica [...] (KLEBA, WENDAUSEN, 2009, p. 736).

Do mesmo modo que Kleba e Wendausen (2009) afirmam que o termo empoderamento é polissêmico, para Gohn (2004, p. 23) o empoderamento “[...] não tem um caráter universal”. Segundo a autora, o empoderamento apresenta dois tipos de processos que diferem entre si, sendo considerado o sentido da intervenção social proposta pelas instituições:

[...] Tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los – porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais (GOHN, 2004, p. 23).

Brandão, Borges e Bergamasco (2021), relacionam o termo empoderamento ao acesso das pessoas à liberdade. O processo de empoderamento envolve mudanças nas relações de poder, culminando na compreensão da realidade pelas pessoas envolvidas. A partir dessa consciência, elas podem sugerir alternativas à condição vigente, pois “[...]”

sem assumirem as responsabilidades, não serão livres” (BRANDÃO, BORGES, BERGAMASCO, 2021, p. 2782).

Partindo de tais definições, adotadas para o entendimento dessa categoria, observou-se que as três agricultoras estão em níveis diferentes do processo de empoderamento. Vários fatores implicam nessa diferenciação. Destaca-se o histórico de luta pela terra narrado pelas mulheres nas suas trajetórias de vida. As agricultoras 2 e 3 participaram da ocupação da Fazenda Chapadinha, em 2006, e vivenciaram diversas reintegrações de posses até a efetiva regularização. Outro fator importante é a iniciativa dessas mulheres para delimitação do perímetro do acampamento e a divisão das parcelas entre os agricultores. Elas também participaram ativamente da fundação da Astraf, em 2007⁴⁷, e do grupo Raízes da Terra. Nesse período, a agricultora 1 era adolescente e não morava na região, tampouco se reconhecia como produtora rural e assentada, identidades construídas posteriormente, conforme seus relatos.

Tais vivências evidenciam uma relação de poder entre os acampados, o Estado e os latifundiários, na qual as agricultoras 2 e 3 desenvolveram seus papéis de lideranças femininas na comunidade em que vivem:

Os processos de empoderamento ocorrem em arenas conflitivas, onde necessariamente se expressam relações de poder, as quais devem ser encaradas não como algo estanque e determinado, mas plástico, flexível, portanto, modificável pela ação-reflexão-ação humanas, na medida em que os indivíduos compreendam sua inserção histórica passada, presente e futura e sintam-se capazes e motivados para intervir em sua realidade (KLEBA, WENDAUSEN, 2009, p. 742).

Obviamente que a chegada da agricultora 1 após os acontecimentos não significa uma diminuição ou ausência de empoderamento. Apenas implica em um processo com estágios e contextos diferentes. Após o acolhimento que recebeu da liderança do grupo de mulheres, nota-se que a agricultora 1, paulatinamente, pode desenvolver-se e contribuir para as metas coletivas, como por exemplo, o cadastro dos assentados para acessar o PAA. Nesse sentido, as três agricultoras se beneficiam do associativismo, conforme explicita Brandão, Borges e Bergamasco (2021, p. 2764):

[...] O associativismo pode ser considerado uma estratégia de empoderamento das mulheres, pois é através da construção de redes de contato e do desenvolvimento de atitudes cooperativistas, que as mulheres interagem com o espaço público e passam a contribuir com as decisões que afetam a comunidade.

⁴⁷ De acordo com os registros da Emater-DF (EMATER, 2018).

No que se refere a participar das reuniões, dar opiniões e sentir-se ouvida na associação, as agricultoras manifestaram-se positivamente. Todavia, o fato delas relatarem a falta de tempo para se reunir, seja pela pandemia ou pela rotina agitada de cada uma, evidencia mais uma vez a sobrecarga dessas mulheres-mães-trabalhadoras, e as consequências para o empoderamento. Situação semelhante foi constatada na pesquisa de Maronhas, Schottz e Cardoso (2014, p. 3756-3757), com o grupo de mulheres da Agroindústria São José:

A imensa sobrecarga gerada pela ausência de divisão do trabalho doméstico, foi apontado pelo grupo de mulheres da Agroindústria São José, no município de Porto Vera Cruz (RS), como um dos principais fatores que levou o grupo inicialmente formado por 20 mulheres a reduzir-se a 4 integrantes. No início das atividades, o grupo era formado por 20 mulheres entusiasmadas com a nova experiência de trabalho coletivo e geração de renda. Mas, ocorreu que muitas destas mulheres não tinham o apoio da família. [...] Este também foi um fato de desistência de algumas mulheres que não venciam trabalhar em casa e na agroindústria. (Grupo de mulheres da Agroindústria São José).

Segundo os referidos autores, além dos impactos da sobrecarga do trabalho doméstico na auto-organização das mulheres da agroindústria, algumas delas foram desestimuladas pelos maridos e até proibidas de saírem de casa (MARONHAS, SCHOTTZ, CARDOSO, 2014). No processo de empoderamento das mulheres dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá, no Pará, também foram identificadas dificuldades para participar de reuniões e encontros:

[...] não ter a permissão do marido ou não ter com quem deixar os filhos – para sair do lote e se deslocar à sede do município ou viajar para outros municípios. Quando ocorre do marido autorizar, apenas depois do término das atividades domésticas, o que é um indicador do grau de dominação ao qual a mulher trabalhadora rural está submetida no plano da política. Contudo, é possível encontrar mulheres casadas que conseguiram convencer os maridos da importância de sua militância política e sindical. Ademais, para participar da militância, há situações em que as mulheres tiram proveito dos arranjos familiares, deixando os filhos com determinados grupos de mulheres ou até mesmo com os homens mais abertos à participação das esposas (REIS, GUERRA, 2019, p. 128).

No caso das mulheres participantes desta pesquisa, mesmo sem reuniões frequentes devido ao contexto exposto, observou-se o fortalecimento do empoderamento coletivo através do compartilhamento de ideias, decisões e contato com outras instituições. Tal fato pode ser constatado por meio das iniciativas de melhorias para o assentamento, como a busca por correios e um Ponto de Encontro Comunitário (PEC).

Nota-se que em grupo as mulheres são mais fortes para desafiar as normas sociais impostas pela sociedade local e pelas famílias, e o fato das mulheres em se reunirem sem a presença dos homens acaba por proporcionar sociabilidade entre as mulheres, mas também, gera um fortalecimento do movimento destas enquanto espaço de fala, onde estas sentem-se à vontade para expor seu ponto de vista e discutir sobre assuntos de seu interesse sem a censura imposta pela presença de homens [...]. Do mesmo modo, este é um espaço onde as mulheres tomam as decisões e gerenciam seus recursos endógenos com o intuito de fortalecer as atitudes das mulheres na comunidade (BRANDÃO, BORGES, BERGAMASCO, 2021, p. 2780-2781).

[...] O nível grupal desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, perseguição de objetivos idealizados, um *know how* prático e orgulho partilhado por todos acerca de “seu projeto”. Além disso, promove estruturas decisórias participativas, ação social coletiva, articulação em rede com outras pessoas e organizações. O empoderamento grupal promove o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade (KLEBA, WENDAUSEN, 2009, p. 742).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu analisar as contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a autonomia econômica das mulheres agricultoras do assentamento Chapadinha, no Distrito Federal. Por meio da história oral temática foi possível coletar os relatos sobre as trajetórias de vida e a participação das três agricultoras no programa, a partir de cinco categorias: acesso ao programa e a renda; uso do tempo; compartilhamento do trabalho doméstico; poder de decisão sobre o uso do recurso financeiro; e empoderamento.

Ressalta-se as dificuldades de acesso às informações sobre o histórico do assentamento, bem como documentos referentes a ASTRAF – fundação, quantidade de associados, estrutura organizacional, dentre outros. Parte das informações foram adquiridas durante os trabalhos de campo, e por meio de interlocução com os assentados, além dos sites e repositórios institucionais.

Constatou-se, a partir dos relatos das agricultoras, que as principais vantagens de acesso ao programa ocorrem em torno da garantia da renda, facilidade de escoar a produção, e fazer investimentos na propriedade com o recurso financeiro. As principais insatisfações foram a dificuldade de agendamento, e o conseqüente apodrecimento dos produtos, além do baixo valor da cota anual.

Em relação ao uso do tempo após o acesso ao PAA, pode-se verificar que uma agricultora dedica mais tempo aos afazeres domésticos em detrimento do trabalho na produção. Isso ocorre devido a presença de filhos em idade escolar. Nos três casos, constatou-se a carência de tempo para lazer e cuidados pessoais.

Em relação às divisões dos afazeres domésticos após a adesão ao PAA, apenas uma agricultora manifestou-se positivamente, devido à presença de uma rede de apoio composta por outras mulheres. Todas as agricultoras apresentam dupla jornada de trabalho. Os homens citados por elas nos relatos (cônjuge, filhos) realizam afazeres domésticos de maneira esporádica.

Nos três casos houve contribuição para a renda familiar através do dinheiro do PAA. Em relação à participação nos gastos de casa, as agricultoras afirmaram participar e fazer a gestão do recurso. De modo similar, as agricultoras afirmaram participar das discussões sobre como aplicar o dinheiro na área de produção. Aqui, faz-se uma ressalva para o caso de uma agricultora, que relatou ter uma relação de “parceria” com o cônjuge. Pode-se inferir, com base nos relatos, que as agricultoras possuem participação ativa e

capacidade de gestão dos recursos financeiros, sobretudo na esfera produtiva, na qual elas planejam a compra de insumos, destinam boa parte dos recursos e ampliam a produção para diversos mercados além do PAA.

No que se refere a participar das reuniões, dar opiniões e sentir-se ouvida na associação, as agricultoras manifestaram-se positivamente. Observou-se o fortalecimento do empoderamento coletivo através do compartilhamento de ideias, decisões e contato com outras instituições. Tal fato pode ser constatado por meio das iniciativas de melhorias para o assentamento, como a busca por correios e um Ponto de Encontro Comunitário (PEC). Todavia, ressalta-se o enfraquecimento da articulação entre as mulheres no âmbito do grupo Raízes da Terra, o que pode implicar num possível apagamento do histórico de luta pela terra e o passado em comum de direitos adquiridos.

Diante dos resultados, o PAA pode ser considerado uma estratégia para o fortalecimento da autonomia econômica das agricultoras, desde que atue conjuntamente com outras políticas. Constatou-se a necessidade de uma maior participação nos arranjos institucionais do programa pelas agricultoras, tendo em vista que, no início da adesão, a falta de conhecimento sobre os objetivos e operacionalização do PAA gerou inseguranças, dúvidas e desinteresse em relação ao acesso.

Acredita-se que ainda não há uma plena efetivação da autonomia econômica pelas agricultoras em virtude da persistente divisão sexual do trabalho nos arranjos familiares, refletida na manutenção dos afazeres domésticos e de cuidados exercida majoritariamente pelas mulheres, culminando na sobrecarga de trabalho.

Esta pesquisa não é um fim em si mesma. Desse modo, não objetivou esgotar o tema, mas sim, contribuir para as problemáticas futuras, sobretudo, as que não foram contempladas aqui. Tem-se como limitações dessa pesquisa: a) como ocorrem os processos de agendamento dos produtos? O que precisa ser feito para melhorar tais procedimentos? b) quais os impactos da Resolução n. 44/2011 no quantitativo de mulheres efetivamente participantes como beneficiárias fornecedoras? Como se dá o monitoramento por parte dos órgãos gestores e executores do programa? c) quais os impactos da produção orgânica na alimentação das famílias assentadas e da comunidade? d) medição do tempo médio de realização do trabalho produtivo e reprodutivo das agricultoras por meio de abordagens qualitativas com aprofundamento das realidades e percepções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA, SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL. **Plano de gerenciamento integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal (PGIRH/DF)**. Distrito Federal, 2011. Disponível em:

http://www.adasa.df.gov.br/images/stories/anexos/rtp-3_rev.03.pdf . Acesso em: 25 maio 2021.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**. v. 15. Edição Especial. 2016. p. 261 – 295. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261/33804> . Acesso em: 23 jun. 2021.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALENCAR, Ane *et al.* Mapping three decades of changes in the brazilian savanna native vegetation using landsat data processed in the Google Earth engine platform. **Remate Sens**, v. 12, p. 924, 2020.

AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva. **Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (UFPA). Centro de Ciências Agrárias: Embrapa Amazônia Oriental, 2007, 136f.

ARAÚJO, Anna Bárbara; MONTICELLI, Thays; ACCIARI, Louisa. Trabalho doméstico e de cuidado: um campo de debate. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 145-167, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/TGKDBPYy6cM7XkjLcktwdjb/?lang=pt> Acesso em: 23 jun. 2021.

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de; PRIORE, Silvia Eloíza; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, p. 617-626, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.02292015> Acesso em 01 jan. 2021.

ÁVILA, Maria. Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. *In*: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: Instituto Feminista para a Democracia; Recife: Instituto Patrícia Galvão, 2014. p. 13-49.

AZEVEDO, Vilma Maria. **Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do programa de aquisição de alimentos: o caso de Barbacena-MG**. 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2012. Disponível em:

<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/4179> Acesso em: 01 jan. 2021.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. **Revista Estudos Feministas**, n.2, p. 38-54, 1994 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16092> Acesso em: 10 ago. 2021.

BIROLI, Flávia. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.9, p. 7-38, 2012.

BORGES, Barsanufu Rodrigues. Resenhas Bibliográficas. **História Revista**. p. 177-182. jul./dez. 1997.

BRASIL. Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres. Caderno de Formação. Brasília: SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, MMIRDH, 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/caderno_genero_autonomia.pdf. Acesso em 07 maio 2020.

_____. **Medida provisória nº 2.109-50, de 27 de março de 2001**. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nº s 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2001/2109-50.htm. Acesso em: 01 nov. 2020.

_____. **Medida provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001**. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nos 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1o de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2183-56.htm. Acesso em: 01 nov. 2020.

_____. II Plano Nacional para Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM). 2008, p. 236.

_____. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), altera a Lei nº 8.666. de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/12188.htm Acesso em 10 ago. 2021.

_____. Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011. Fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 92, 17 ago. 2011.

_____. **Lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971**. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp11.htm. Acesso em: 6 jun. 2021.

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Compra com Doação Simultânea – Termo de Adesão, [2021?]. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos/compra-com-doacao-simultanea> Acesso em: 27 jul. 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Manual Operativo**: Modalidade Compra com Doação Simultânea operação por meio do Termo de Adesão, p. 175, 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf Acesso em: 26 jul. 2021.

BRANDÃO, Tatiana Frey Biehl; BORGES, Janice Rodrigues Placeres; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessôas Pereira. Perspectivas sobre Autonomia e Empoderamento das Mulheres Rurais Sertanejas: Um estudo de caso. **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema, Alagoas, v.6, n.2, p.2762-2790, 2021. Disponível em: https://periodicos.ifal.edu.br/diversitas_journal/article/view/1770/1423 Acesso em: 01 ago. 2021.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 205-227, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011> Acesso em: 13 ago. 2021.

_____. Previdência social rural e gênero. **Sociologia**, Porto Alegre, n. 7, p. 50-81, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/nsBMhtnCXPpP53t6kkrjh9L/?lang=pt#>. Acesso em: 4 jun. 2021.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani Marisa. Entre o sonho e a realidade: o crédito rural para mulheres da agricultura familiar na Região Sul do Brasil. *In*: Andrea Butto; Isolda Dantas (org.). **Autonomia e Cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 113-150. Disponível em: <http://repositorio.ica.int/bitstream/handle/11324/6967/BVE18040146p.pdf;jsessionid=4F8CFC1E6357C77B52373E7BA2E9D84F?sequence=1>. Acesso em: 07 maio 2020.

BÜRGER, Marcelo Luiz Francisco de Macedo; CAPELOTTI, João Paulo. O percurso da posse e da propriedade no Brasil: das sesmarias aos conceitos contemporâneos. **Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET**. Curitiba, ano IX, n. 16, p. 20-37, jan/jun. 2017.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. *In*: Andrea Butto; Isolda Dantas (org.). **Autonomia e Cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 11-34. Disponível em: <http://repositorio.ica.int/bitstream/handle/11324/6967/BVE18040146p.pdf;jsessionid=4F8CFC1E6357C77B52373E7BA2E9D84F?sequence=1>. Acesso em: 07 maio 2020.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Conceição; BEZERRA, Elisângela Costa; HORA, Karla; MIGUEL, Maysa Mourão; NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. Autonomia econômica das mulheres rurais nos Territórios da Cidadania. *In*: Andrea Butto; Conceição Dantas;

Karla Hora; Miriam Nobre; Nalu Faria (org.). **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. p. 100-113. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/07/MulheresRuraisEAutonomia.pdf>. Acesso em: 01 maio 2020.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. **Revista Estudos Avançados**, 2001, p. 207-224. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2021.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. Mercados Institucionais para a Agricultura Familiar e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 19, n. 32, p. 34-55, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4790> Acesso em: 15 nov. 2018.

CAMPINHO, Fábio. Sindicalismo de Estado: controle e repressão na Era Vargas (1930-1935). **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, p. 114-135, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/14838/9959>. Acesso em: 5 jun. 2021.

CAMPOS, José Eloi Guimarães. Hidrogeologia do Distrito Federal: bases para a gestão dos recursos hídricos subterrâneos. **Revista Brasileira de Geociências**. p. 41-48, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228642073_Hidrogeologia_do_Distrito_Federal_bases_para_a_gestao_dos_recursos_hidricos_subterraneos . Acesso em: 01 jun. 2021.

CARDOSO, Murilo Raphael Dias; MARCUZZO, Francisco Fernando Noronha; BARROS, Juliana Ramalho. Classificação climática de Köppen-Geiger para o Estado de Goiás e o Distrito Federal. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Roraima, p.40-55, 2014. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/1384/1480> . Acesso em: 31 maio 2021.

CARNEIRO, Maria José; Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e condição social de gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1994, p. 11-22. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doi/carnei2.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

CARNEIRO, Gisleide do Carmo Oliveira; JESUS, Selma Glória de; ALMEIDA, Wilza Oliveira de. Sistematização de experiência em ATER para mulheres: repensando ATER, reescrevendo história com as mulheres quilombolas. *In: Rede de ATER Agroecológica e Feminista do Nordeste*. Recife: ActionAid, 2017, p. 190-198.

CASTRO, Kássia Batista de; LIMA, Larissa Ane de Sousa. (org.). **Atlas do Distrito Federal**. Brasília: Codeplan, 2020. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/atlas-do-distrito-federal-2020/>. Acesso em: 18 maio 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Ligas camponesas**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>. Acesso em: 5 jun. 2021.

COLETTI, Claudinei. Os sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil; origem e características fundamentais. **Revista de Direitos Fundamentais**, v.1, n. 2, p. 129-149, 2019.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Resultados das ações da Conab em 2017. **Compêndio de Estudos Conab**, Brasília, v. 13, 2018, p. 27. Disponível em: https://www.conab.gov.br/component/k2/item/download/17417_4b331bfd304f48b58e83dba1f579f78e. Acesso em: 30 nov. 2020.

_____. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das ações da Conab em 2018. **Compêndio de Estudos Conab**, v. 20, 2019. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/institucional/publicacoes/compendio-de-estudos-da-conab?limitstart=0>. Acesso em: 13 jul. 2021.

_____. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das ações da Conab em 2019. **Compêndio de Estudos Conab**, v. 27, 2020. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/institucional/publicacoes/compendio-de-estudos-da-conab?limitstart=0>. Acesso em: 13 jul. 2021.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horacio Martins de. Campesinato. *In: Dicionário da Educação do Campo*. Roseli Salette Caldart; Isabel Brasil Pereira; Paulo Alentejano; Gaudêncio Frigotto (org.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 115-121.

CUNHA, Wellington Alvim da; FREITAS, Alan Ferreira de; SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. **RESR**, Piracicaba, São Paulo, v. 55, n. 03, p. 427-444, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/RqL7PnprCkXDCTWxD4GhVRj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2021.

DEMETRIO, Milena; TERNOSKI, Simão; GAZOLLA, Marcio. Percepções sobre o empoderamento socioeconômico e psicossocial de agricultoras participantes de cadeias curtas alimentares. **Revista Grifos**, v. 30, n. 54, p. 30-52, 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5958>. Acesso em: 13 ago. 2021.

DIAS, Thiago Ferreira; NUNES, Emanuel Márcio; TORRES, Fátima de Lima; TORRES, Antônio Caubí Marcolino. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 100-129, 2013. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1127/0>. Acesso em: 11 fev. 2021.

DINIZ, Mônica. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. **Histórica Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo**, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: 14 de jan. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 24.255 de 27 de novembro de 2003**. Dispõe sobre o zoneamento ambiental da Área de Proteção Ambiental da Cafuringa. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/44071/Decreto_24255_27_11_2003.html. Acesso em: 25 maio 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Clima**. 2021. Disponível em: <https://www.cnpf.embrapa.br/pesquisa/efb/clima.htm> . Acesso: 01 jun. 2021.

_____. Políticas públicas e desenvolvimento sustentável: o caso do pré-assentamento Chapadinha. **Diálogos e experiências**, n. 2, p. 25, 2018.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 47-71, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004> Acesso em: 10 ago. 2021.

FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. *In*: Andrea Butto; Isolda Dantas (org.). **Autonomia e Cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. 1º Edição. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 37-53. Disponível em: <http://repositorio.ica.int/bitstream/handle/11324/6967/BVE18040146p.pdf;jsessionid=4F8CFC1E6357C77B52373E7BA2E9D84F?sequence=1>. Acesso em: 07 maio 2020.

FERREIRA, Helder; MOSTAFA, Joana; RIBEIRO, José Aparecido; SANTOS, Maria Paula Gomes dos; RODRIGUES, Rute Imanishi. Reformas ministeriais recentes e impactos das políticas públicas brasileiras: breve relato a partir dos debates no observatório de direitos e políticas públicas. **Repositório do conhecimento IPEA**, Boletim de Análise Político-institucional, n. 10, p. 21-27, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7654?mode=full> Acesso em: 28 jul. 2021

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *In*: **Dicionário da Educação do Campo**. Roseli Salette Caldart; Isabel Brasil Pereira; Paulo Alentejano; Gaudêncio Frigotto (org.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.498-502.

FERNANDES, Thiara; MOTA, Dalva Maria. É sempre bom ter o nosso dinheirinho: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 01, p.009-024, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v52n1/01.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

FERNANDES, Vitor Bukvar. **Passado não resolvido**: a histórica falta de regulação na ocupação de terras no Brasil e após 1964. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

FLICK, Uwe. **Desenho de pesquisa qualitativa**. Tradução: Roberto Cataldo Costa; Consultoria, supervisão e revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 164.

GRISA, Cátia; SCHMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Renato Sergio; LEITE, Sergio Pereira. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, v. 13,

n. 1, p. 137-170, 2010. Disponível em:
<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/69/59> Acesso em:
15 nov. 2018.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Revista Saúde e Sociedade**, v.13, n.2, p.20-31, 2004. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000200003> Acesso em: 01 ago. 2021.

GUIMARÃES, Soraia de Mello; QUIRINO, Raquel. **A Divisão Sexual do Trabalho e as relações de gênero no meio rural**. V SENEPT, p. 94, 2017.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, UNESP, ano 9, n. 8, p.1-28, 2006.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro. UBUNTU: eu sou porque nós somos – desafios para a luta das mulheres rurais por políticas pós-golpe 2016. **Revista OKARA: Geografia em debate**, UFPB, João Pessoa, PB, v.12, n.2, p. 434-466, 2018.

INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL (IBRAM). **Mapa de localização da APA da Cafuringa**. Brasília, DF: 2011a. 1 mapa, color. Escala 1: 190000. Disponível em:
<http://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Mapa-de-localiza%C3%A7%C3%A3o-da-APA-de-Cafuringa.jpg> Acesso em: 25 maio 2021.

_____. **Ofício nº 410.000.315/2011/DILAM/SULFI/IBRAM**. Brasília, DF: Instituto Brasília Ambiental, 29 set. 2011b. Disponível em: <http://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/2-INFORMA%C3%87%C3%83O-TECNICA-IT-2011.pdf> Acesso em: 24 maio 2021.

_____. **Estudo de Impacto Ambiental do Núcleo Rural Lago Oeste**. Brasília, DF: Greentec Tecnologia Ambiental, 2014a. Disponível em:
<http://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/3-EIA.pdf> . Acesso em: 24 maio 2021.

_____. **Mapa Ambiental do Distrito Federal**. Brasília, DF: 2014b. 1 mapa, color. Escala 1:125.000. Disponível em: http://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Mapa_Ambiental_20141.pdf. Acesso em 24 maio 2021.

_____. **Plano de ocupação**. Regularização Fundiária e Ambiental do Núcleo Rural Lago Oeste. Brasília, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa piloto de uso do tempo 2009: primeiros resultados. Rio de Janeiro, 14 dez. 2012, 60 slides. Apresentação no XII Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:
https://www.ibge.gov.br/arquivo/projetos/sipd/decimo_segundo_forum/uso_tempo_2009.pdf Acesso em: 08 ago. 2021.

JOUTARD, Philippe. Desafios à História Oral do Século XXI. In: Marieta de Moraes Ferreira; Tania Maria Fernandes; Verena Alberti (org.). **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 31-45. Disponível em:
<https://static.scielo.org/scielobooks/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. 26^o ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. Disponível em: [https://drive.google.com/viewerng/viewer?url=http://ler-
agora.jegueajato.com/Caio+Prado+Jr /Historia+economica+do+Brasil+\(1236\)/Historia
+economica+do+Brasil+
+Caio+Prado+Jr ?chave%3D1677cfea7cb1b4e721f78316a481fd9c&dsl=1&ext=.pdf](https://drive.google.com/viewerng/viewer?url=http://ler-
agora.jegueajato.com/Caio+Prado+Jr /Historia+economica+do+Brasil+(1236)/Historia
+economica+do+Brasil+
+Caio+Prado+Jr ?chave%3D1677cfea7cb1b4e721f78316a481fd9c&dsl=1&ext=.pdf).
Acesso em: 14 jan. 2021.

JÚNIOR, Sérgio Said Staut. Dimensão jurídica e formas de apropriação no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito, UFPR**, Curitiba, n. 47, p. 29-64, 2012.

JUSBRASIL. **História: a criação da CLT**. 2013. Disponível em: [https://trt-
24.jusbrasil.com.br/noticias/100474551/historia-a-criacao-da-clt](https://trt-
24.jusbrasil.com.br/noticias/100474551/historia-a-criacao-da-clt). Acesso em: 5 jun.
2021.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*:
HIRATA, Helena. LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Daniele (org.). **Dicionário
Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de
fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política.
Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000400016> Acesso em: 01 ago. 2021.

LIMA, Jessé Rafael Bento de; SILVA, Clayton dos Santos, ARAÚJO, Romário
Guimarães Verçosa de; SILVA, Jonas Olímpio de Lima; LIMA, Arlla Katherine Xavier
de; SILVA, João Manuel da; SANTOS, Tania Marta Carvalho dos. Perfil
socioeconômico de mulheres feirantes do Estado de Alagoas, Brasil: Liderança e
empoderamento feminino camponês. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.6,
n.3, p. 14557-14578, 2020. Disponível em:
<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/7985> Acesso em: 12
ago. 2021.

LIMA, Rodne de Oliveira. Caio Prado Júnior e a Questão Agrária no Brasil. **Geografia**.
Londrina, v. 8, n. 2, p. 123-134, jul./dez. 1999.

LISBOA. **Alvará de 5 de outubro de 1795**. Dispõe sobre a consolidação da legislação
relativa às sesmarias. Biblioteca Digital Medicina Animae: Biblioteca Digital de Direito
Registral, 2010. Disponível em: [https://arisp.wordpress.com/2010/02/20/brasil-colonia-
ordem-sesmarial/](https://arisp.wordpress.com/2010/02/20/brasil-colonia-
ordem-sesmarial/). Acesso em: 01 jan. 2021.

LOZANO, Marie-Anne Stival Pereira e Leal. **Políticas Públicas e Mulheres
Trabalhadoras Rurais Brasileiras**. Orientadora: Maria Coelho de Sousa Lago.
Coorientadora: Rosana de Carvalho Martinelli Freitas. 2017. 405f. Tese (Doutorado em
Ciências Humanas) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas,
Florianópolis, 2017.

LUNARDI, Raquel; SOUZA, Marcelino De; PERURENA, Fátima. Participação e
Decisão no Turismo Rural: uma análise a partir da perspectiva de gênero. **Revista
Turismo em Análise**, v. 26, n. 2, p. 334-357, 2015. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/102851> Acesso em: 12 ago. 2021.

MACHADO, Maíra Saruê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; Recife: Instituto Patrícia Galvão, 2014. p. 51-76. Disponível em: https://soscorpo.org/wp-content/uploads/livro_trabalho_verseaonline-1.pdf Acesso em: 01 out. 2020.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Revista Tempo Social USP**, p. 141-174, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/38HFFkDhvV7Dqdt4xkmjlm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 10 ago. 2021.

MARTINS, Éder de Souza; REATTO, Adriana; JÚNIOR, Osmar Abílio de Carvalho; GUIMARÃES, Renato Fontes. **Evolução Geomorfológica do Distrito Federal**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2004. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16150/1/ARTIGO_EvolucaoGeomorfologicaDistritoFederal.pdf . Acesso em: 31 maio 2021.

MASTELLA, Alexandre Dal Forno; JÚNIOR, Severo Ivasko; TRES, Andressa; TETTO, Alexandre França; WENDLING, William Thomaz; SOARES, Ronaldo Viana. Classificação do estado de Goiás e do Distrito Federal segundo o sistema de zonas de vida de Holdridge. **Revista Brasileira de Geografia Física**. v.12, p. 443-456, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/239016/32308>. Acesso em: 01 jun. 2021.

MARONHAS, Maitê; SCHOTTZ, Vanessa; CARDOSO, Elisabeth. Agroecologia, Trabalho e Mulheres: um olhar a partir da economia feminista. 18º REDOR, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, p.3751-3762. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1955/877> Acesso em: 01 ago. 2021.

MATTEI, Lauro. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Revista Okara: Geografia em debate**, João Pessoa, Paraíba, v. 12, n. 2, p. 293-307, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41318/20694> Acesso em: 13. jul. 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral. **Revista de História (USP)**, v. 155, p. 191-203, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/19041/21104/> . Acesso em: 30 nov. 2020.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho produtivo no Brasil: quem faz? **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482009000100006> Acesso em 03 mar. 2021.

MENDES, José Sacchetta Ramos. Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império. **Caderno CRH**. Salvador, v. 22, n. 55, p. 173-184, jan./abr. 2009.

MINAYO, Maria Cecília Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 80.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Manejo da APA da Bacia do Descoberto**. Brasília; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2014. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/apa_bacia_do_rio_descoberto_pm_encartes_12_e_3.pdf. Acesso em: 24 maio 2021.

MORAES, Lorena Lima de; JALIL, Laeticia Medeiros; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. Por que ainda discutir a “justa” divisão sexual do trabalho? Alguns aportes necessários à luta por igualdade e liberdade para as mulheres rurais no Brasil. *In*: JALIL, Laeticia Medeiros; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima (org.). **Rede feminismo e agroecologia do nordeste**. 1º edição. Recife: Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, 2017, p. 56-71.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; JÚNIOR, Josué Francisco da Silva; PORRO, Noemi Miyasaka; OLIVEIRA, Tânia Carolina Viana de. As Catadoras de Mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe. **RESR**, Piracicaba, São Paulo, v. 52, n. 03, p. 449-470, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/d8h9XZyLc6XWSfnhGKDD7QD/?lang=pt> Acesso em: 16 jul. 2021.

NOGUEIRA, Jorge Madeira; SALGADO, Gustavo Souto Maior. Sócioeconomia e Gestão Ambiental da APA de Cafuringa. *In*: Pedro Braga Netto; Valmira Vieira Mecenas; Eriel Sinval Cardoso. (org.). **APA de Cafuringa. A Última Fronteira Natural do DF**. 1ed. Brasília: SEMARH, 2006, v. 1, p. 293-296. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8064/1/CAPITULO_SocioEconomiaGest%c3%a3oAmbiental.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

PAIXÃO, Mayara. Conheça Margarida Alves, símbolo da luta das trabalhadoras do campo por direitos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 12 ago. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/12/conheca-margarida-alves-simbolo-da-luta-por-direitos-para-as-trabalhadoras-do-campo/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

PAULILO, Maria. Ignez. Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 01, p. 229-252, 2004.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD). Outras formas de trabalho 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018, p.16. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101560_informativo.pdf Acesso em: 08 ago. 2021.

_____. Outras formas de trabalho 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019, p.16. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101650_informativo.pdf Acesso em: 08 ago. 2021.

_____. Outras formas de trabalho 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, p.12. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf Acesso em: 08 ago. 2021.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo agrário**, v. 9, n. 18, p. 1-39, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942009000100001&lang=pt. Acesso em: 5 jun. 2021.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão técnica: Dea Ribeiro Fenelon. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo, v. 22, p. 9-36. 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10728/7960>. Acesso em: 30 nov. 2020.

RAMOS, Crystiane Pontes. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. **Revista Gênero**, Niterói, v.15, n.1, p.29-46, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31200> Acesso em: 10 ago. 2021.

RAMOS, Thaisa da Silva. **Autonomia econômica das mulheres agricultoras do assentamento Pequeno William (DF) no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2018. Monografia (Graduação em Gestão Ambiental) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26011/1/2018_ThaisaDaSilvaRamos_tcc.pdf Acesso em: 01 jan. 2020.

REIS, Luciana Moreira dos; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Empoderamento de mulheres no sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Marabá (PA). **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável (Guaju)**, Matinhos, v.5, n.1, p. 115-137, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/65693> Acesso em: 01 ago. 2021.

REDE de Ater Agroecológica e Feminista do Nordeste. Autonomia e luta: experiência de Metodologias Feministas. Recife: **ActionAid**, 2017, p. 200.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. As principais fitofisionomias do bioma cerrado. In: S.M. Sano; S.P. Almeida; J.F. Ribeiro. (org.). **Cerrado: ecologia e flora**. Brasília: Embrapa Informação Técnica, 2008, v.1, p. 153-212. Disponível em: <file:///C:/Users/Thaisa/Downloads/ASPRINCIPALSFITOFISIONOMIASRibeiroeWalter2008.pdf> . Acesso em 01 jun. 2021.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. Agricultura Familiar e os Mercados Institucionais: análise do programa de aquisição de alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista/Roraima. **Revista NERA**, ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3553> Acesso em: 13 jul. 2021.

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de Terra. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Roseli Salete Caldart; Isabel Brasil Pereira; Paulo Alentejano; Gaudêncio Frigotto (org.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.511-514.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, p. 79-89, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/nsBMhtnCXPpP53t6kkrjh9L/?lang=pt#>. Acesso em: 1 jun. 2021.

SAMPAIO, Cristiane. Marcha das Margaridas térmica com demonstração de força e união de 100 mil camponesas. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/14/marcha-das-margaridas-se-encerra-com-mostra-de-forca-de-100-mil-mulheres-camponesas> Acesso em: 7 jun. 2021.

SANTOS, Ádria Oliveira dos. **Cultivando política pública, colhendo autonomia**: análise da participação das mulheres agricultoras da região metropolitana de Santarém - PA, no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências da sociedade) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/105> Acesso em: 01 jan. 2020.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SOUSA, Glaucia Macedo. O Fim do Programa de Aquisição de Alimentos: reviravoltas para mulheres extrativistas em Sergipe. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 80-103, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p80> Acesso em: 03 out. 2018.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n.1, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n158051> Acesso em: 03 mar. 2021.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres. **Caderno de Formação**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, MMIRDH, 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/caderno_genero_autonomia.pdf. Acesso em 07 maio 2020.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Cadernos de Debate**, UNICAMP, v. 18, n. 2, p. 12-32, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634675>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SILVA, Eliane Regina Francisco da; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. As mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP). **InterEspaço**, Grajaú, Maranhão, v. 5, n. 17, p. 01-19, 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/10917> Acesso em: 13 jul. 2021.

SILVA, Karla Karoline Rodrigues; MAIA, Cláudio Lopes. Latifúndio: uma análise a partir do arcabouço normativo do regime de sesmarias no Brasil. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 1-17, 2019.

SILVA, Valdir Pierote; BARROS, Denise Dias. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 21, n. 1, p. 68-73, 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/Thaisa/Downloads/14087-Texto%20do%20artigo-17065-1-10-20120518%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Thaisa/Downloads/14087-Texto%20do%20artigo-17065-1-10-20120518%20(1).pdf). Acesso em: 30 nov. 2020.

SILVA, Rubem Abrão da; HERRERA, Simone Aparecida Lopes; VITTO, Luciana Paula Maximino de. Distúrbio de linguagem como parte de um transtorno global do desenvolvimento: descrição de um processo terapêutico fonoaudiológico. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, São Paulo, p. 322-328, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-80342007000400012> Acesso em: 07 ago. 2021.

SILVA, Alessandra Maria da; PONCIANO, Nivaldo José; SOUZA, Paulo Marcelo de; CEZAR, Lilian Sagio. Extensão rural e construção da equidade de gênero: limites e possibilidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.187845> Acesso em: 10 ago. 2021.

SOARES, Cristiane. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. **Revista Gênero**, Niterói, v.9, n.1, p. 9-29, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30951/18040> Acesso em: 07 ago. 2021.

SOARES, Vera. Mulher, autonomia e trabalho. *In: Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores (MRE), Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 281-299. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/840-Autonomia_Economica_e_Empoderamento_da_Mulher_%C3%BB_Textos_Academicos.pdf, Acesso em 07 maio 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987, p. 175.

VEN, Michel Marie Le; FARIA, Érika de; MOTTA, Mirian Hermeto de Sá. História oral de vida: o instante da entrevista. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, MG, n. 16, p. 57-65, 1996. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572792f7356fb098e481d61d/1462211321410/04_Le+Ven%2C+Faria+e+Motta.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

VIDAL, Marly Camargo; MALCHER, Maria Ataíde. **Sesmarias**. 1. ed. Belém: Iterpa, 2009.

WELCH, Clifford Andrew. Conflitos no campo. *In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). Dicionário da educação do campo*. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, v. 1, p. 143-151.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas

PERFIL DA ENTREVISTADA	
Nome:	
Idade:	
Profissão:	
Grau de escolaridade:	
Estado civil:	
Endereço:	
Data da entrevista:	Horário:

A TRAJETÓRIA DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO CHAPADINHA (DF)
A PERCEPÇÃO DAS MULHERES SOBRE SI DIANTE DA PRÓPRIA HISTÓRIA: QUEM É ESTA MULHER POR TRÁS DO PAA?
Aqui será levantado um breve histórico de vida: onde nasceu, grupo familiar, o que aprendeu a fazer no campo, realizações pessoais, frustrações, casamento, filhos.
A PERCEPÇÃO DAS MULHERES SOBRE SI COMO AGRICULTORAS
Qual importância você dá ao seu trabalho na produção e comercialização dos produtos?
Você já deixou de realizar alguma atividade (capinação, roçagem, transporte, armazenamento etc) por ser considerada pesada ou difícil demais?

ACESSO AO PROGRAMA E A RENDA
O que motivou o acesso ao PAA?
Como é a vida depois do acesso ao programa?
Você teve incentivo do seu marido e dos filhos para participar do PAA?
Em caso negativo, quais foram os motivos para a falta de apoio?
Você participou da implementação do programa no assentamento?
Quais os pontos fortes e fracos do PAA?
Com base na sua vivência, o que precisa melhorar?
O que o PAA representa para você?
O PAA incrementou novos alimentos para a comercialização? Se sim, quais?
Em decorrência disso, você passou a ganhar mais?
Quais os alimentos mais cultivados por você?
Quais dão mais retorno financeiro?
Qual processo você participa mais: plantio, colheita e/ou comercialização?

USO DO TEMPO
Como concilia os afazeres de casa e do trabalho?
Possui momentos de descanso?
O que costuma fazer quando possui tempo para si?

COMPARTILHAMENTO DO TRABALHO DOMÉSTICO
Quem é responsável pelas tarefas de casa?
Quais são essas tarefas?
Sente-se sobrecarregada?
Quem é responsável pelos cuidados com crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais?
Houve divisão das tarefas quando começou a trabalhar para o PAA?
Se sim, o que mudou na sua rotina após essa divisão?
Houve resistência dos membros?
Se sim, quais foram as reclamações?
Quais membros se opuseram?
Como você lida com isso?
Como se sente?

PODER DE DECISÃO SOBRE O RECURSO FINANCEIRO

Com o recurso adquirido por meio do PAA, você passou a contribuir regularmente para a renda familiar?

Você começou a participar das discussões sobre os gastos em sua casa? **Exemplo:** contas de água, luz, internet, comida, reformas etc.

Começou a participar das discussões sobre como aplicar o dinheiro na área de produção? **Exemplo:** compra de animais de pequeno porte, hortaliças, sementes, maquinário etc.

Na sua opinião, seu poder de compra aumentou após seu acesso ao PAA?

Se sim, com a renda obtida conseguiu adquirir bens de consumo? **Exemplo:** carro, moto, bicicleta, eletrodomésticos etc.

Em caso positivo, como se sentiu ao fazer a aquisição?

Você passou a investir ou guardar o dinheiro que recebeu do PAA?

Faz planos para o futuro com esse dinheiro?

Se sim, como e com o que pretende gastar?

EMPODERAMENTO

Após seu acesso ao PAA, o que passou a fazer que antes não era possível?

Realizou alguma atividade com outras mulheres?

Essa atividade lhe trouxe algum reconhecimento na associação ou fora dela?

Por meio do PAA, você conheceu outras instituições?

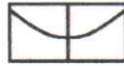
Se sim, quais foram e quais experiências você teve?

Participa das reuniões da ASTRAF?

Se sim, costuma dar sua opinião?

Sente-se à vontade para se expressar?

Sente que escutam suas propostas?



APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a autonomia econômica das mulheres agricultoras do assentamento Chapadinha (DF)

Pesquisadora: Thaisa da Silva Ramos (thaisasilvaunb@yahoo.com.br)

Orientadora: Prof.^a Dra. Laura Maria Goulart Duarte (lauraduarteunb@yahoo.com.br)

Coorientadora: Prof.^a Dra. Andréa Leme da Silva (leme.andrea@gmail.com)

Prezada Senhora,

Este documento tem como objetivo convidá-la para participar da pesquisa citada de maneira voluntária e consciente. Pretende-se coletar depoimentos, imagens e demais informações acerca da sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Todas as informações prestadas serão organizadas e analisadas de maneira confidencial, a fim de garantir sua privacidade.

Ressalta-se que, a qualquer momento, a senhora pode recusar-se a participar desta pesquisa sem que haja danos ou penalizações. A pesquisadora coloca-se à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas sobre os procedimentos adotados antes, durante e após a entrevista. Serão entregues duas vias de igual teor para assinatura de ambas as partes, sendo uma via de posse da participante.

Em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo novo Coronavírus, pesquisadora e participante consentem o uso de máscara durante todo o período de realização da entrevista, bem como o distanciamento de dois metros e uso de álcool em gel 70%, conforme os protocolos e medidas de segurança dispostos na Seção II, do Decreto nº 40.939, de 02 de Julho de 2020.

Autorizo a gravação da entrevista
 Autorizo a utilização de imagens
 Confirmo o recebimento de uma via deste documento

Confirmo a utilização de máscara
 Confirmo a prática de distanciamento
 Confirmo o uso de álcool em gel 70%

Thaisa da Silva Ramos

Thaisa da Silva Ramos
Pesquisadora

Thalita Kelly D. de Paiva

Participante

Distrito Federal, 08 de Dezembro de 2020.



APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a autonomia econômica das mulheres agricultoras do assentamento Chapadinha (DF)

Pesquisadora: Thaisa da Silva Ramos (thaisasilvaunb@yahoo.com.br)

Orientadora: Prof.^a Dra. Laura Maria Goulart Duarte (lauraduarteunb@yahoo.com.br)

Coorientadora: Prof.^a Dra. Andréa Leme da Silva (leme.andrea@gmail.com)

Prezada Senhora,

Este documento tem como objetivo convidá-la para participar da pesquisa citada de maneira voluntária e consciente. Pretende-se coletar depoimentos, imagens e demais informações acerca da sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Todas as informações prestadas serão organizadas e analisadas de maneira confidencial, a fim de garantir sua privacidade.

Ressalta-se que, a qualquer momento, a senhora pode recusar-se a participar desta pesquisa sem que haja danos ou penalizações. A pesquisadora coloca-se à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas sobre os procedimentos adotados antes, durante e após a entrevista. Serão entregues duas vias de igual teor para assinatura de ambas as partes, sendo uma via de posse da participante.

Em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo novo Coronavírus, pesquisadora e participante consentem o uso de máscara durante todo o período de realização da entrevista, bem como o distanciamento de dois metros e uso de álcool em gel 70%, conforme os protocolos e medidas de segurança dispostos na Seção II, do Decreto nº 40.939, de 02 de julho de 2020.

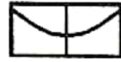
Autorizo a gravação da entrevista
 Autorizo a utilização de imagens
 Confirmo o recebimento de uma via
deste documento

Confirmo a utilização de máscara
 Confirmo a prática de distanciamento
 Confirmo o uso de álcool em gel 70%

Thaisa da Silva Ramos
Thaisa da Silva Ramos
Pesquisadora

Maria do Carmo da Silva Pereira
Participante

Distrito Federal, 28 de Janeiro de 2021.



Universidade de Brasília

Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente
e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER)

Linha de pesquisa em Políticas Públicas
para o meio ambiente e o campo

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a autonomia econômica das mulheres agricultoras do assentamento Chapadinha (DF)

Pesquisadora: Thaisa da Silva Ramos (thaisasilvaunb@yahoo.com.br)

Orientadora: Prof.^a Dra. Laura Maria Goulart Duarte (lauraduarteunb@yahoo.com.br)

Coorientadora: Prof.^a Dra. Andréa Leme da Silva (leme.andrea@gmail.com)

Prezada Senhora,

Este documento tem como objetivo convidá-la para participar da pesquisa citada de maneira voluntária e consciente. Pretende-se coletar depoimentos, imagens e demais informações acerca da sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Todas as informações prestadas serão organizadas e analisadas de maneira confidencial, a fim de garantir sua privacidade.

Ressalta-se que, a qualquer momento, a senhora pode recusar-se a participar desta pesquisa sem que haja danos ou penalizações. A pesquisadora coloca-se à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas sobre os procedimentos adotados antes, durante e após a entrevista. Serão entregues duas vias de igual teor para assinatura de ambas as partes, sendo uma via de posse da participante.

Em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo novo Coronavírus, pesquisadora e participante consentem o uso de máscara durante todo o período de realização da entrevista, bem como o distanciamento de dois metros e uso de álcool em gel 70%, conforme os protocolos e medidas de segurança dispostos na Seção II, do Decreto nº 40.939, de 02 de julho de 2020.

Autorizo a gravação da entrevista
 Autorizo a utilização de imagens
 Confirmo o recebimento de uma via
deste documento

Confirmo a utilização de máscara
 Confirmo a prática de distanciamento
 Confirmo o uso de álcool em gel 70%

Thaisa da Silva Ramos

Thaisa da Silva Ramos
Pesquisadora

Ines Antonia da Costa

Participante

Distrito Federal, 19 de Fevereiro de 2021.

APÊNDICE C– Informações da coleta de dados

Agricultora	Duração	Forma	Imagens
1	01:21:01	Presencial	4
2	01:02:07	Presencial	13
3	00:48:56	Presencial	21

Fonte: Elaborado pela autora (2021).